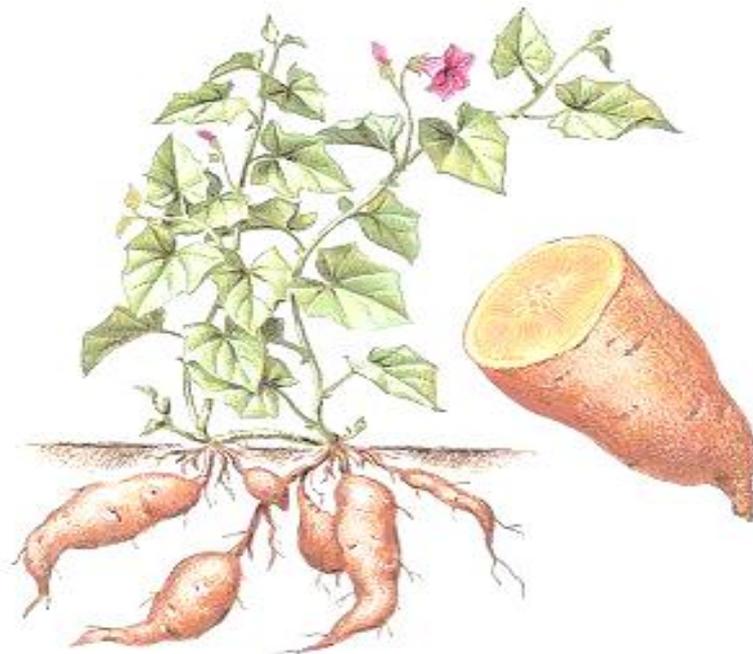




UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo

MARA ÍRIS BARRETO LIMA

**ENTRE O SEMEAR E O VENDER: A BATATA-DOCE SOB O AMARGOR DA
SUBORDINAÇÃO CAMPONESA EM SERGIPE**



SÃO CRISTÓVÃO - SE

2023

MARA ÍRIS BARRETO LIMA

**ENTRE O SEMEAR E O VENDER: A BATATA-DOCE SOB O AMARGOR DA
SUBORDINAÇÃO CAMONESA EM SERGIPE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS), como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais.

Linha de Pesquisa: Produção do Espaço Agrário.

Orientadora: Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos.

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2023

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

L732e Lima, Mara Íris Barreto.
Entre o semear e o vender: a batata-doce sob o amargor da
subordinação camponesa em Sergipe / Mara Íris Barreto Lima;
orientadora Josefa de Lisboa Santos. - São Cristóvão, SE, 2023.
180 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal
de Sergipe, 2023.

1. Geografia. 2. Batata-doce - Produtos. 3. Mercadorias. 4.
Capitalismo. 5. Agricultura e Estado. I. Santos, Josefa de Lisboa,
orient. II. Título.

CDU 911.3(813.7)

DEDICATÓRIA

Às mulheres da minha vida, às minhas Marias,
Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato revolucionário, dito isso, que a revolução seja feita!

Essa dissertação foi feita com muitas mãos. Sem elas nada seria alcançado. Entre estradas, campos e cidades, escrita entre espaços de ausências, mas preenchidos por lágrimas e, dialeticamente, por satisfação. Entre a realidade concreta e seus signos, eis este escrito.

Agradeço primeiramente às minhas Marias, Mulheres de luta que eu chamo de mães: Maria Bernadete e Maria Barreto, por todo amor, zelo, compreensão e incentivo. Elas sempre estiveram presentes acompanhando toda essa luta do Mestrado, inclusive respeitando as minhas ausências. É por vocês, meus amores! À Maria (*in memoriam*), por ser a avó que eu não tive, por ter preenchido um vazio em minha vida. Ao meu pai, Irineu Lima, que estendeu a mão e com grande entusiasmo olhava os mapas de Sergipe, por ter me acompanhado nos trabalhos de campo e se aproximado tanto de mim. Gratidão, painho!

Aos meus “filhinhos”, Karl Marx, Che Guevara e Lênin (Pequeno Lênin), por serem meu combustível diário em meio ao cansaço.

Agradeço à minha irmã, Viviane Barreto, por não medir esforços quando mais precisei. Ela sempre comemorou cada conquista e sabe o quanto sou grata por todo apoio e carinho. Ao meu sobrinho Bruno Vinícius, o amor da minha vida! Que mesmo não compreendendo o tempo dedicado à essa escrita me puxava (literalmente) para jogar bola com ele, fazendo-me ver a luz do sol e aproveitar a sua infância. Amo vocês! Ao meu cunhado, pelo apoio me acompanhando nos trabalhos de campo realizados nos assentamentos em Malhador e Riachuelo. Meu muito obrigada!

À Madrinha Meire e aos meus primos Lucas e Matheus, por terem me recebido em sua casa quando precisei. A todos os momentos que estiveram dispostos a me ajudar, gratidão!

À Madrinha Neilde, por ser a minha eterna professora de Geografia e ter me incentivado a trilhar o mesmo sonho! Nosso encontro é de almas!

Agradeço imensamente à profa. Dra. Josefa Lisboa, minha orientadora, confidente e amiga. Por tanta ternura, pela paciência e olhar crítico através da orientação, da indicação de leituras, revisões e observações tão importantes para a construção desse texto. Pela compreensão, preocupação e por ter segurado a minha mão desde o início da minha graduação em 2017. Gratidão por existir, Josefa! Meu carinho por ti é inenarrável.

Aos companheiros de luta da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) - Seção Local Aracaju, que sempre me apoiaram e torceram por mim, especialmente Maria José,

Edésio, Catharina, Leônidas, Hunaldo, Luiz Carlos e Wylamys. Estendo meus agradecimentos à Alexandrina Luz, Vanessa Paloma e a Márcio Reis, pelo companheirismo e experiências partilhadas na Seção Local. Fazer parte da Diretoria me fortaleceu enquanto geógrafa, tenho a convicção da importância que os debates, assembleias e reuniões coletivas proporcionaram luz nesse percurso! Sem a militância a vida não teria sentido.

Agradeço à Profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição e ao Prof. Dr. José Gilberto de Souza por participarem da Banca de Qualificação e aceitarem o convite para a defesa, pelas excelentes contribuições e por dedicarem seu tempo à leitura da dissertação, pelas palavras indispensáveis de confiança e conhecimentos compartilhados comigo.

Aos professores do PPGEIO, especialmente à Josefa Lisboa, Alexandrina, Christiane Campos e Josefa Eliane, por serem tão cirúrgicas em suas aulas! Ao professor Gilberto, pelo acolhimento e pelas riquíssimas discussões para além da disciplina no Programa, por ser um verdadeiro lorde e ter acreditado em mim. Te guardo em meu coração! Ao professor Lucas Gama, pelas contribuições tão necessárias nas aulas ministradas no primeiro ano de Mestrado. Ao professor Marco Mitidiero Jr., pelas importantes análises sobre os Censos Agropecuários do IBGE, e ao professor Romero Venâncio, pelos nossos encontros tão fundamentais na compreensão crítica sobre o método em Marx. Gratidão a todos!

À Jordana Rabelo, por ser meu anjo, minha amiga-irmã, por ter partilhado comigo essa trajetória tão significativa. Conseguimos! Por nunca ter soltado a minha mão (e por ouvir meus Podcasts de 20 minutos). Sou realizada por poder dividir momentos tão sublimes e leves nesses anos de amizade. Levo-te do Mestrado para a minha vida. Obrigada minha amiga!

A Patrick, “meu compadre” e amigo que ganhei com a Pós-Graduação, por tantos debates necessários, pelo companheirismo nos momentos mais difíceis e por ter incentivado a fazer a prova do Concurso para Professor de Pernambuco. Muitíssimo obrigada, amigo!

A Alexandre, o menino da pamonha e dos poemas! Que me chama até hoje de “menina da batata-doce” e “batatinha” (rsrs). Grata por nossos diálogos e pelas leituras da literatura nacional (Torto Arado, Dom Casmurro...).

À Ana Carolina, por sua leveza, simplicidade e cumplicidade! Partilhar nossas experiências entre Maranhão e Sergipe foi valiosíssimo, minha amiga!

À Adriana, por ser calma e acolhimento, pela atenção para comigo quando precisava desabafar! Seus abraços fizeram a diferença.

À Marília Faria, Fernanda Oliveira, Henrique Andrade e Jean Santos, meus amigos de turma que foram tão atenciosos comigo nesses anos, pelas intervenções enriquecedoras na minha formação intelectual. Obrigada!

A Bruno Andrade e à Vanessa Dias, duas pessoas muito importantes na minha formação. Aos dois por terem me inspirado a fazer o Mestrado. A Bruno pelo carinho e cuidado! Pela acolhida em São Cristóvão, pela imensidão de suas palavras que me confortaram. Por nossas histórias que se entrecruzaram! À Vanessa que sempre me encorajou e vibrou pelas minhas conquistas, especialmente na construção do projeto de seleção. Às palavras firmes que sedimentaram esse sonho tão lindo. Gratidão, meus amores!

A Tiago Barreto, meu primo rico, pelo apoio e torcida em todos os momentos! Por ser a primeira pessoa a ler a versão final da dissertação e ter contribuído com sua análise crítica. Pelo elo fortalecido entre nós! À Anijaede, ou melhor, Anijaely, por tanta serenidade e atenção, por nosso reencontro através da Geografia. Obrigada, meus amigos!

À Alice, João Manuel e Grasielle, meus amigos de infância e adolescência que sempre estiveram comigo, por se alegrarem com as minhas aprovações na Seleção de Mestrado e no Concurso. Por terem permanecido e compreendido nossas distâncias geográficas.

Não poderia deixar de agradecer a Cássio Pereira, por ter entrado em minha vida e ser um grande amigo-confidente. Pela felicidade em compartilhar nossas histórias com tanto afeto e zelo! Obrigada por tanto, inclusive por me ensinar a usar o Qgis e fazer os meus mapas!

A Júnior e Fernando (Nando), meus grandes amigos que a Geografia me presenteou! Pelas histórias trilhadas nesses anos de amizade. Aos amigos da UFS: Emyly, Gleydison, Ícaro, Geovane, Jayne, Milena, Camila, Gislaine, Luana, Tays e Lícia! Obrigada!

Ao Programa de Educação Tutorial (PET-Geografia), coordenado pelo tutor professor José Hunaldo Lima. O PET foi fundamental na minha entrada na Pós. A Hunaldo por ter feito parte dos mapas da presente dissertação, gratidão imensa meu querido tutor!

Ao Presidente Lula, que em seu Governo possibilitou a interiorização dos Campus Universitários, e dentre eles o de Itabaiana. A trajetória aqui percorrida não seria possível sem a minha formação em Geografia (Licenciatura Plena). Aos meus professores de Graduação: Vanessa Dias, Josefa Lisboa, Ana Rocha, Fabrícia Oliveira, Diana Mendonça, Hunaldo Lima, Oscar Sobarzo, Daniel Almeida, Cristiano Aprigio, Daniel Lira, Larissa Rafael, Laiany Rose e Vanilza Andrade!

À minha escola, Escola de Referência em Ensino Médio Maria Cavalcanti Nunes em Petrolândia/PE, especialmente aos meus gestores Marcelo Igor, Jussara e Roberta, por terem me recebido tão bem e me acolherem; aos meus alunos, pela torcida e por entenderem a correria na finalização desse ciclo que é o Mestrado. Gratidão!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de pesquisa, tão necessária para a realização desse escrito.

A todos que se dispuseram a contar suas histórias, sobre a lida com a terra e a produção de alimentos, meu muito obrigada!

Por ser filha de camponeses, aos trabalhadores que vivem e tecem suas trajetórias no campo! Minha eterna reverência e respeito!

EPÍGRAFE

O mundo é um moinho

Ainda é cedo, amor
Mal começaste a conhecer a vida
Já anuncias a hora de partida
Sem saber mesmo o rumo que irás tomar
Presta atenção, querida
Embora eu saiba que estás resolvida
Em cada esquina cai um pouco tua vida
Em pouco tempo não serás mais o que és
Ouça-me bem, amor
Preste atenção, o mundo é um moinho
Vai triturar teus sonhos, tão mesquinho
Vai reduzir as ilusões a pó
Preste atenção, querida
De cada amor, tu herdarás só o cinismo
Quando notares, estás à beira do abismo
Abismo que cavaste com teus pés
Ainda é cedo, amor
Mal começaste a conhecer a vida
Já anuncias a hora de partida
Sem saber mesmo o rumo que irás tomar
Preste atenção, querida
Embora eu saiba que estás resolvida
Em cada esquina cai um pouco a tua vida
Em pouco tempo não serás mais o que és
Ouça-me bem, amor
Preste atenção, o mundo é um moinho
Vai triturar teus sonhos, tão mesquinho
Vai reduzir as ilusões a pó
Presta atenção, querida
De cada amor, tu herdarás só o cinismo
Quando notares, estás à beira do abismo
Abismo que cavaste com teus pés

Cartola, 1976

RESUMO

A presente dissertação compreende os resultados da análise sobre a subordinação camponesa na produção de batata-doce para o mercado capitalista no espaço agrário do Agreste Central Sergipano e no município de Riachuelo. A pesquisa teve como objetivos, a análise da sujeição da renda camponesa na produção de batata-doce para o mercado, no contexto de expansão das relações de produção capitalistas no campo; o debate sobre o campesinato enquanto classe e sujeito social em movimento, considerando as nuances particulares da Questão Agrária em um estado que tem a estrutura fundiária concentrada e uma forte presença de minifúndios, nos quais a produção de alimentos é dominante; e evidenciar as formas de organização do campesinato e as estratégias de apropriação da renda na área da pesquisa. Além de reproduzir-se a partir do produto do seu trabalho, o campesinato foi compelido a produzir mercadorias e, nesse contexto, há uma crescente demanda de produção para o mercado, que coloca os trabalhadores em uma realidade de sujeição ao capital, ao passo em que reduz sua autonomia para o trato com a terra e a produção de culturas diversificadas. Esse quadro, presente no cultivo de batata-doce em Sergipe, especialmente nos municípios de Moita Bonita, Itabaiana, Malhador e Riachuelo, se agrava mais pela predominância do minifúndio, frequentemente fracionado por diferentes vias (venda de terras, divisão por herança e/ou pelo sistema de comodato). Nesses dados, mais de 80% das unidades de produção familiar camponesas nos municípios, com presença de batata-doce, têm área de tamanho inferior a 10 hectares e mais de 60% tem área inferior a 2 hectares. A monopolização da produção e a dificuldade de diversificação dos cultivos em virtude do tamanho da propriedade são condições que exigem organização dos produtores diretos para assegurarem renda. Nessa direção, o cooperativismo aparece como uma estratégia importante no seio dos desafios impostos pelo mercado. No entanto, o movimento da contradição cria e reproduz diferentes determinações, pois ainda há permanência da sujeição do campesinato ao capital, que avança criando novas relações de poder de forma desigual e articulada, como um germe que tenta negar a condição histórica da classe camponesa. Tal quadro, sob o crivo da dialética, permite entender a produção do espaço agrário sergipano como simulacro das relações capitalistas, as formas camponesas de reprodução e os níveis de reafirmação da mercadoria, cenário em que ocorre a subordinação na produção de alimentos. Contudo, compreendemos também a importância da permanência do camponês pela realização do seu trabalho, enquanto sujeito histórico e de luta, mostrando-nos como é possível a sua reprodução social na terra que é expressão de território de vida.

Palavras-chave: Batata-doce; Campesinato; Mercadoria; Monopolização da Produção; Espaço Agrário Sergipano.

ABSTRACT

This dissertation comprises the results of an analysis of peasant subordination in the production of sweet potatoes for the capitalist market in the agrarian space of Agreste Central Sergipano and in the municipality of Riachuelo. The objectives of the research were to analyse the subjection of peasant income in the production of sweet potatoes for the market, in the context of the expansion of capitalist production relations in the countryside; to debate the peasantry as a class and social subject in movement, considering the particular nuances of the Agrarian Question in a state with a concentrated land structure and a strong presence of smallholdings, in which food production is dominant; and to highlight the forms of organization of the peasantry and the strategies for appropriating income in the research area. In addition to reproducing themselves from the product of their labor, the peasantry has been compelled to produce goods and, in this context, there is a growing demand for production for the market, which places workers in a situation of subjection to capital, while reducing their autonomy in dealing with the land and producing diversified crops. This situation, present in the cultivation of sweet potatoes in Sergipe, especially in the municipalities of Moita Bonita, Itabaiana, Malhador and Riachuelo, is made worse by the predominance of smallholdings, which are often divided up in different ways (sale of land, division by inheritance and/or by the lending system). According to these data, more than 80% of the peasant family production units in the municipalities with sweet potatoes have an area of less than 10 hectares and more than 60% have an area of less than 2 hectares. The monopolization of production and the difficulty of diversifying crops due to the size of the property are conditions that require direct producers to organize themselves in order to secure an income. In this sense, cooperatives appear to be an important strategy in the face of the challenges imposed by the market. However, the movement of the contradiction creates and reproduces different determinations, because the subjection of the peasantry to capital still persists, which advances by creating new power relations in an unequal and articulated way, like a germ that tries to deny the historical condition of the peasant class. This framework, under the sieve of dialectics, allows us to understand the production of Sergipe's agrarian space as a simulacrum of capitalist relations, the peasant forms of reproduction and the levels of reaffirmation of the commodity, a scenario in which subordination occurs in food production. However, we also understand the importance of the peasant's permanence through his work, as a historical subject of struggle, showing us how it is possible for him to reproduce socially on the land, which is an expression of his territory of life.

Keywords: Sweet Potato; Peasantry; Merchandise; Monopolization of Production; Sergipan Agrarian Space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Do semear ao lavar: a batata-doce pelas mãos camponesas em Moita Bonita, Sergipe, 2021.....	20
Figura 02 - Batata-doce: planta cultivada em Moita Bonita, Sergipe, 2023.....	21
Figura 03 - O “par de sapatos” camponês de Vincent Van Gogh, 1886.....	32
Figura 04 - Veneno da Monsanto encontrado na área de cultivo de batata-doce no Povoado Figueiras em Moita Bonita, Sergipe, 2023.....	60
Figuras 05 e 06 - Fertilizante mineral e inseticida usados na produção de batata-doce no Povoado Figueiras em Moita Bonita, Sergipe, 2022-2023.....	61
Figura 07 - Aplicação de veneno na produção de batata-doce no Povoado Agrovila em Itabaiana, Sergipe, 2023.....	61
Figura 08 - Uso de trator em área de cultivo no Povoado Saquinho em Moita Bonita, Sergipe, 2023.....	62
Figura 09 - Casa de camponês: Assentamento ‘Grupo dos 20’ em Malhador, Sergipe, 2023.....	65
Figura 10 - Praefectura de Ciríû vel Seregipe del Rey cum Itâpuama, Georg Marcgraf, 1647.....	73
Figura 11 - Antiga casa de farinha no Povoado Figueiras em Moita Bonita, Sergipe, 2023.....	101
Figuras 12 e 13 - Sacos de batata-doce para o mercado em Moita Bonita, Sergipe, 2021.....	103
Figura 14 - Comercialização de raízes na feira-livre de Itabaiana, Sergipe, 2023.....	106
Figura 15 - Sítio com plantação de batata-doce irrigada em Moita Bonita, Sergipe, 2021.....	112
Figura 16 - Cultivos de batata-doce e milho em Moita Bonita, Sergipe, 2023.....	116
Figura 17 - Mulheres na lavagem de batata-doce no Povoado Figueiras em Moita Bonita, Sergipe, 2023.....	127
Figura 18 - Homem arando a terra para a plantação de batata-doce no Povoado Cajaíba em Itabaiana, Sergipe, 2022.....	129
Figura 19 - Lavagem de batata-doce no assentamento Grupo dos 20 no município de Malhador, Sergipe, 2023.....	130
Figuras 20 e 21 - Farinha e cachaça de batata-doce produzidas pela Cooperafes em Moita	

Bonita/SE.....	136
Figura 22 - Bolinhos de batata-doce da merenda escolar produzidos pela Cooperafes em Moita Bonita/SE.....	136
Figura 23 - Contrato do PNAE entre a Prefeitura de Moita Bonita e a Cooperafes, 2023.....	138
Figura 24 - Placa com investimento do Governo de Sergipe para produção de batata-doce no Povoado Oiteiros em Moita Bonita/SE.....	140
Figura 25 - Transporte de sacos de batata-doce na cidade de Moita Bonita, Sergipe, 2021.....	147
Figura 26 - Transporte de sacos de batata-doce no Povoado Terra Vermelha em Itabaiana, Sergipe, 2023.....	147
Figuras 27 e 28 - Carregamento dos sacos de batata-doce no Povoado Figueiras em Moita Bonita, Sergipe, 2022.....	148
Figura 29 - Plantação de batata-doce no assentamento Santa Maria no município de Riachuelo, Sergipe, 2023.....	150
Figura 30 - Trabalho e renda: o percurso da batata-doce, Sergipe, 2023.....	151
Figura 31 - Semeadura de ramas de batata-doce em Moita Bonita, Sergipe, 2023.....	153

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Exemplo de custo da batata-doce (R\$/Kg) desde a unidade de produção no campo, em Moita Bonita, até o supermercado em Aracaju, Sergipe, 2023.....	104
Gráfico 02 - População total, urbana e rural dos municípios de Itabaiana, Malhador, Moita Bonita e Riachuelo, Censo Demográfico de 2010.....	117
Gráfico 03 - População total dos municípios de Itabaiana, Malhador, Moita Bonita e Riachuelo, Censo Demográfico de 2022.....	117

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Área da pesquisa, Sergipe, 2023.....	28
Mapa 02 - Mapa da localização do Agreste Central Sergipano, 2023.....	81
Mapa 03 - Trecho do <i>Mappa geral dos estudos da estrada de ferro da provincia de Sergipe, 1883</i>	82
Mapa 04 - Índice de Gini em Sergipe, 2006.....	91
Mapa 05 - Mapa de localização da antiga área de Itabaiana, Sergipe, 2023.....	109
Mapa 06 - Bacia do Rio Jacarecica, Sergipe, 2023.....	111
Mapas 07, 08 e 09 - Produção em toneladas de batata-doce, Censos Agropecuários 1995/96 - 2006 - 2017, Sergipe, 2023.....	123
Mapa 10 - Variação Absoluta (%) da produção de batata-doce, Censos Agropecuários 1995/96 - 2006 - 2017, Sergipe.....	125
Mapa 11 - Produção da Horticultura - 2017, Sergipe, 2023.....	154
Mapa 12 - Produção de Culturas Permanentes - 2017, Sergipe, 2023.....	155
Mapa 13 - Produção de Culturas Temporárias - 2017, Sergipe, 2023.....	156
Mapa 14 - Produção Agrícola: Culturas Temporárias, Culturas Permanentes e Horticultura - 2017, Sergipe, 2023.....	157

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Principais municípios na produção de batata-doce em Sergipe, 2020.....	25
Tabela 02 - Simulação da renda camponesa com a produção de batata-doce em Moita Bonita, Sergipe - Segundo Trimestre de 2023.....	51
Tabela 03 - Sergipe: Distribuição de terras, 1920.....	78
Tabela 04 - Sergipe: produção em toneladas de cana-de-açúcar, batata-doce e mandioca, produção por mil frutos e ton. de laranja, produção em grãos de feijão e milho, 1985-2017.....	85
Tabela 05 - Sergipe: quantidade e tamanho dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total, 1985-2006.....	86
Tabela 06 - Municípios do Agreste Central Sergipano: produção em toneladas de batata-doce e mandioca, produção em grãos e ton. de milho, 1995/2017.....	87
Tabela 07 - Índice de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i> por município do Agreste Central Sergipano e evolução, 2000-2010.....	89
Tabela 08 - Módulo Fiscal dos municípios do Agreste Central de Sergipe, 2012.....	92
Tabela 09 - Distribuição dos estabelecimentos agropecuários do território do Agreste Central Sergipano, por grupos de área total e segundo a condição de produtor, 1995/96.....	93
Tabela 10 - Distribuição dos estabelecimentos agropecuários do território do Agreste Central Sergipano, por grupos de área total e segundo a condição de produtor, 2006.....	95
Tabela 11 - Quantidade de estabelecimentos agropecuários do território do Agreste Central Sergipano, por grupos de área total e segundo a condição de produtor em relação às terras, 2017.....	97
Tabela 12 - Batata-doce: área plantada e quantidade produzida em municípios de Sergipe, 2020.....	100
Tabela 13 - Itabaiana e Moita Bonita: produção de batata-doce e mandioca, 1995-2017.....	102
Tabela 14 - Produção de batata-doce em Sergipe por regiões, área plantada (ha), quantidade produzida (t) e produtividade média, Censos Agropecuários 2006 - 2017.....	106
Tabela 15 - Produção de batata-doce em Sergipe por regiões, área produzida (ha), quantidade produzida (t) e produtividade média, 2020.....	107
Tabela 16 - Moita Bonita: produção dos principais cultivos, 1995-2017.....	113
Tabela 17 - Itabaiana: produção dos principais cultivos, 1995-2017.....	113

Tabela 18 - Malhador: produção dos principais cultivos, 1995-2017.....	114
Tabela 19 - Riachuelo: produção dos principais cultivos, 1995-2017.....	114
Tabela 20 - Distribuição dos estabelecimentos agropecuários, por grupos de área total e segundo a condição de produtor no município de Moita Bonita, 1995/96.....	118
Tabela 21 - Distribuição dos estabelecimentos agropecuários, por grupos de área total e segundo a condição de produtor no município de Moita Bonita, 2006.....	119
Tabela 22 - Distribuição dos estabelecimentos agropecuários, por grupos de área total e segundo a condição de produtor no município de Itabaiana, 1995/96.....	120
Tabela 23 - Distribuição dos estabelecimentos agropecuários, por grupos de área total e segundo a condição de produtor no município de Itabaiana, 2006.....	121
Tabela 24 - Valores diários pagos no trabalho de homens e mulheres na produção de batata-doce no Agreste Central em Sergipe, 2023.....	128

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM - Banco Mundial

CAIs - Complexos Agroindustriais

CEASA - Central Estadual de Abastecimento

CIP - Centro Internacional de Batata

CODERSE - Companhia de Desenvolvimento Regional de Sergipe

COHIDRO - Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

COOPERAFES - Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar e Economia Solidária

DIT - Divisão Internacional do Trabalho

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMDAGRO - Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

FAO - Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)

FETASE - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MATOPIBA - Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia

MF - Módulo Fiscal

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras

OMS - Organização Mundial da Saúde

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAM - Produção Agrícola Municipal

PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEALBA - Sergipe, Alagoas e Bahia

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDURBS - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade

SMDS - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável

STRAAF - Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
SEÇÃO I – CAMPESINATO E QUESTÃO AGRÁRIA.....	32
1.1. O campesinato: tentando compreendê-lo nas relações concretas.....	33
1.2. Algumas reflexões acerca da Questão Agrária no Brasil.....	52
1.3. O campesinato diverso e subordinado no Agreste Central Sergipano.....	66
SEÇÃO II – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO SERGIPANO: O AGRESTE CENTRAL NOS LIAMES DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS.....	73
2.1. Sergipe: histórico de sua formação territorial e estrutura fundiária.....	75
2.2. Entre o Sertão e o Litoral: o espaço agrário do Agreste Central Sergipano.....	81
2.3. Produção para o mercado: monopolização da produção e subordinação do campesinato.....	99
SEÇÃO III – A BATATA-DOCE SOB O AMARGOR: ENTRE A PRODUÇÃO CAMPONESA E A SUBORDINAÇÃO.....	106
3.1. Entre o minifúndio e o aumento da produção de batata-doce no espaço agrário sergipano.....	108
3.1.1. A divisão do trabalho na produção de batata-doce.....	127
3.2. O Cooperativismo como estratégia de apropriação da renda camponesa.....	131
3.2.1. A Cooperativa Agrícola e a comercialização da produção no Agreste Sergipano: o caso de Moita Bonita.....	135
3.3. O atravessador e a apropriação da renda camponesa no campo.....	143
3.4. A terra como território de vida.....	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIAS.....	165
APÊNDICES.....	171

INTRODUÇÃO

Havia sido parido pela terra. Achava engraçado vê-lo utilizar essa imagem para afirmar sua aptidão para a lavoura. Nunca havia pensado que tinha sido parido pela terra. A terra “paria” plantas e rochas. Paria nosso alimento e minhocas. [...]. Ele falava que poderia aliar seu conhecimento da natureza e da lavoura com sua disposição para o trabalho, além do estudo que poderia lhe dar conhecimentos novos para mudar de vida...

TORTO ARADO, Itamar Vieira Junior, 2019

Figura 01 - Do semear ao lavar: a batata-doce pelas mãos camponesas em Moita Bonita, Sergipe, 2021



Fonte: Lima, Mara Íris Barreto, 2021

A origem da batata-doce remete há milhares de anos, encontrada nos vestígios de cavernas, de acordo com estudos antropológicos nas Américas Central e do Sul. Seu cultivo era praticado por populações originárias antes mesmo da invasão europeia. Pertencente à família botânica Convolvulaceae, a batata-doce (*Ipomoea batatas*) de raiz tuberosa está adaptada às condições edafoclimáticas de regiões tropicais e subtropicais, em solos de baixa fertilidade, cultivada anualmente independente de regime pluvial.

A batata-doce é uma eudicotiledônea que tem elevado valor nutritivo¹ e se constitui como um alimento importante à saúde humana, visto que a presença de componentes químicos como o betacaroteno é fundamental na imunidade do organismo. A principal forma de propagação da planta é assexuada e suas composições fisiológicas se dividem em parte aérea e em raízes aptas à tuberização e formação do tubérculo (Figura 02).

Figura 02 - Batata-doce: planta cultivada em Moita Bonita, Sergipe, 2023



Fonte: Lima, Mara Íris Barreto, 2023

Por ser um alimento de baixo custo de produção, por vezes dependente somente das condições ambientais, a raiz, assim como outras raízes (a mandioca e o inhame), tornou-se um alimento necessário à cesta básica da classe trabalhadora camponesa, essencial no suprimento das populações mais desassistidas e que ainda hoje são vítimas da pobreza no campo.

Como demonstrou Lênin (1982) acerca da subalimentação do campesinato da Rússia czarista, a massa de camponeses pobres se alimentava mais de batatas, ao passo que as famílias camponesas mais abastadas se alimentavam de trigo, centeio e carnes. Este quadro

¹ Abriga uma rica variedade de fibras, vitaminas, carboidratos e minerais.

revelou as assimetrias na alimentação entre os estratos sociais do campesinato, haja vista que “o traço distintivo desses grupos são a insuficiência de alimentação e a deterioração da sua qualidade (a batata)” (Lênin, 1982, p. 106).

Para além de um contexto histórico particular da Rússia é evidente a importância no cultivo de batata-doce, tendo em vista também o baixo dispêndio de capital na produção, bem como sua grande importância social. De acordo com o Centro Internacional de Batata (CIP, s.d.), a raiz possui histórico importante em escala mundial, sobretudo em países da África Subsaariana e da Ásia, onde o alimento evitou que milhões de pessoas morressem de fome na China na década de 1960, assim como em Uganda, salvando milhares de sujeitos que tiveram suas plantações de mandioca acometidas por vírus na década de 1990 (CIP, s.d.).

A produção de alimentos é uma prática histórica das unidades produtoras camponesas, e perpassa por uma série de contradições no espaço agrário em distintos contextos históricos e espaciais. O cultivo de batatas vem sendo buscado em razão dos seus múltiplos usos², nas feiras livres, redes de supermercados e Centrais Estaduais de Abastecimento (CEASAs), nas atividades pastoris, nos perímetros irrigados, nos alimentos voltados à merenda escolar³ e na produção da farinha por meio da Cooperafes no município de Moita Bonita, Sergipe. Esses destinos elucidam os interesses por parte do mercado que impõe o aumento da produção.

Em Moita Bonita, a produção de batata-doce está diretamente relacionada ao beneficiamento realizado pela Cooperativa Agrícola. Além de vender o tubérculo, tornando-se atravessadora, agrega valor na produção de farinha e na cachaça de batata-doce, bem como na produção de bolinhos que servem de cardápio para a merenda escolar por meio da política pública do PNAE, conforme discutiremos na Seção III.

No campo sergipano, observamos uma crescente demanda da produção em uma realidade de sujeição do campesinato ao capital. A subordinação dos trabalhadores camponeses na produção de alimentos está também atrelada à realidade de fracionamento da terra enquanto expressão da concentração fundiária e do mercado capitalista de terras⁴. Diante desse processo em curso, a produção da raiz se insere nessa dinâmica de dependência ao mercado e de minifundialização, como tendência, assim como vem se tornando expressão de monopolização da produção no Agreste Central.

Por ser produzida principalmente em países de dependência do centro capitalista, a

² Também pela propaganda fitness em torno da batata-doce com uma variedade de receitas: cozida, assada, chips, cereais e etc..

³ Por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

⁴ “A terra como propriedade privada cinge um valor monetário (troca) e cinde dimensões subjetivas camponesas [...]” (Souza, 2009, p. 121).

batata-doce tem grande peso social para o suprimento das populações mais pobres, visto que é a quinta safra alimentar mais importante e a sexta cultura alimentar depois do arroz, trigo, batata, milho e mandioca (CIP, s.d.). A raiz pode ser cultivada em terrenos de fertilidade baixa, sem exigência de tecnologias modernas, muito embora, mais recentemente, no Brasil a irrigação esteja aparecendo como impulsionadora da produção. Em Sergipe, no município e no entorno de Itabaiana a produção realizada em perímetros irrigados vem ampliando a produtividade média da quantidade produzida no estado, o que é incentivada por órgãos como a Embrapa, por exemplo.

A raiz é cultivada por mais de cem países, tendo a Ásia como maior produtor mundial, destacando-se a China, seguidos da África e Américas, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2014). A produção mundial de batata-doce em 2018, de acordo com a FAO foi cerca de 92 milhões de toneladas cultivadas em mais de 8 milhões de hectares. No Brasil,

A produtividade anual é de 12,2t ha-1. O Rio Grande do Sul é o maior produtor, com 153.770t e produtividade de 12,5t ha-1. Sergipe contribui com 40.600t, e representa o maior produtor do Nordeste, com produtividade anual de 12,1t ha-1. **O município de Moita Bonita apresenta a maior produtividade do estado de Sergipe com 15,0t ha-1** (Alves, 2014, p. 04, grifo nosso).

A realidade concreta revelou que a produção de alimentos no Brasil é uma prática histórica das unidades de produção familiares camponesas (também presentes em terras indígenas e quilombolas), cuja dimensão de produção condiciona outro ritmo da relação Sociedade-Natureza, priorizando a Segurança e Soberania Alimentar mediante o combate à fome da população. A batata-doce é um alimento tipicamente produzido por camponeses, em unidades produtoras com este perfil e vem se transformando nas últimas décadas em mercadoria que serve aos interesses da competição do mercado.

Para Marx (2017), a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista está ancorada na acumulação de mercadorias. Em seus meandros, a condição de dependência às exigências do capital vem impondo novas formas de subordinação e exploração dos trabalhadores do/no campo, bem como na lógica de produção da mercadoria. De acordo com Souza (2009, p. 115), “o capitalismo se ocupa em primeira instância com a mercadoria, nela está a síntese de sua realização [...]. Em segunda instância do que a produz (o trabalho)”.

Como condição sócio-estrutural que submete o trabalho como mercadoria, a

precariedade é característica intrínseca ao *modus operandi* do capital. Desse modo, conforme Alves (2007, p. 113): “a precariedade do mundo do trabalho é uma condição histórico-ontológica da força de trabalho como mercadoria. Desde que a força de trabalho se constitui como mercadoria, o trabalho vivo carrega o estigma da precariedade social”.

O capitalismo se instituiu na ruptura das relações primitivas entre Sociedade e Natureza. O capital induziu a cisão das condições efetivas entre os trabalhadores e os seus meios de vida fundamentais (terra, água e todos os meios de produção), permitindo que fossem lançadas as condições de realização da exploração e subordinação destes sujeitos.

Nessa direção, o trabalho camponês, que está pautado no cultivo em pequenas propriedades, na partilha e na garantia da renda e sobrevivência familiar, no circuito justo de produção e venda de alimentos, bem como na luta por Soberania e Segurança Alimentar se expressa pela tríade *terra-família-trabalho* em tempo que é ameaçado pela captura das relações capitalistas que tentam negar a sua condição de classe social.

Com os projetos e as ofensivas do capital no campo, a injusta distribuição fundiária brasileira (como produto da acumulação capitalista em escala mundial), fruto da concentração do capital desde o século XVI, fez-se de forma violenta, intensificando-se até a atualidade e empurrando os despossuídos para a margem da sobrevivência. Por esse sentido, nas palavras do geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007, p. 67, grifo nosso): “a luta pela terra não se pode restringir apenas à luta pelo direito do acesso à terra, deve ser também **a luta contra quem está por trás da propriedade capitalista da terra, ou seja, o capital**”.

Nesses liames, entendemos as disputas e as estratégias por parte do campesinato à produção de alimentos, a exemplo da produção de batata-doce, que incorporada à lógica mercadológica tornou-se mais um produto que atende aos interesses da circulação da mercadoria.

Diante do exposto, o nosso objeto de estudo partiu da subordinação do campesinato ao mercado capitalista na produção de alimentos, especialmente a batata-doce, considerando as estratégias de reprodução e sobrevivência no espaço agrário de Sergipe. Nessa pesquisa analisamos a realidade camponesa através da produção de batata-doce e os seus desdobramentos no Agreste Central Sergipano, notadamente nos municípios de Moita Bonita, Itabaiana e Malhador, assim como o município de Riachuelo no Leste Sergipano, por entender que não é o recorte espacial⁵ quem define a pesquisa, mas sim a realidade concreta.

⁵ Inicialmente a pesquisa envolvia os municípios de Moita Bonita e Itabaiana, mas no percurso da investigação se tornou necessário entender a dinâmica da produção de batata-doce em áreas de assentamentos de Reforma Agrária. Além da agroecologia praticada nos assentamentos em Malhador e Riachuelo, a produção de batata-

Consideramos ainda as nuances particulares da Questão Agrária em Sergipe, partindo do trato com a terra em um estado que tem a estrutura fundiária concentrada e processos constantes de fracionamento de terras, com a forte incidência dos minifúndios.

Assim, entre semear, colher, lavar e vender a batata-doce foram propostos os seguintes questionamentos norteadores da pesquisa: como compreender a subordinação do trabalhador camponês ao mercado na produção de batata-doce em Sergipe? Como se expressa a divisão da renda camponesa com a presença dos atravessadores na comercialização da raiz? Quem se beneficia com o aumento da produção? Por que a produção de batata-doce monopolizou o campo em detrimento de outros cultivos (mandioca, feijão, amendoim)? Neste caminhar, como ficam as relações entre a produção de cunho camponês e o mercado capitalista? A terra vem diminuindo apesar do aumento da produção? Quais são as formas de organização e permanência do campesinato frente à fragmentação da unidade de produção familiar?

Nos municípios do Agreste Sergipano (Tabela 01), em que a produção de batata-doce ganha relevância, a saber: Itabaiana, Moita Bonita, Malhador, Ribeirópolis e Campo do Brito, identificamos a permanência por parte dos camponeses que se reproduzem com a produção de alimentos na terra trabalho. Numa realidade em que se apreende a subordinação ao capital, que explora milhares de camponeses e impõe discursos falaciosos de modernização do/no campo, a presente pesquisa se delinea num contexto em que o mercado dita e controla os preços da produção camponesa, condicionando aos trabalhadores a sua constante dependência e exploração enquanto correntes de ferro que os aprisionam.

Tabela 01 - Principais municípios na produção de batata-doce em Sergipe, 2020

Unidade da Federação e Municípios	Área plantada (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)	Área colhida (% de participação)
Sergipe	4.066	56.749	1,87
Itabaiana	1.900	23.750	66,20
Moita Bonita	1.400	22.400	82,94
Malhador	200	2.800	28,99
Ribeirópolis	193	2.702	13,24

doce foi se intensificando, dadas as condições e o contexto de rentabilidade para o camponês apesar da lógica imperativa do mercado capitalista, desse modo, tornou-se importante realizar essa investigação.

Campo do Brito	80	1.280	9,76
----------------	----	-------	------

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal - PAM, 2020
Organização: Lima, Mara Íris Barreto, 2022

A tabela apresenta, previamente, a relação dos principais produtores de batata-doce em Sergipe⁶, que se destacaram no cultivo e colheita da raiz no ano de 2020. Compreende-se que, de 56.749 toneladas de batata-doce produzidas, 46.150 t foram produzidas apenas pelos municípios de Moita Bonita e Itabaiana no referido ano. Cabe ponderar que essa produção não tem sido voltada para a alimentação das famílias camponesas, mas sobretudo aos interesses do mercado.

Diante da espacialização da produção de batata-doce no campo sergipano, principalmente no Agreste Central, novas relações de produção e trabalho se impõem condicionando novos ritmos de vida: monopolização da terra por um único cultivo, divisão da terra de trabalho, avanço do agronegócio, uso abusivo de venenos, adoecimento dos trabalhadores, entre outros.

A expansão do cultivo provoca mudanças significativas nos municípios em tempo que afirma a importância da produção de alimentos, na garantia da sobrevivência de inúmeras famílias camponesas. Os locais visitados expressam as condições dos camponeses, que permanecem no trabalho, em pequenas parcelas de terra, ao mesmo tempo, em grande número constituem também o local de morada com suas famílias.

Ainda assim, a área de produção da batata-doce está circundada pelas mudanças na produção de alimentos no Brasil e, neste particular, no Agreste de Sergipe passou-se a produzir menos, outros cultivos alimentares. O principal motivo de aumento da produção se deve à imposição do mercado ao estabelecer preços em alta⁷. A produção de alimentos deixou de ser uma questão prioritária.

Essa lógica faz parte do sistema de mercado, ampliado e estimulado pelo valor que legitima a mercadoria e o poder do capital. As leis do mercado capitalista se impõem contra o trabalho camponês. Os preços e as cifras se definem como engrenagens do capitalismo para circular as mercadorias, transformando os alimentos em produtos demandados pelo mercado por intermédio das relações não capitalistas, ou seja, com as relações camponesas. Assim o é com a produção de batata-doce.

⁶ Sergipe está entre os maiores produtores do Brasil, com destaques para os municípios de Moita Bonita e Itabaiana, juntas, ultrapassaram 45 mil toneladas de batata-doce produzidas em 2020.

⁷ Sobretudo com os valores médios de R\$ 50,00 o saco (oscilando entre R\$ 35,00 a R\$ 80,00).

Outro ponto diz respeito aos incentivos governamentais (municipais e estaduais), na logística quanto ao abastecimento do mercado interno com grande peso das feiras livres e das Centrais Estaduais de Abastecimento (CEASAs), e a comercialização para outros estados e regiões (Bahia, Alagoas, Pernambuco, Maranhão, Piauí e Ceará, no Nordeste; Pará e Tocantins, no Norte; São Paulo e Rio de Janeiro, no Sudeste, e Paraná, no Sul, principalmente).

O aumento da produção da raiz no campo sergipano também se relaciona ao contexto de diminuição da produção de mandioca, tendo em vista que o cultivo desta última considera um ciclo longo (entre 8 a 10 meses, estendendo-se a 12 meses ou mais), em contraposição ao ciclo da batata-doce que é entre 12 a 35 semanas, sendo que a maior parte das colheitas tem atingido entre 12 a 22 semanas, de acordo com a Embrapa. Nos relatos dos camponeses, produzir mandioca significa um maior dispêndio de dinheiro e de força de trabalho, enquanto que a produção de batata-doce garante o seu sustento em um curto período de tempo.

Com o objetivo de analisar, no contexto de expansão do capitalismo no campo, a sujeição da renda camponesa na produção de batata-doce para o mercado, considerando as estratégias de reprodução social, desenvolvemos a presente dissertação. Os objetivos específicos visaram discutir o campesinato enquanto classe e sujeito social em movimento, considerando as nuances particulares da Questão Agrária; investigar o trato com a terra na produção de batata-doce em um estado que tem a estrutura fundiária concentrada e processos constantes de fracionamento dessas terras, sobremodo nas unidades de produção familiar; e entender as formas de organização do campesinato e as estratégias de apropriação da renda.

Como relação que transcende o tempo e o espaço, acompanhamos o movimento de todo o processo de produção: semeadura, colheita, lavagem, ensacamento e comercialização da raiz. Para além da Questão Agrária numa realidade que é parte de uma totalidade maior, devemos entender que a investigação é um processo, portanto, inacabada. A batata-doce é um alimento entre tantos outros, e sua especificidade não nos limitou a realizar uma leitura restrita, pois compreendemos as múltiplas relações e determinações sociais.

Consoante a isto, para Paulo Netto (1985):

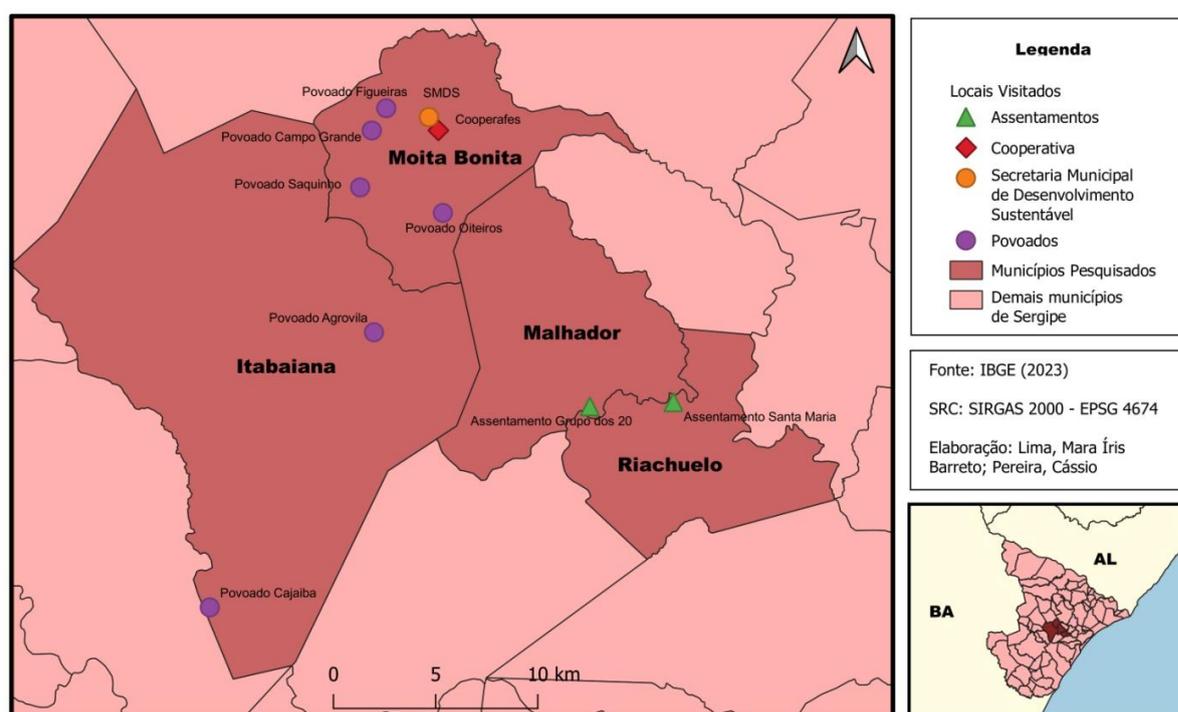
Uma compreensão teórica rigorosa da sociedade só é possível à medida que o ser social pode aparecer aos homens como algo específico, isto é, como uma realidade que, necessariamente ligada à natureza (ao ser natural, orgânico e inorgânico), tem estrutura, dinâmica e regularidades próprias (Ibid., 1985, p.16).

Em vista disso, consideramos como o nosso objeto de estudo parte de uma análise da

realidade considerada em sua totalidade. “Todo objeto é, ao mesmo tempo, singular, particular e universal. A própria natureza nos mostra isso” (Tonet, 2013, p. 113). O real concreto dá sentido à leitura de movimento, mediada por sujeitos sociais, portanto, sujeitos que se transformam e que se articulam em uma interdependência de processos, em um conjunto maior de relações efetivas.

Nesse sentido, a pesquisa foi realizada no espaço agrário sergipano que compreende a área da produção de batata-doce, abrangendo os municípios de Moita Bonita, Itabaiana e Malhador no Agreste, e parte do Leste Sergipano com o município de Riachuelo (Mapa 01). Os locais visitados foram: Povoados Figueiras, Oiteiros, Campo Grande e Saquinho, a sede da Cooperafes e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, em Moita Bonita; Povoados Agrovila e Cajaíba, em Itabaiana; e os assentamentos rurais Grupo dos 20 e Santa Maria, em Malhador e Riachuelo, respectivamente.

Mapa 01 - Área da pesquisa, Sergipe, 2023



Fonte: IBGE, 2023

Elaboração: Lima, Mara Íris Barreto; Pereira, Cássio, 2023

Entre os procedimentos metodológicos, a pesquisa de campo envolveu a realização de 30 entrevistas⁸, cujas questões foram guiadas a partir de roteiros semiestruturados (Apêndices

⁸ Os nomes e idades dos entrevistados são fictícios para preservar as informações e garantir a sua privacidade. O

ao final do escrito). Foram entrevistados camponeses produtores, atravessadores e lideranças da Cooperativa Agrícola e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável (antiga Secretaria de Agricultura em Moita Bonita). As falas dos nossos entrevistados fundamentaram a compreensão sobre a subordinação do campesinato na produção de alimentos desencadeada pelo caráter totalizador do capital⁹.

Com esse propósito, os nossos trabalhos de campo nos permitiram entender a sustentação da pesquisa, haja vista que a compreensão teórica e práxis do objeto de estudo suscita a apreensão integrada da realidade investigada. O presente estudo também incluiu o levantamento e análise de dados (IBGE, Censos Agropecuários e PAM, INCRA, CONAB, FAO e CIP, principalmente), além dos registros fotográficos que materializam as relações entre os sujeitos, o trabalho e a relação espaço-tempo pela captura da memória.

O espaço agrário é produzido por sujeitos, e as falas dos nossos entrevistados não são neutras, pelo contrário, são carregadas de experiências, posicionamentos e condição de trabalho. Elas têm um peso social. A realidade reflete o contexto pelo qual a materialidade é construída e transformada pelas determinações sociais. Nesse ínterim, a *práxis* se expressa nos sujeitos sociais e históricos que integram as relações entre Sociedade-Natureza em seu pensamento dialético (Kosik, 1976).

Para entender a realidade de nossa pesquisa, realizamos leituras teórico-metodológicas sobre o desenvolvimento da agricultura no modo de produção capitalista, o Campesinato e a Questão Agrária no movimento histórico e dialético. O embasamento teórico foi fundamentado nos estudos de Marx (2010, 2017), Marx e Engels (2010), Kautsky (1986), Lênin (1897, 1903, 1982), Shanin (1979, 2006, 2008), Chayanov (1974), Anderson (1987), Luxemburgo (1970), Conceição (1991), Souza (2009, 2018), Paulino (1997), Coggiola (2011), Prado Jr. (1979, 2008), Stédile, (2012), Martins (2012, 1981), Marques (2008), Oliveira (2007), Delgado (1985) e Silva (1982).

Esta pesquisa considerou, ainda, leituras acerca da história e formação territorial de Sergipe, bem como a sua estrutura fundiária, o fracionamento das unidades de produção familiar e as relações de trabalho no estado a partir dos estudos de Freire (1977), Nunes (1976, 1989), Almeida [s.d.], Lisboa (2019), Wynne (1970), Diniz & Diniz (1976), e das análises dos dados do INCRA e do IBGE – Censos Agropecuários (1985, 1995/96, 2006 e

embasamento teórico-metodológico incluiu duas visitas técnicas à Cooperafes e à SMDS, em Moita Bonita, com entrevistas com a presidente e o secretário em suas respectivas instâncias para compreensão da organização da produção de batata-doce no campo do Agreste Central Sergipano.

⁹ Por compreender que a condição material dos sujeitos incide no movimento da contradição, a realidade vivenciada no campo permitiu entender como o projeto do capital está na contramão da questão camponesa.

2017) e Produção Agrícola Municipal (1980-2020).

Para tanto, embasamo-nos também na compreensão teórica sobre a subordinação do campesinato ao mercado, o avanço do agronegócio e os conflitos sobre produção de commodities *versus* produção de alimentos. Os escritos de Oliveira (2007), Ribeiro (2020), Kolming e Conceição (2012), Souza, Santos e Menezes (2019), Welch e Fernandes (2008), Campos (2009), Thomaz Jr. (2017), Sousa (2013), Alves (2015), Mitidiero Jr. (2022), Mitidiero Jr., Barbosa e Sá (2017) e Oliveira (2014) foram fundamentais em nossa análise.

A discussão em torno do aumento da produção de batata-doce, a dependência e o controle do mercado, bem como a permanência do campesinato sergipano foram questões primordiais no desenvolvimento do presente trabalho. Entre os autores, escolhemos as contribuições de Lima (2021), Alves (2014), CIP [s.d.], Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2014), e Landau, Valadares e Silva (2020).

Esta investigação nos levou a perceber as formas e estratégias do campesinato para se reproduzir frente aos avanços do capital, o movimento cooperativista como possibilidade de apropriação da renda camponesa, as contradições sob o modo de produção capitalista, assim como a divisão da renda entre campesinato, atravessador, cooperativa e mercado. Buscamos a leitura das obras de Marx (1953), Luxemburgo (1986), Kautsky (1986), Oliveira (2011), Oliveira e Lisboa (2012) e Martins (2000) para iluminar o caminho da pesquisa.

Para o desenvolvimento de nossa pesquisa, a presente análise adotou o Materialismo Histórico e Dialético como método. De acordo com Kosik (1976), o método dialético trata da “coisa em si”, no entanto, esta “coisa em si” não se apresenta através do imediato, mas na compreensão do real-concreto. A investigação nos permitiu entender o movimento das contradições e a compreensão da totalidade, em que pese as relações históricas e a realidade que envolvem o nosso objeto de estudo. À proporção que avançamos, entendemos para além da aparência, sobretudo na essência do problema.

Observa-se que o projeto do capital é repressivo contra todo tipo de resistência¹⁰ e, neste caso, a camponesa; a ofensiva se avança em direção oposta à condição do campesinato, em que o trato com a terra não parte do lucro como principal objetivo, mas sim à sua renda e sobrevivência. Conforme Vanessa Dias de Oliveira (2007, p. 36) acerca da tríade *terra-trabalho-família*: “a terra se constitui seu principal objeto de trabalho, garantia da sua vida, tem valor de uso juntamente com o próprio trabalho, compreendem uma unidade natureza-homem representada pelo indissociável amor, apego à terra [...]”.

¹⁰ A reprodução e permanência dos camponeses em pequenas propriedades é resistência, as formas de luta, organização e estratégias também fazem parte dessa resistência contra o capital.

A degradação do sujeito trabalhador, em seu roçado, para prover sua família de fontes de subsistência, está articulada à exploração do capital que promove a sua sujeição contínua e não soluciona os problemas ligados à terra, principalmente na histórica e injusta distribuição fundiária que promove e reproduz desigualdades socioeconômicas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras.

Para alcançar os objetivos assinalados, a dissertação se encontra organizada em três seções, além de introdução, considerações finais, referências e apêndices. Na primeira seção **CAMPESINATO E QUESTÃO AGRÁRIA** entendemos as principais teorias clássicas acerca do sujeito camponês e a compreensão da Questão Agrária, articuladas ao contexto de desenvolvimento do capitalismo na agricultura e na divisão do trabalho. A terra enquanto expressão de trabalho e vida para o campesinato é necessária na leitura da submissão desta classe aos ditames capitalistas, assim como se analisa a contradição do capital parasitário e dependente do trabalho camponês para realizar a sua apropriação. Nessa seção tivemos o intuito de apresentar a integração do campesinato ao mercado, como uma amálgama da subordinação e sujeição.

A segunda seção se intitula **A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO SERGIPANO: O AGRESTE CENTRAL NOS LIAMES DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS**. Apontamos questões estruturais sobre a formação histórica e territorial de Sergipe, em que pesem as contradições inerentes ao campo. A concentração de terras, minifundialização, monopolização da produção camponesa pelo mercado e produção de alimentos *versus* produção de mercadorias, partiram-se da realidade concreta observada ao longo do trabalho. Evidenciamos o Agreste Central Sergipano nos liames da condição camponesa, que pela diversidade de cultivos se reproduz em suas unidades familiares apesar do constante processo de fracionamento das terras e das mudanças no trabalho do/no campo.

A terceira e última seção intitulada **A BATATA-DOCE SOB O AMARGOR: ENTRE A PRODUÇÃO CAMPONESA E A SUBORDINAÇÃO** nos direcionou para a sujeição da renda camponesa mergulhada à lógica do mercado, especialmente a produção de batata-doce, que vem monopolizando o campo nas pequenas propriedades. Partimos do entendimento que o campesinato é uma classe inserida numa dinâmica conflituosa e contraditória, as formas e estratégias utilizadas por este sujeito são freios quanto ao avanço do capital, e desse modo, a batata-doce (assim como as demais cultivares de produção camponesa), torna-se amarga à medida que se torna mais um produto para o mercado, mas é, ao mesmo tempo, quem garante a reprodução de camponeses e camponesas no espaço agrário sergipano.

SEÇÃO I – CAMPESINATO E QUESTÃO AGRÁRIA

“Meu povo seguiu rumando de um canto para outro, procurando trabalho. Buscando terra e morada. Um lugar onde pudesse plantar e colher. Onde tivesse uma tapera para chamar de casa. [...]” (Torto Arado, Itamar Vieira Junior, 2019, p. 204).

**Figura 03 - O “par de sapatos” camponês de Vincent Van Gogh, 1886
(óleo sobre tela)**



Fonte: Museu Van Gogh, Países Baixos, 1886

O sapato não é a mercadoria, tampouco o produto cujo valor de troca sobressai o valor de uso. Para o capitalismo, o par de sapatos só é importante na realização da circulação e do consumo, para que mais sapatos sejam produzidos e trocados, assim como quem os usa. O espaço e o tempo são categorias distintas na pintura de Van Gogh, porque a história desses sapatos revela o sentido do ser social, da luta pela sobrevivência e o signo do trabalho.

O par de sapatos camponês de Van Gogh ilustra de modo inexorável o tempo e o trabalho para este sujeito histórico. Na obra, o que salta aos olhos é o uso dos sapatos no ato de laborar, no valor de uso e, sobretudo, na reprodução social. Para o campesinato, o trabalho e a terra são pilares na sua formação e pertencimento, o sentido camponês se delineia nos laços construídos entre sua luta e o trabalho no campo. Nesse sentido, compreendemos que

a questão agrária é, portanto, a crítica à acumulação primitiva, crítica à espoliação, pois se coloca frontalmente em oposição aos processos de superexploração, em oposição a realização do lucro extraordinário e se qualifica na luta social por direitos (Souza, 2018, p. 14).

À princípio, discutiremos o campesinato enquanto sujeito em movimento e como classe social, tentando compreendê-lo nos liames da realidade e das relações concretas. Além disso, resgatamos o sentido da Questão Agrária, que pela dimensão do debate não se pretendeu esgotá-la, mas entendendo-a a partir das teorias clássicas às leituras atuais, do geral ao particular, à questão da propriedade da terra, que é meio de trabalho e produção, e de como o campesinato permanece ligado a ela enquanto parte de uma totalidade maior.

1.1. O campesinato: tentando compreendê-lo nas relações concretas

Para discutir sobre o campesinato é preciso acatar a sua complexidade no contexto das relações reais nas quais ele está submetido. Pressupõe aceitar que o conceito cumpre uma função, que os sujeitos não são os mesmos em todo o mundo, podendo se diferenciar inclusive dentro de uma mesma sociedade, na sua interação com ela e ainda, que sua história social acompanha padrões de desenvolvimento.

O campesinato é uma classe social entre as mais remotas da história da humanidade. As práticas camponesas se iniciam com o sedentarismo, o desenvolvimento da agricultura e a domesticação dos animais desde o Comunismo Primitivo. Seus traços rústicos apareciam bem definidos no feudalismo, mesmo na presença da servidão e da coação. Perry Anderson (1987, p. 143) afirmava que na servidão os camponeses tinham mobilidade restrita, “o produtor imediato – o camponês – estava unido ao meio de produção – o solo – por uma específica relação social”. Eles, “os camponeses que ocupavam e cultivavam a terra não eram seus proprietários. A propriedade agrícola era controlada privadamente por uma classe de senhores feudais”, que extraía a produção camponesa através da violência e da cobrança de tributos.

Oliveira (2007) ressaltava a organização da aldeia camponesa na vigência do modo de produção feudal, no ápice das relações pré-capitalistas:

Na aldeia, a unidade básica era a casa e o quintal (propriedades privadas dos camponeses). No quintal cercado, o camponês tinha as oficinas necessárias à sua exploração e uma pequena parcela de terra ao redor. Aí, formava a horta onde cultivava várias plantas necessárias, entre as quais legumes, fruteiras, linho etc. Portanto, a aldeia era marcada pela presença do conjunto das casas e quintais dos camponeses do feudo. Ao redor da aldeia ficavam os campos de cultivo e os campos de uso comum. Os

campos de cultivo eram parcelados. **Cada camponês cultivava privadamente uma parcela em cada campo de cultivo, que em geral eram três. Essas parcelas tinham tamanho variado em função da localização e da qualidade dos solos** (Ibid., 2007, p. 14, grifos nossos).

Com o advento do capitalismo, houve uma significativa mudança nessa estrutura e organização social, os camponeses tiveram que comprar o que outrora era de uso comum da comunidade: a terra. Antes, a terra era partilhada levando em consideração as necessidades de reprodução social, mas com a expansão do capitalismo e o crescimento do comércio a propriedade privada moderna surgia como contraposição à ordem existente. Esse período era marcado pela violência, pois ela “é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica” (Marx, 2017, p. 821).

A maior ferramenta de poder na legitimação da propriedade privada da terra foram os “cercamentos” (*enclosures*) das terras comunais. Por meio da violência, os proprietários fundiários (*landlords*) – a burguesia fundiária, expulsaram os trabalhadores camponeses de suas terras e instalaram cercas para explorar também os despossuídos (Ibid., 2017). Os cercamentos, que tiveram início ali pelo século XVI, foram se espalhando pela Inglaterra, com maior força no século XVIII, constituindo-se ação precursora da privatização das terras na Europa que consolidava as relações capitalistas.

Além disso, transformaram as terras em pastagens de ovelhas e posteriormente em florestas para a exploração de madeira e a caça de animais. Da criação de ovelhas, retirava-se a lã que seria indispensável à produção em larga escala das indústrias têxteis, assim como os produtos da exploração vegetal (lenha, e posteriormente o carvão), para a engrenagem do sistema capitalista. Os camponeses despossuídos foram forçados a se mudar para as cidades provocando um grande aumento populacional.

Marx (2017), na direção de Richard Price¹¹, considerava os efeitos dos cercamentos:

O que o *landlord* vizinho anexava, sob o pretexto do cercamento, não era apenas terra alqueivada, mas eram frequentemente terras cultivadas comunalmente ou mediante um determinado pagamento à comunidade. “[...] Mesmo os autores que defendem os *inclosures* admitem que estes últimos aumentam o monopólio dos grandes arrendamentos, elevam os preços dos meios de subsistência e provocam **despovoamento**”. [...]. ““Quando” - diz o sr. Price - “a terra cai em mãos de alguns poucos grandes arrendatários, os pequenos arrendatários” (anteriormente caracterizados por ele como **uma multidão de pequenos proprietários e arrendatários, que**

¹¹ Entre os autores da literatura econômica, Marx se fundamentou em Richard Price, na obra *Observations on Reversionary Payments, on Schemes for Providing Annuities for Widows, and for Persons in Old Age; on the Method of Calculating the Values of Assurances on Lives; and on the National Debt*. 6. ed., Londres, 1803, v. 2, p. 147-148 (Marx, 2017, p. 798).

se mantém a si mesmos e a suas famílias com o produto das terras cultivadas por eles mesmos e com as ovelhas, aves, porcos etc. que criam nas terras comunais, tendo assim pouca necessidade de comprar meios de subsistência”) “se transformam em pessoas que têm de obter sua subsistência trabalhando para outrem e que são forçadas a ir ao mercado para obter tudo de que precisam [...]. É possível que mais trabalho seja realizado, porque há mais compulsão para isso [...]. **Cidades e manufaturas crescerão, porque mais pessoas em busca de trabalho serão impelidas para elas** (Marx, 2017, p. 798, grifos nossos).

Os cercamentos foram criando o mercado de trabalho capitalista na Europa e permitindo que os camponeses, lançados “a qualquer sorte”, fossem obrigados a trabalhar no chão das fábricas recebendo ínfimos salários, com jornadas de trabalho exaustivas e em condições precárias, para que não morressem de fome. Os proprietários dessas indústrias, com uma grande massa de trabalhadores disponível, aumentaram o seu lucro por meio da exploração da força de trabalho barata.

A aceitação dessas condições de trabalho por parte dos camponeses também só foi possível para que eles fugissem da repressão do Estado. Os sujeitos que não eram absorvidos pela manufatura, “converteram-se massivamente em mendigos, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias” (Marx, 2017, p. 805-806). É nesse momento que surge a legislação sanguinária¹², que castigaria todos que praticassem a “vagabundagem”.

Sob as mãos visíveis do Estado e da classe burguesa, desenvolveu-se na Europa um grande contingente de mendigos, tendo em vista a violência do capital imposta à reprodução do ser humano (em seu ser social). A miséria, portanto, instituiu-se sob o manto do capitalismo em suas fases mais perversas e desumanas (Ibid., 2017). Como se vislumbra, o resultado desse processo feroz foi a disponibilidade da concentração de terras sob o controle de capitalistas e a formação de uma massa de sujeitos miseráveis e desamparados.

O que ocorreu na época da acumulação primitiva (ou acumulação originária) engendrou a separação do camponês em relação à terra, reafirmando a base de todo o processo subsequente: a proletarização violenta imposta pelo capitalismo. Com a exclusão desses camponeses, os proprietários passaram a dispor não só da posse das terras, como também de uma massa de trabalhadores que havia perdido sua autonomia e seu sustento.

Na perspectiva de José de Souza Martins (2012, p. 31), “a chamada acumulação

¹² Baseada na perseguição e extermínio das populações camponesas, uma legislação responsável pela repressão a qualquer resistência por parte da classe trabalhadora. As pessoas que eram pegas sem trabalhar nas cidades eram torturadas, encarceradas ou mesmo mortas por serem tratadas como vagabundos ou delinquentes “voluntários”. A legislação sobre os trabalhadores explorados, desde a sua origem, sempre foi hostil a eles (Marx, 2017).

primitiva do capital, na periferia do mundo capitalista, não é um momento precedente do capitalismo, mas é contemporânea da acumulação capitalista propriamente dita”. Como uma alavanca, a formação da classe capitalista necessitou desse processo embrionário de acumulação primitiva, mas acrescentou todas as revoluções da humanidade (as ciências, as técnicas, os instrumentos de trabalho cada vez mais sofisticados, o uso de metais e de suas ligas, dentre outros), para que se instituíssem a ordem da burguesia e a divisão social do trabalho (Marx, 2010; 2017).

Na sua essência o campesinato não se afastou da terra, todavia, a terra, tornava-se mercadoria e meio de acumulação de capital. As bases das relações feudais foram mantidas, principalmente sobre a estrutura fundiária e a preservação das extensas terras sob o domínio de capitalistas e latifundiários. As terras comunais¹³, que antes eram espaços da reprodução camponesa, constituíram-se em propriedade privada sustentada na violência e na lei.

Historicamente, a terra, a família e o trabalho se tornaram categorias inseparáveis da classe camponesa. Mesmo existindo sob formas autônomas de organização e estrutura, tal classe é circunscrita no espaço-tempo sem perder o vínculo com sua unidade de produção que é a terra e a sua transformação em meio do trabalho.

Conceição (1991), compreendia que o conceito de camponês estava intrinsecamente relacionado às determinações de tempo e de sociedade. Para a autora,

A palavra camponês está marcada em um determinado tempo por um determinado grupo social, e ao se perpetuar ela passa a interiorizar a função do signo ideológico e lingüístico que representa uma época e que no processo da vida cotidiana, no hoje, ainda não rompeu com sua antiga representação (Ibid., 1991, p. 06).

À princípio, o conceito de campesinato congrega a produção de base familiar, ou seja, em que o trabalho da família garante a condição de reprodução ou a condição de existência dessa unidade familiar, delineando ao mesmo tempo o sentido de unidade terra-trabalho-família, que é mantido na sua conceituação nos tempos contemporâneos.

Para Marques (2008), a atualidade do conceito de camponês se traduz na persistente Questão Agrária, tal como se delimita na compreensão da realidade fundiária a partir de sua história e de suas nuances sociopolíticas, pois

¹³ Marx já afirmava que as terras comunais, e dentre elas, as terras pertencentes à Igreja foram progressivamente pilhadas e vendidas sob a ascensão de leis que cercavam as terras. O autor alemão sinalizava: “O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva” (Marx, 2017, p. 804).

Enquanto o campo tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro -, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições (Ibid., 2008, p. 58).

Neste sentido, a autora, acompanhando Theodor Shanin (2005), entende “o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida” (Ibid., 2008, p. 58). Considerá-lo um sujeito em luta é levar em conta que ele enfrenta relações de subalternidade, ele estabelece enfrentamentos contra o capital e as formas/relações que garantem a sua permanência na unidade de produção familiar.

A literatura que fundamenta os olhares para o campesinato já foi amplamente situada nas Ciências Sociais de forma a nos convencer sobre a importância e mudanças desse sujeito social na história de longa duração. Pensadores como Teodor Shanin, Karl Kautsky, Alexander Chayanov, Rosa Luxemburgo, além das contribuições de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Alexandrina Luz Conceição, Marta Inês Marques, Eliane Tomiasi e José Gilberto de Souza nos ajudam a refletir sobre quem é e como age o camponês para continuar existindo.

Diferente de Lênin (1982)¹⁴, compreende-se que para o campesinato continuar

¹⁴ Na leitura da realidade russa posta por Lênin (1982), no contexto em que as contradições existentes no interior da classe camponesa lançaram as bases para a sua “dissolução”, o campesinato não era antagônico ao capitalismo, haja vista a presença de elementos capitalistas no interior dessa classe. Compreendem-se nos escritos leninistas um olhar tendencioso à ideia de progresso e desenvolvimento que a fragmentação do campesinato resultasse na formação do proletariado. Se de um lado essa fragmentação significaria a diminuição paulatina da comunidade camponesa, por outro se constituiria em mudanças na relação campo-cidade, haja vista o processo de proletarianização seria indispensável para o aumento da força de trabalho. Contudo, não seria cessada a exploração dos trabalhadores, da qual necessitava o capital. Ademais, estava exposto que o sistema de relações socioeconômicas entre o campesinato, dividido em comunitário e agrícola/empresarial, e as contradições da economia mercantil fundava o capitalismo. Essa desintegração provocaria o surgimento de grupos extremos: o proletariado rural e a burguesia rural (Ibid., 1982). Lênin entendia que não era possível ocorrer um processo de “diferenciação” do campesinato, como era posto pelos populistas de sua época, mas sim o sentido radical de sua destruição. Para ele, o campesinato antigo não se “diferencia” apenas, “ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista” (Ibid., 1982, p. 114). Nas leituras teóricas de Lênin, também sustentada nas teses de Marx sobre a renda fundiária capitalista, mantém a ideia de que a desintegração do campesinato, sobretudo dos pequenos produtores, é um processo importante na formação do capitalismo agrário. O autor apoiado nos censos estatísticos dos *zemstvos*¹⁴ da Nova Rússia explicava: “**Essa agricultura mercantil já se transforma em agricultura capitalista**, porque a área semeada pelo campesinato rico excede a norma de trabalho de uma família (ou seja, a quantidade de terra que uma família pode cultivar com o seu próprio trabalho), o que o obriga a recorrer à mão-de-obra assalariada: nos três distritos setentrionais da província de Táurida, **o campesinato rico**, segundo os cálculos do autor, **emprega mais de 14 mil operários rurais**. Ao contrário, **o campesinato pobre “oferece operários” (mais de 5 mil), ou seja, vende a sua força de trabalho**, uma vez que a renda da agricultura fornece, por exemplo, no grupo de 5 a 10 deciatinas, não mais do que cerca de 30 rublos em dinheiro por estabelecimento” (Ibid., 1982, p. 36, grifos nossos). Posto isso, lançavam-se as bases para a formação do mercado interno, uma vez que a produção capitalista crescia em dois movimentos: o primeiro, marcado pela transformação dos produtos da agricultura em mercadorias, ou seja,

resistindo no contexto de desenvolvimento do capitalismo, ele recorre à vinculação à economia dominante, à agricultura nos moldes capitalistas, de modo a não desaparecer, conforme observa Teodor Shanin (2005):

Parece querer dizer que, sob certas condições, **os camponeses não se dissolvem**, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. **Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas [...]**. (Ibid., 2005, p. 9, grifos nossos).

Shanin (1930-2020) afirma que a classe camponesa é heterogênea e sua definição é entendida como um complexo resultado de transformações da realidade, em distintos contextos históricos e sociais (Ibid., 2005). As tendências das suas formas de organização política tendem a negar o capital, e este por sua vez, ao mesmo tempo em que se reproduz e avança criando novas relações capitalistas de produção, reproduz violenta e contraditoriamente, as relações camponesas de produção.

O autor também apresentava o campesinato como uma classe social que era, ao mesmo tempo, um “mundo diferente”, com seus modos ou padrões de vida singulares. Para Shanin, o campesinato se caracterizava como uma classe social de baixa “classicidade”, na qual inserida na sociedade capitalista, de maneira subordinada, levantava-se em momentos de crise (Ibid., 1979).

O campesinato diferencia-se da sociedade capitalista como modo de vida particular, não somente pelo fato de que o camponês já existia antes do capitalismo, mas, sobretudo, porque seu modo de vida é sustentado na ajuda recíproca entre os integrantes da comunidade camponesa, ou seja, prevalece a parceria e o trabalho familiar.

Não é característica dessa classe o processo de acumulação de capital, mas sim a busca de trabalho que objetiva a geração de renda, enquanto meio de sobrevivência que visa garantir a sua reprodução material e cultural, mesmo que tenha que vender o excedente que é produzido em sua terra sob as determinações capitalistas. Um dos princípios do campesinato é a ajuda mútua, adaptando-se aos diferentes contextos, tendo o trabalho como fio condutor da produção para a subsistência e para a comercialização. Conforme Shanin (2008),

A flexibilidade de adaptação, **o objetivo de reproduzir o seu modo de vida**

ampliava-se a demanda por produção de gêneros alimentícios (incluindo os da pecuária), e o segundo, marcado pela conversão da força de trabalho dos camponeses pobres também em mercadoria, pois crescia a demanda pela compra da força de trabalho destes sujeitos (Ibid., 1982).

e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E no encontro dessas particularidades camponesas, está a natureza da **economia familiar** (Ibid., 2008, p. 25-26, grifos nossos).

Essa economia familiar apontada por Shanin (2008) é referência para a questão camponesa, uma vez que a sobrevivência provém da produção interna. É nesse momento que se vislumbra o peso da autonomia desta classe. É o camponês que enfrenta as crises de diversas naturezas: uma má colheita causada pelas condições naturais, crise do trabalho frente às subordinações do mercado, a mobilidade geográfica do trabalho e ameaça à proletarização, e tantas outras. Nenhuma delas paralisa o campesinato pela efetividade de sua existência e pela relação estabelecida entre si e sua terra de trabalho. Assim, dizer isso não é afirmar que os camponeses sob o capitalismo são iguais aos camponeses sob o feudalismo, porque isso não está em questão (pressupõe-se, obviamente, o contrário) (Shanin, 2005).

O que se quer dizer é que os camponeses representam uma especificidade de características sociais econômicas, que aparecerão em qualquer sistema societário em que operem. Que dizer também que a história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia. Em poucas palavras, significa que uma formação social dominada pelo capital, que abarque camponeses, difere daquelas em que não existem camponeses (Ibid., 2005).

Para Shanin (2005), os camponeses se constituem como classes históricas “para si” com baixo “caráter de classe”, sendo enfatizadas em diferentes tempos e contextos.

Os camponeses pertencem aos tempos antigos e medievais no *Grundrisse*, ao passado mais imediato da Inglaterra em *O Capital*, de Marx, mas são centrais à análise da história política atual da França e ao futuro político da revolução proletária em “países de maioria camponesa”. **“Classe para si” representa aqui não apenas uma definição mais expressiva do que “classe em si”, mas também um nível diferente de abstração, não apenas como uma construção analítica, não apenas “portadora” de características de uma “matriz” geral, mas um grupo social que existe com consciência de classe na ação política de seus membros.** Somente a conceituação de uma classe como ator e sujeito da história social permite levantar questões como cristalização e descricalização de classe, coalizões de classes temporárias, retiradas, vitórias e derrotas. **A luta de classes significa, neste nível, não apenas uma contradição objetiva de interesses, mas uma confrontação real de organizações específicas, palavras de ordem e homens** (Ibid., 2005, p. 15, grifos nossos).

Dentro das especificidades do campesinato, são inúmeras as discussões acerca de

como a classe se apresenta à sociedade. A noção de “classe em si” é apresentada no sentido de autoidentificação, como condição de consciência de si. O movimento de “classe para si” acrescenta elementos importantes, seja no posicionamento e tomada de consciência coletiva, seja na formação da luta política, ambas, relacionadas às formas de produção/exploração inerentes à sociedade capitalista.

De acordo com o autor, entre as defesas do campesinato enquanto classe e/ou a sua negação¹⁵, também produto de derivações e deduções, admitiu-se certa autonomia da classe camponesa na medida em que se relacionava com o(s) modo(s) e/ou sociedade que se vinculava (Ibid., 2005).

Thompson (1987), na direção de Shanin, no que concerne à noção de classe, discutindo a formação, a luta e o próprio sentido de consciência de classe, observa que:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involutariamente. **A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais:** encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais (Ibid., 1987, p. 10, grifos nossos).

Segundo o autor, a condição de classe perpassa pelas condições materiais e culturais de existência, constituindo-se como um elemento fundamental na leitura das lutas sociais, a partir dos conflitos travados entre os sujeitos antagônicos (Ibid., 1987). A classe camponesa não deve ser lida ignorando a sua ligação com a terra e suas formas de relação no embate travado entre o campesinato e o capitalismo com seus mecanismos de captura.

Fazer-se classe é, desse modo, uma questão determinante para as relações estabelecidas entre esses sujeitos, de modo que implica uma visão de mundo conflitante com a ideologia capitalista. A formação camponesa, juntamente com a sua posição e especificidade no interior das relações de trabalho e de produção não implicam na negação da diversidade das lutas, dadas as formas de resistências do campesinato ao longo da história.

Outro pensador que compreendia o campesinato enquanto classe era Karl Kautsky (1854-1938), apoiado nas obras de Marx (18 Brumário e Revolução e Contra-Revolução na Alemanha), o autor discutia o campesinato enquanto uma camada intermediária entre os

¹⁵ Para Souza (2009, p. 120): “Evidentemente, não se deixa de mencionar, que certo materialismo procurou negar o sentido de classe do campesinato, calculando uma trajetória de proletarização e sua extinção, negando sua experiência e representações materiais”.

proletários e os capitalistas, citando também os pequenos burgueses, proletários andrajosos, burocratas, soldados, monarcas, professores e estudantes (Ibid., 1986).

No entanto, o autor de “A Questão Agrária” trouxe uma concepção um tanto depreciativa quanto aos camponeses, uma vez que eram conhecidos por serem “instáveis, bárbaros, sem inteligência e sem organização”. Além disso, segundo Kautsky “o camponês era um ser misterioso, estranho, às vezes mesmo muito inquietante” (Ibid., 1986, p. 11), ao considerar um contexto de proeminência dessa classe no conjunto da população.

Tal concepção é fundamentada na ideia de que a evolução social do campesinato direcionava o seu desaparecimento, tendo em vista o processo de proletarização que atingiria a população camponesa gradativamente. Para ele, esse processo seria inalterável dada a condição de desmanche da indústria artesanal dos camponeses que passariam a adentrar na lógica de inserção no mercado de consumo e trabalho, sem perder de vista a massa de força de trabalho do campo em direção às cidades para trabalhar nas indústrias modernas (Ibid., 1986).

Apoiado nas teorias marxistas, Kautsky entendia a amálgama desse processo:

Mas esses braços, que se alugam por um salário, **são de camponeses proletários, de camponeses que buscam serviços acessórios, filhos e filhas de camponeses que estão sobrando**. A mesma evolução que, de um lado, suscitou a procura de operários assalariados, criou de outro esses operários. **Ela proletariza muitos camponeses, reduz a família de outros como vimos, e atira ao mercado do trabalho o excedente de seus filhos e filhas**. Enfim, **cria entre os pequenos lavradores a necessidade de ganhos acessórios, obtidos fora de sua própria exploração**. A terra deles é muito limitada para fornecer o excedente sobre as necessidades de sua própria casa. Eles não têm produtos agrícolas que possam levar ao mercado. **A única mercadoria que podem vender é a sua força de trabalho que só temporariamente é reclamada em globo pela sua própria exploração**. Um dos meios de aproveitá-la reside no trabalho assalariado, efetuado nas empresas maiores (Ibid., 1986, p. 15, grifos nossos).

O sentido de classe que o autor considerava estava vinculado à formação do proletariado, haja vista que eram os filhos dos camponeses que passaram a vender a sua força de trabalho, de acordo com a ociosidade no campo. Desse modo, Kautsky (1986) compreendia que somente o antagonismo existente entre burguesia e o proletariado moveria a sociedade, e somente este último seria o responsável pela conquista do socialismo na luta pela emancipação enquanto curso pleno do desenvolvimento das forças produtivas.

Paulino (1997, p. 7) escrevia também que a entrada do campesinato no mercado, “através do trabalho acessório constituía-se em um ciclo vicioso, pois à medida em que esta classe passava a trabalhar para outrém, menos tempo se dedicava à sua própria unidade,

reduzindo assim a produção interna”, entretanto, considerava que o trabalho acessório provocava, “consubstanciado nas migrações temporárias dos camponeses em busca de trabalho, mudanças qualitativas, proporcionadas pela convivência com os operários”.

Refletia-se assim a tese de que a classe camponesa, incorporada ao mundo proletário, adentrava na subsistência proveniente do mercado de trabalho, e não mais nas atividades internas das suas unidades familiares. No entanto, não significava a sua destruição, mas sim a sua inserção no modo econômico dominante.

O sentido de classe, compreendendo os interesses em comum dos sujeitos camponeses (a terra, o trabalho, a família, a produção de alimentos e a criação de animais, dentre outros), está permeado pelo curso histórico em que se encontram esses sujeitos e como eles se organizam a partir das mudanças que lhes são impostas. Ainda conforme Kautsky,

A família do camponês da Idade Média constituía uma sociedade econômica bastando-se inteiramente, ou quase inteiramente, a si mesma, uma sociedade que não apenas produzia os seus gêneros alimentícios, mas também construía a sua casa, os seus móveis e utensílios domésticos; fabricava mesmo a maior parte das ferramentas grosseiras com que curtia peles, preparava o linho e a lã, confeccionava as suas roupas, etc. O camponês ia certamente ao mercado, mas unicamente para vender o sobejo do que produzia, e apenas comprava o supérfluo, exceto o ferro que empregava, aliás na menor quantidade possível. Do resultado do mercado poderiam depender a sua abastança e o seu luxo, mas nunca a sua existência (Ibid., 1986, p. 11, grifos nossos).

O camponês do período feudal não é o mesmo camponês na atualidade do modo de produção capitalista, em que pese a produção do espaço por diferentes sujeitos sociais, a apropriação da Natureza, a manutenção das antigas e novas questões fundiárias, mudanças e permanências no mundo do trabalho e como se visualizam as lutas do/no campo¹⁶ (por permanência na terra e produção de alimentos).

Com o advento da indústria visceralmente urbana, esse camponês perde o controle da pequena indústria artesanal e passa a ser refém da dinâmica comercial imposta pela grande indústria, que não só revolucionou a cidade, mas atingiu, sobretudo, a população do campo. O que determina essa fase na história da humanidade é a própria Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Com o avanço das tecnologias e da ciência, a indústria aparece como produto, inclusive também da fratura na base essencialmente camponesa, no trabalho artesanal, quando todos tinham controle do que era produzido e da posse dos meios de

¹⁶ De acordo com Lisboa (2019), “o cenário impõe ainda mais organização, exige a elaboração de redes de mediadores e apoiadores para fazer frente ao quadro de lutas e ao aumento da violência que se apresentam para o campo no quadro atual das relações capitalistas”.

produção necessários.

Essa divisão não só separou produtor direto e trabalho, mas modificou a matriz produtiva e a dinâmica da vida camponesa, agora submersa cada vez mais na vida urbana-comercial. Para Kautsky (1986, p. 13), “a dissolução da indústria do camponês que produzia para si mesmo já começara na Idade Média” e provocou a sua dependência ao mercado, visto que o camponês estava subordinado à lógica de produção de mercadorias que seria funcional à grande indústria urbana, enfraquecendo a organização do campesinato.

Para além do autor tcheco-austríaco, Alexander Chayanov (1888-1937) em sua obra “La organización de la unidad económica campesina” (1974), descrevia a composição da unidade familiar camponesa, considerando o caráter idílico de tal classe. Diferentemente de Lênin, Kautsky e Shanin, Chayanov priorizava o debate das características internas do campesinato, num contexto histórico em que se encontravam no auge as discussões sobre esse sujeito social. Ademais, o autor afirmava que o trabalho familiar era uma forma de produção dominante no mundo, teorizando um equilíbrio entre trabalho e consumo (Ibid., 1974). “A produção é considerada por Chayanov como um fim em si, determinada por leis naturais (necessidade humana)” (Conceição, 1991, p. 41).

Chayanov (1974) tinha clareza que a economia camponesa não era tipicamente capitalista, mas não refutava a sua inserção no mercado:

Gracias a su contacto con el mercado, la explotación puede eliminar ahora de su plan organizativo todos los sectores de producción que proporcionan pocos ingresos y en los cuales el producto se obtiene con un esfuerzo mayor que el requerido para obtener su equivalente en el mercado mediante otras formas de actividad económica que producen ingresos mayores. En el plan organizativo sólo subsiste lo que **proporciona una alta remuneración para la fuerza de trabajo o constituye un elemento de producción irremplazable por razones técnicas** (Ibid., 1974, p. 142, grifo do autor).

Para ele, o contato entre o campesinato e o mercado possibilitaria um maior ganho de rendimento, haja vista que a inserção de novas atividades econômicas no plano organizacional da classe implicaria a eliminação dos setores de produção com baixo retorno econômico (Ibid., 1974). O que se vislumbra com a perspectiva chayanoviana, totalmente dedicado à leitura interna sobre o campesinato, é que não há uma leitura do autor quanto às contradições existentes, sejam elas dentro da própria unidade de produção familiar, ou por intermédio dos mecanismos do capital, ou seja, das formas de subordinação e sujeição desta classe.

Além disso, é possível entender que Chayanov (1974) apesar de realizar um inventário minucioso acerca da organização e estrutura desta classe, romantiza esse sujeito conforme ele

se insere na economia dominante. O autor entendia que o mercado é permeado de instabilidades e que o preço dos produtos agrícolas estava vinculado às condicionalidades da ordem mundial. No entanto, privilegiava o debate sobre produção e consumo, na tentativa de buscar um equilíbrio nessa relação, entendendo que se o campesinato acumulasse capital não estaria dentro da lógica pequeno-burguesa (Ibid., 1974). Toda essa discussão permeava os objetivos da Escola Organizacional¹⁷ da qual Chayanov participava.

Desta maneira, à medida que o camponês adentrava na economia capitalista, apesar das constantes discussões sobre sua condição, Chayanov (1974) se aproximava mais do debate reacionário do que das propostas revolucionárias. Desconsiderava também o caráter da luta de classe, enquanto projeto de mudança radical na estrutura da sociedade, luta esta em constante processo no curso histórico. Conforme Conceição (1991, p. 27), “em nenhum momento propõe a luta revolucionária. Admite a presença do Estado, embora seja bastante enfático ao defender as cooperativas (a partir da idéia de ajuda mútua) [...]”.

Chayanov (1974), afirmou que a existência do camponês independia dos processos de desenvolvimento do capitalismo, a partir da reprodução do campesinato seguindo outra lógica e sistema econômico próprio. Essa análise partia de uma compreensão orgânica da unidade familiar camponesa, de um ponto de vista de sua organização privilegiando os mecanismos de produção. Como discorria o autor: “¿Cuál es la morfología de este aparato productivo? Nos interesa saber cómo se logra aquí la naturaleza proporcional de las partes, cómo se logra el equilibrio orgánico [...]” (Ibid., 1974, p. 36).

A discussão de um possível equilíbrio camponês, pautado na estrutura interna desta classe, deve ser compreendida ao se considerar o apelo às subjetividades e reciprocidades nas sociedades camponesas (Ibid., 1974). Em direção oposta, o que se afirma é o equívoco na concepção chayanoviana, pois não existe um processo de adaptação do campesinato na economia dominante, como fruto de uma “reinvenção” desse camponês, é, antes de tudo, um mergulho ao processo de subordinação guiado pelo próprio capital.

O sujeito camponês, na lógica do modo de produção capitalista, é sempre submetido ao empobrecimento, pois seu trabalho e seus meios de produzir são capturados pela dinâmica capitalista, que além de saquear o campesinato também usurpa a terra e controla a força de trabalho para impulsionar a engrenagem de seu sistema.

Assim, o campesinato se apresenta como um sujeito em movimento, cuja organização

¹⁷ A Escola Organizacional, sustentada em seu caráter técnico e formada por agrônômicos preocupados na gestão das grandes propriedades agrícolas, foi fundamental nas teorias de Chayanov sobre a agricultura e o campesinato da Rússia. Todavia, encontrava-se inteiramente inclinada aos projetos de industrialização da agricultura (sob o viés ocidental), em toda sua discussão da organização da unidade econômica camponesa.

é basilar na sua gênese e na sua reprodução social. Mesmo que o capital e o capitalismo tendam a dominá-lo, o modo de vida camponês (estranho ao modelo de sociedade capitalista), é a negação da exploração comumente empreendida pelo mercado e este, por sua lógica, é a expressão do poder dos parasitas capitalistas.

Conceição (1991) é cirúrgica ao afirmar a luta histórica do campesinato, bem como ao se posicionar contra a teoria do desaparecimento dessa classe:

Os conflitos-confrontos da luta pela terra marcam a temporalidade histórica destas lutas que engendram a resistência no que não se quer perder, ou no processo de organização pela posse da terra. **Nega-se então, que a expulsão do campo é o primeiro passo da proletarização e da extinção do campesinato. Nega-se também o reducionismo de ser o assalariamento uma condição de melhoria dos trabalhadores ‘anacrônicos’** (Ibid., 1991, p. 107, grifo nosso).

Desse modo, a organização camponesa ora vai servir aos interesses capitalistas, quando é garantida a produção de mercadorias, ora é a sua negação, quando não parte do lucro como objetivo, mas sim a geração de renda e o trabalho de base familiar (onde não há o assalariamento, mas sim a vigência do trabalho coletivo). Todavia, como relação de dependência, o modo de produção atual necessita das relações não capitalistas¹⁸ para exercer seu expansionismo, bem como controlar a força de trabalho e legitimar o seu domínio.

Em direção oposta, nas relações camponesas de produção, mantêm-se as relações umbilicais com os meios sociais de subsistência, ou seja, com a terra, o trabalho e os seus instrumentos. E mesmo sob o jugo do capital, estas relações não foram suprimidas, pelo contrário, elas são tão necessárias ao capitalismo em virtude de sua captura ao processo de realização do lucro. De acordo com Souza (2009, p. 115), “o capitalismo se ocupa em primeira instância com a mercadoria, nela está a síntese de sua realização”.

A partir das relações capitalistas de produção, além da redefinição dos antigos laços, subordinam-se as relações não capitalistas, ou seja, as relações camponesas de produção. Trata-se da incorporação destas últimas de modo equitativo e contraditoriamente necessárias à reprodução do capital, pois na agricultura, o processo de subordinação das relações não capitalistas se faz, sobremaneira, pela apropriação e monopolização.

Para tanto, se de um lado o camponês está subordinado pelo capital e pelo mercado, do outro, não é organizado por estes. Apesar do domínio do capitalismo e de seus mecanismos,

¹⁸ Pela expansão do capitalismo, há uma redefinição das relações tradicionais de produção, que além de subordinar a classe trabalhadora na produção de mercadorias, introduz as relações não capitalistas de produção necessárias à reprodução do capital.

não se negam as estratégias do campesinato para resistir e liquidar um falso processo de “descampesinamento/descamponização” liderado pelo próprio capitalismo.

O reconhecimento de sua identidade, enquanto vínculo com a terra e sentido de classe trabalhadora, é, portanto, fundamental na engrenagem do modo de produção capitalista, pois é preciso ter o trabalho (concreto) desta classe para que o capital sobreviva. O capital se reproduz controlando a força de trabalho camponesa para suprir as demandas do modo de vida urbano, bem como controlar o que se produz e como é apropriada a sua renda.

Em termos gerais, o campesinato não está desintegrado na contemporaneidade, pelo contrário, o camponês se integra às novas dinâmicas da economia capitalista. O que se deve levar em consideração é o processo de mercadorização ou mesmo reificação desta classe, pois o capital se torna implacável na sua capacidade de subjugação e contínuo controle social. De tal forma, o ser camponês não se dissolve, mas se subordina às exigências do trabalho, no processo produtivo, na comercialização e no consumo da mercadoria.

Entre outras coisas, a classe camponesa está circunscrita aos mandamentos do modo de produção dominante e, comumente, encontra-se acorrentada e submissa ao capital.

Para Kautsky (1986), um outro caminho era/é possível. Quando a agricultura socialista fizer parte da dinâmica social, o camponês não será expropriado, essa agricultura “o arrancará ao inferno em que a sua propriedade privada hoje o acorrenta” (Ibid., 1986, p. 184). O propósito é que as necessidades materiais, as condições sociais, estejam articuladas ao modelo socialista em que a coletividade é prioritária nas relações sociais, bem como a unidade entre agricultura e indústria sem prejuízo para esta ou aquela. Somente em outro modo de produção haverá a dissolução da propriedade privada capitalista concentrada nas mãos de poucos. E somente em outra sociabilidade o camponês estará efetivamente livre.

Nas relações de produção camponesas, o objetivo não é a produção que visa alcançar o lucro, e sim a sua sobrevivência, mas ocorre a subordinação do capital recriando antigas relações, como, por exemplo, a renda da terra (pré-capitalista presente na agricultura) em renda capitalizada da terra. Isso ocorre para satisfazer as necessidades do capital e subjugar os camponeses nos processos de produção e circulação, dissolvendo-os e os incorporando como produtos do próprio desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo.

Pela expansão desse modo de produção, o que ocorre com a terra é a sujeição como renda da terra capitalizada, é a redefinição da renda da terra pré-capitalista apropriada pelo capital através da monopolização e, desse modo, a produção e a renda camponesas se voltam para o capital monopolista, convertendo-se em mais capital centralizado.

Martins (1981) destacou com clareza como ocorre essa relação de sujeição do

campesinato sem que ele seja expulso da terra:

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, ao mesmo tempo que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal *do trabalho* ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da *sujeição da renda da terra ao capital* (Ibid., 1981, p. 175, grifos do autor).

A sujeição da renda da terra¹⁹, bem como a produção camponesa, é primordial ao cerne do sistema, e mesmo que o camponês não seja o trabalhador assalariado, portanto não produz mais-valia, este sujeito favorece a realização da mesma quando adentra a lógica do mercado (produzindo e consumindo produtos deste), e quando recorre às tecnologias na/da produção (Oliveira, 2007).

Sobre a temática, Kautsky (1986) nos mostra:

A exploração agrícola moderna é impossível sem dinheiro, ou, o que vem a dar no mesmo, sem capital. Porque na organização atual da produção toda soma de dinheiro que não serve ao consumo pessoal pode tornar-se capital (valor que produz mais-valia), e isto ocorre geralmente. **A exploração "agrícola moderna é pois uma exploração capitalista. Nela se revelam os caracteres distintivos do modo de produção capitalista, mas sob formas particulares.** Para a compreensão dessas formas precisamos fazer aqui uma pequena digressão no domínio das abstrações econômicas expondo rapidamente o nosso ponto de vista doutrinário, que é o das **teorias de Marx sobre o valor, a mais-valia, o lucro e a renda territorial** (Ibid., 1986, p. 38, grifos nossos).

Marx (2010) em sua obra “Manuscritos econômico-filosóficos”, sobre a renda da terra sinalizava que “o direito dos proprietários fundiários tem sua origem no roubo. [...] Os proprietários fundiários gostam, como todos os homens, de colher onde não semearam e exigem renda inclusive pelo produto natural da terra” (Ibid., 2010, p. 61). Fundamentado em Adam Smith, o autor compreendia que a renda da terra se constituía apenas como um ganho do capital, em que o proprietário passou a utilizar como melhoria do solo.

A quantidade de renda da terra depende da variação da fertilidade do solo, bem como o determinante de sua localização, haja vista que suscitará ganhos ao produto final dessa renda. Como a renda da terra é produto do poder da Natureza construído socialmente, uma vez que o proprietário ou outrem (o arrendatário) tem a posse de seu uso, tal produto será menor ou maior dada as condições de extensão desse poder, ou seja, considerando o grau de

¹⁹ Não é a extração de mais valor, mas sim um equivalente do lucro no espaço agrário.

fertilidade natural do solo ou mesmo a fertilidade artificial por meio do uso das técnicas e tecnologias (Ibid., 2010).

Paralelo a Marx, Kautsky (1986) reiterava o papel que a renda da terra diferencial tinha ao ser vantajosa para a produção, pois a terra em suas qualidades particulares não era/é transmissível aos homens, já as máquinas e outras ferramentas eram/são multiplicáveis,

O solo ao contrário, regula-se por outras leis. Seria um erro de nossa parte compará-lo ao capital. **Não se trata de um valor criado pelo trabalho e posto em circulação. E mesmo do ponto de vista material ele difere totalmente dos meios de produção que representam o capital.** Estes perdem o seu valor. O solo é indestrutível. Novas descobertas, a cada momento, depreciam os meios de produção. **O solo persiste, de maneira permanente, como a base natural de toda produção.** A concorrência entre os capitais cresce à medida que cresce a sua acumulação, e por conseguinte com o aumento da indústria e da população. **O solo, ao contrário, assume cada vez mais o caráter de um monopólio** (Ibid., 1986, p. 121, grifos nossos).

Conforme os autores, a renda da terra é uma condição permanente, uma vez que advém das condições naturais inerentes ao solo (fertilidade, localização, etc.). A Natureza possui suas leis próprias, totalmente dissociadas das leis do capital, desse modo, a relação entre a renda (territorial) e o lucro é desigual, pois quanto ao solo não se trata da criação de um valor por meio do trabalho, como ocorre nas indústrias. A terra é inalterável, portanto irreproduzível pelo capital, é base natural para a criação de todo tipo de produção, por isso que ela assume um caráter único de apropriação e sujeição. O campesinato, como sujeito, e a terra, como base, são o sangue que o vampiro (o capital) cobiça sugar para manter-se vivo.

Para Maestri (2012), o núcleo da família camponesa mantém um usufruto relativamente estável em relação à terra, enquanto meio de trabalho, apesar de não ser o seu proprietário. Proporciona então o investimento de trabalho para tornar a rentabilidade da terra maior e poder explorá-la – através de irrigação, drenagem, cultivos permanentes e etc. Desde os tempos remotos esse trato com a terra, em termos de fertilidade e preparo, foi primordial na fixação do campesinato (Ibid., 2012).

Outrossim, Paulino (1997) amparada na obra de Kautsky (1986), acrescentava a discussão acerca da diferença entre a renda diferencial e renda absoluta da terra:

Nesta obra, há uma distinção entre renda absoluta e renda diferencial da terra: **a renda diferencial não é resultado da propriedade da terra, e sim do caráter capitalista da exploração agrícola.** Desse modo, **mesmo que fosse suprimida a propriedade individual do solo, mas se mantivesse o caráter capitalista da exploração, ela resistiria, mudando apenas os**

critérios de apropriação. Com relação à renda absoluta, ela resulta exclusivamente da propriedade privada da terra. Neste caso, a coletivização das terras suprimi-la-ia. Em outras palavras, **a renda diferencial resulta dos custos de produção, e não constitui um fator que determine o preço dos produtos agrícolas, pois, a princípio, o que o determina é a renda absoluta da terra** (Ibid., 1997, p. 13, grifos nossos).

É possível compreender que a renda diferencial é dependente da renda absoluta da terra, e é com esta última que vem a responsabilidade dos tributos a serem pagos pela sociedade aos detentores desse meio de produção, ou seja, os proprietários fundiários. Dessa forma, entende-se que terra não é capital, tampouco proporciona lucro, pois não é trabalho, mas sim a terra proporciona renda.

Outrossim, Kautsky (1986) descrevia que na agricultura, diferentemente da indústria, como há aumento da demanda de produção de alimentos e a procura de outras matérias-primas (influenciado pelo aumento da população), incorporou-se as piores terras (condições de localização e fertilidade) no circuito produtivo. Isso ocorre devido à possibilidade de controle e definição de preços dos produtos agrícolas, como também na relação com os custos de produção e o alcance do lucro médio para o mercado.

Marx (2010) vai esclarecer que a renda da terra não ocorre sem a presença de conflitos entre proprietários e arrendatários, pois é estabelecida uma luta entre estes quanto à reposição de capital, investimentos (compra de sementes, pagamento de trabalho, manutenção de instrumentos e animais, dentre outros), que se objetivam na apropriação da renda final.

Ademais, a partir da concorrência entre os proprietários, a manutenção das grandes propriedades fundiárias vai propiciar a produção com maior vantagem, ao contrário dos pequenos proprietários. Conforme Souza, Santos e Menezes (2019):

Para os pequenos proprietários, a possibilidade de extração da renda se torna cada vez mais difícil. Para consegui-la, estes têm que aplicar capital, melhorar a propriedade, o que projeta sobre os pequenos proprietários a necessidade de possuir dinheiro vivo. **Eles não têm, portanto, a mesma condição de concorrer que possuem os grandes proprietários, vez que são estes últimos os responsáveis pela regulação dos preços de mercado** (Ibid., 2019, p. 149, grifos nossos).

Não obstante, Marx (2017) destaca assim que o pequeno proprietário fundiário que trabalha para si defronta-se, dessa maneira, com o grande proprietário fundiário, numa relação totalmente discrepante, haja vista que o pequeno se iguala a um artesão, possuindo um instrumento próprio, já o grande seria como o dono da fábrica. A leitura do autor considerava ainda que, a renda da terra, tenderia a desaparecer para o pequeno proprietário, sobrando-lhe

os impostos a serem pagos, os juros de seu capital e o seu salário.

Considerando essa relação de concorrência, ainda assim os capitalistas dominam a maior fatia da propriedade privada, podendo se tornar inclusive proprietários de terras, bem como acentuar a divisão da sociedade entre capitalistas e latifundiários (Souza; Santos; Menezes, 2019). No entanto, o próprio Marx (2017) é enfático ao apontar a presença de três grandes classes sociais: a burguesia ou capitalistas, os proprietários latifundiários e a classe trabalhadora ou proletariado.

Ademais, é nessa última classe que se identifica o campesinato. No conjunto dos trabalhadores é o campesinato enquanto pequeno proprietário e produtor de alimentos, alvo da concentração fundiária e refém do mercado, que se faz presente na pesquisa em discussão.

Em nossos campos identificamos camponeses proprietários de minifúndios, comodatários e um arrendatário no Agreste Central de Sergipe. Pela condição dos produtores, entendemos que existe renda da terra, conforme a resposta de um arrendatário sobre os motivos que lhe fizeram usufruir da pequena parcela de terra para o cultivo de batata-doce, a resposta foi: “Eu não tinha mais terra pra plantar. Esse pedaço de terra já ajuda pra vender o produto nas feiras” (Entrevista concedida em junho de 2023, Povoado Figueiras, Moita Bonita, Sergipe).

Pela continuidade da questão, foi importante também perguntar:

“Mas o senhor acredita que o tamanho da terra seria suficiente para ter renda?”

Em resposta, o nosso entrevistado afirmou:

“Não. Mas não tem jeito né, é assim mesmo. A gente trabalha porque precisa, e se fosse mais terra a gente ia plantar mais, podia plantar mais batata ou milho”. Quando perguntado sobre o tamanho da terra arrendada e o valor pago por esse arrendamento o camponês respondeu: “aluguei 4 tarefas, de toda era 5 cinco, mas tem a casa e no tempo foi 2.000 que eu aluguei as 4 tarefas, era 500 reais cada uma. Eu plantava somente batata-doce, só foi uma planta de inverno durante uns quatro meses no caso”.

O relato revela que é possível extrair renda da terra no processo de arrendamento de uma pequena propriedade, mesmo que o tamanho ainda seja um problema para o camponês produtor. As palavras transmitem a aceitação da situação vivida, mas afirma que da pequena tarefa de terra se retira o principal sustento de sua família.

Contudo, priorizamos a discussão em torno da sujeição da renda camponesa na produção de batata-doce no espaço agrário sergipano, pela realidade e dinâmicas apresentadas em nossa investigação.

Essa sujeição está especialmente presente entre os camponeses proprietários de

minifúndios, que pela tendência de repetição das respostas não ultrapassava 1 hectare a extensão da unidade de produção camponesa.

Para entender melhor essa realidade tomamos o exemplo de outro camponês e como ocorre a simulação da renda camponesa com a produção da raiz no processo de comercialização (Tabela 02):

Tabela 02 - Simulação da renda camponesa com a produção de batata-doce em Moita Bonita, Sergipe - Segundo Trimestre de 2023

Produtor	Batata-doce (ton/ha)	Custos da produção ²⁰ (R\$/ha)	Preço da produção particular		Renda final para o produtor (R\$/ha)
			Total/ha	Kg/R\$	
Camponês (pequeno produtor)	3,5 t.	900,00	Total/ha	Kg/R\$	5.100,00 (R\$ = 0,5 ha)
	(0,5 ha)		6.000,00	2,00	

Fonte: Trabalho de campo, 2023
Organização: LIMA, Mara Íris Barreto, 2023

Considerando a realidade mencionada é importante entender que há uso de irrigação artificial, sobretudo com o uso de poço semi artesiano²¹. Além disso, o caso em questão partiu de uma realidade em que não houve investimentos externos (Bancos, Governo, por exemplos) na produção de batata-doce, assim como não houve a presença de assistência técnica quanto ao manejo do solo e o uso indiscriminado de venenos.

Por entender que o exemplo supracitado é um recorte de uma realidade mais ampla, considerando também que o pequeno ciclo produtivo se volta para um trimestre do ano (abril - maio - junho), é possível compreendermos a permanência do campesinato no trato com a terra através da produção de batata-doce. Todavia, a remuneração é dependente também dos condicionantes externos (preços dos insumos, dos serviços e ferramentas necessários na produção agrícola, e notadamente na imposição do valor das mercadorias).

²⁰ Consideramos os custos relatados pelo camponês: R\$ 500,00 (compra de dois sacos de adubo a R\$ 150,00 cada, total = R\$ 300,00 + 1 litro de veneno R\$ 200,00). Pagamento de quatro trabalhadores temporários: R\$ 340,00 (o trabalho de duas mulheres (R\$ 70,00 cada) = R\$ 140,00 + o trabalho de dois homens (R\$ 100,00 cada) = R\$ 200,00). Valor pago pelo uso de energia (uso de bomba para a irrigação) no mês = R\$ 60,00. Gastos totais: R\$ 900,00 em 0,5 hectare de produção. Consideramos a renda embutida no produto, levando em conta todos os processos de produção.

²¹ Quanto aos custos da instalação e manutenção do poço (nos quais caberiam nos custos totais para a geração da renda camponesa), não foram informados pelo camponês entrevistado.

Também é importante esclarecer que na produção da raiz a propriedade da terra em discussão (também presente na maioria dos casos observados), se constitui em metade de 1 hectare (0,5 ha) em tempo que ela é destinada apenas para um único cultivo, a batata, conseguindo gerar renda²². Significa, como observamos nos trabalhos de campo, que a maior parte das toneladas produzidas no Agreste Central Sergipano, especialmente em Moita Bonita, Malhador e Itabaiana, assim como no município de Riachuelo (fronteira com o agronegócio da cana-de-açúcar e da pecuária), tem sua origem nas tarefas de terra oriundas do processo de fracionamento fundiário em curso.

Ao entender a renda na produção de alimentos, é possível entender também, de modo contraditório e dialético, a sujeição da renda camponesa para o mercado, isso porque mesmo que seja fundamental para a reprodução social do campesinato essa produção, há um processo de captura do capital que se apropria da maior fatia dessa renda.

A sede do capital para dominar tudo, mostra-nos o caráter de classificação das melhores e piores terras para garantir a produção e a extração da renda, que se torna lucro para os capitalistas e sustento para os camponeses. Esse lucro surge do processo de exploração do trabalho do/no campo, bem como da apropriação da renda na produção de alimentos que é dominada pelo mercado capitalista, ou seja, pelo capital.

1.2. Algumas reflexões acerca da Questão Agrária no Brasil

A Questão Agrária Brasileira é uma discussão complexa e histórica, e aqui pretendemos realizar alguns apontamentos e reflexões sobre os principais processos e contradições inerentes ao campo brasileiro, para entendermos sobre a realidade concreta na nossa área de estudo. Entendemos que a literatura conservadora vem impondo uma interpretação equivocada sobre a Questão Agrária num país de imensidão continental, principalmente pelo pseudodiscurso de que o capitalismo já organizou a produção agrícola (por meio da modernização do campo) e, portanto, não haveria mais uma Questão Agrária.

Nesse sentido, é fundamental o seu movimento oposto, a leitura crítica dessa Questão Agrária é um dever dos geógrafos comprometidos com a luta e a incessante busca de transformação da realidade de milhões de trabalhadores camponeses, subordinados e explorados para atender a lógica do mercado, como vimos anteriormente.

Desde o princípio, o movimento da história foi marcado pela mobilidade dos sujeitos,

²² No caso exposto a renda é quase cinco (5) vezes o valor do salário mínimo para o camponês produtor de alimentos. A produção de batata-doce é contínua, há pelo menos a colheita entre 3 a 4 produções por ano.

considerando o desenvolvimento de suas atividades para suprir as necessidades básicas de sua existência e sobrevivência. Para Stédile (2012), no Brasil

a História registra que as populações que habitavam nosso território viviam em agrupamentos sociais, famílias, tribos, clãs, a maioria nômade, dedicando-se basicamente à caça, à pesca e à extração de frutas, dominando parcialmente a agricultura. Ou seja, como a natureza era pródiga no fornecimento dos alimentos para suas necessidades básicas, os povos de nosso território pouco desenvolveram a agricultura. Domesticaram apenas algumas plantas existentes na natureza, em especial a mandioca, o amendoim, a banana, o abacaxi, o tabaco; muitas frutas silvestres também eram cultivadas. Essas tribos, em 1500, já cultivavam o milho, originário de outras regiões do continente, em especial da América andina e da América Central, o que comprova a existência de intercâmbio e contato entre esses povos (Ibid., 2012, p. 20, grifos nossos).

A leitura da Questão Agrária no país precisa considerar o movimento histórico de sua formação, da implementação do modelo europeu aos seus processos subsequentes. Ou seja, em um primeiro momento, com a colonização de 1500 há o extermínio gradativo da população nativa e a pilhagem de suas riquezas naturais. Como consequência, tem-se a abertura do mercado mundial, o comércio colonial na América, a implantação dos meios de troca e a circulação de mercadorias imprimindo uma nova sociedade pautada na suplantação das organizações originais e o início do capitalismo essencialmente comercial.

Para legitimar o poder, as terras recém-invadidas foram paulatinamente repartidas em Capitanias Hereditárias e posteriormente em Sesmarias. Esse contexto foi marcado pela destruição e mercantilização das relações embrionárias dos povos originários com a Natureza, exploração sumária do trabalho indígena e do negro escravizado (paralela à mobilidade e subordinação do campesinato pobre europeu), entre outros processos que foram essenciais na multiplicação de capitais *sui generis* e à soberania do Estado representativo moderno europeu.

Nessa esteira, a manufatura passou a substituir as relações de produção artesanais até então existentes, e as relações sociais eram condicionadas a um novo ritmo de vida calcado no parasitismo do capital.

O Brasil, assim como toda América Latina, foi essencial na apropriação das terras (voltadas à *plantation* fundada na monocultura, no latifúndio e no trabalho escravo; posterior e concomitante à produção de cana-de-açúcar e à expansão da pecuária), também na exploração de minérios (as minas de prata e de ouro indispensáveis à centralização do capital para eclodir a Revolução Industrial). De acordo com Coggiola (2011), o roubo do ouro de nosso território iria se constituir em uma das engrenagens do sistema capitalista:

As entradas e bandeiras procuravam abrir o caminho frequentemente deixando um rasto de sangue em direção a rápida riqueza. No caso português, o ouro brasileiro ia para Portugal e dali - para pagar o excedente das importações sobre as exportações, ou déficit comercial - para a Inglaterra. Brasil e Portugal não foram apenas fregueses muito importantes para as manufaturas inglesas, cujo crescimento estimulava na época em que o mercado europeu tendia a recusá-las, mas apoiaram também o seu desenvolvimento. Esse ouro, além de lubrificar as engrenagens da riqueza britânica durante as pré-condições para a largada, no século XVIII, rumo a Revolução Industrial, financiou largas parcelas do renascimento britânico no comércio do Oriente, através do qual, importou tecidos de algodão mais leves para reexportá-los para os climas mais quentes da Europa, África, Américas, e para os quais não tinham outros meios de pagamento a não ser o ouro brasileiro (Ibid., 2011, p. 163).

Todos esses acontecimentos estão marcados na história do país. A condição de acumulação fez das/do terras/território um alvo essencial para o sistema capitalista, ou seja, a terra e tudo que era explorado se tornaram fundamentais à lógica do capital. Assim, a projeção que a propriedade privada da terra, oriunda do modelo europeu, e sustentada na grande propriedade provocou na formação socioeconômica, política e cultural do Brasil, dá-se, como foi apontado anteriormente, num processo desigual e combinado. Um quadro que se perpetua até os dias atuais e desencadeia a própria formação do território à ferro e fogo.

Em *O Cativo da Terra*, José de Souza Martins (2009) apresentou esse momento:

Aqui, **a propriedade da terra se institucionalizou como propriedade territorial capitalista**, presidiu o processo de instauração, difusão e consolidação do capitalismo entre nós, **acasalou terra e capital, concentrou a repartição da mais-valia e avolumou a reprodução ampliada do capital**. Foi o modo de acelerar a entrada do país no mundo moderno, o recurso compensatório da pilhagem colonial que nos condenara ao atraso, o modo de acumular mais depressa para mais depressa se modernizar (Ibid., 2009, p. 04, grifos nossos).

No Brasil, a transição de um modo de vida que antecedeu o capitalismo para este modo de produção (destruição), seguiu configurações de classe, ritmos e tempos diferentes em comparação a outros espaços geográficos.

Ao analisar a Questão Agrária Brasileira, Caio Prado Jr (1979) apontou preocupações quanto às expressões “restos feudais”, “relações pré-capitalistas” ou mesmo “campesinato pobre, médio e rico”, comumente utilizadas na literatura clássica. Em outros países tais expressões ganharam concretude, mas “o mesmo não ocorre no Brasil que apresenta circunstâncias históricas, econômicas e sociais diferentes que não se ajustam integralmente

naqueles conceitos quando tomados em seu sentido original”²³ (Ibid., 1979, p. 187).

Logo, nas terras de Pindorama, não é possível mencionar o modo de produção feudal, entendendo que as relações feudais eram dominantes na Europa, portanto inexistentes em território americano. Martins ainda acrescentava: “no nosso caso foi a transição de um modelo de sociedade fundada no trabalho escravo para um modelo de sociedade fundada no trabalho livre” (Ibid., 2009, p. 04). Essa passagem significou, dessa forma, que a economia colonial sustentada no trabalho escravo de comunidades tradicionais e despóticas para a produção de mercadorias tinha um prazo²⁴, abrindo espaço para uma sociedade que imperava a lógica industrial em que era preciso extinguir o escravo para torná-lo assalariado²⁵.

Para tanto, como a história não é linear e considerando a diversidade das realidades sociais e históricas, é possível entender como a questão brasileira não seguiu uma leitura unilateral. O desenvolvimento do capitalismo deve ser compreendido a partir da realidade concreta, sobretudo em sua formação econômico-social. É, pois, aí que se encontra a sua particularidade: a questão da terra, sua divisão, o campesinato e suas relações de trabalho, são estruturalmente diferentes da realidade feudal/aldeã e até mesmo do campesinato sob o modo de produção capitalista europeu.

Entre 1500 a 1850, o acesso à terra era via concessão de uso²⁶, nessa passagem ela ainda não possuía um caráter mercantil. Essa concessão era de direito hereditário, ou seja, os herdeiros dos escravagistas poderiam continuar com a posse e exploração das terras (Stédile, 2012). Todavia, não lhes era garantido ainda a possibilidade de venda e compra, pois elas ainda não eram mercadorias. É a partir de 1850 que a Coroa Portuguesa promulga a primeira legislação fundiária, que vai legitimar a propriedade privada, a assim chamada Lei de Terras.

²³ Conforme Martins (2009, p. 03), essa transformação das relações sociais e das forças produtivas não foi idêntica ao modelo europeu, haja vista que “o desenvolvimento capitalista no Brasil não seguiu o modelo consagrado na literatura especializada. Teve sua própria circunstância e nela percorreu o caminho possível”, sem negar as contradições históricas que ainda persistem na realidade de nosso país.

²⁴ Para Martins: “[...] o fim da escravidão e o advento do trabalho livre, que ganhou substância na imigração, não foi processo igual para o escravo e para quem não fora escravo, para o imigrante europeu. Com ele, o primeiro ganhou a propriedade da sua força de trabalho; enquanto o segundo, expulso da terra ou dela desprovido, liberado da propriedade, tornou-se livre, isto é, despojado de toda propriedade que não fosse a da sua força de trabalho. Para um, a força de trabalho era o que ganhara com a libertação; para outro, era o que lhe restara” (Ibid., 2009, p. 32).

²⁵ Continuamente, modificava a relação de trabalho para continuar a exploração dos sujeitos sociais beneficiando o capital. Segundo Oliveira (2007, p. 24), “a produção de mercadorias baseada no trabalho escravo reinou nas Américas durante séculos. E a mesma Inglaterra que fizera do tráfico uma fonte de renda lutou mais depois para impor a sua extinção”.

²⁶ Caio Prado Jr. (2008, p. 33) nos mostrava a relação entre a grande e a pequena propriedade: “o regime de posse da terra foi o da propriedade alodial e plena. Entre os poderes dos donatários das capitanias estava, como vimos, o de disporem das terras, que se distribuíram entre os colonos. As doações foram em regra muito grandes, medindo-se os lotes por muitas léguas. O que é compreensível: sobravam as terras, e as ambições daqueles pioneiros recrutados a tanto custo não se contentariam evidentemente com propriedades pequenas; não era a posição de modestos camponeses que aspiravam ao novo mundo, mas de grandes senhores e latifundiários”.

Sobre essa problemática, Lisboa (2019) considera a Lei de Terras importante neste movimento, pois ela

[...] inaugurou o mercado de terras, que até aí era objeto de concessão de uso, certificando que somente quem tivesse riqueza poderia comprá-las. Ela criou o regime de propriedade privada da Terra, que significa estabelecer o domínio do capital sobre um bem natural, não resultante do trabalho humano (Ibid., 2019, p. 224, grifo nosso).

Acerca dessa questão, é possível entender que o acesso à terra passou a ser ditado pelos grandes proprietários e empresários capitalistas, visto que a partir da referida lei se institucionalizava a compra e a venda desse meio de vida. As piores terras, as terras sobrantes, constituíram-se como a única saída para os despossuídos: escravos “livres”, indígenas, camponeses e ribeirinhos, que pressionavam as lutas do/no campo desde os séculos passados até o seu fardo contemporâneo.

Para Caio Prado (1979), a concentração fundiária tinha uma relação direta com a pobreza da população rural brasileira, considerando os problemas agrários como problemas sociais. Há de se considerar as contribuições do autor à medida que ele elenca pontos fundamentais sobre o acesso à terra, além da melhoria das condições de vida dessa população:

Em suma, apresentam-se na economia agropecuária brasileira duas questões distintas: de um lado, a miséria do trabalhador rural, doutro os ínfimos padrões tecnológicos da produção agropecuária. A meu ver, **o que interessa em primeiro lugar e constitui o problema essencial e primordial da economia agropecuária brasileira, é a melhoria das condições de vida do trabalhador rural.** É disso que se há de cogitar em primeiro e principal lugar (Ibid., 1979, p. 185, grifo nosso).

Tendo em mente a formação territorial e as relações de trabalho dominantes no país, a economia agropecuária ainda se sustentava no caráter conservador e exportador de produtos primários (sustentado no latifúndio e no trabalho escravo), bem como na dependência aos países do centro do capitalismo. Mas é a partir da década de 1920, com a Grande Crise de 1929, que o modelo agroexportador entra em crise. Esse período marca uma nova história para a nossa economia, obrigando o Brasil a se industrializar.

Com a indústria ligada ao campo e à cidade, o nosso país não possuía força de trabalho especializada precisando também importar máquinas obsoletas²⁷ (Furtado, 2007). Nesse

²⁷ Essas máquinas eram geralmente usadas e originárias de fábricas falidas dos países atingidos pela crise. A importação das máquinas só era possível pela continuidade das exportações agrícolas, que geravam divisas para seu pagamento, fechando o ciclo da lógica da necessidade do capitalismo dependente (Stédile, 2012).

momento, as contradições no campo brasileiro se agravaram:

a lógica do modelo de industrialização dependente atuava permanentemente de forma contraditória e complementar, em que **os camponeses, ao mesmo tempo em que se reproduziam e se multiplicavam enquanto classe, tiveram parcelas crescentes de seus membros, migrando para as cidades e se transformando em operários**. Na estrutura da propriedade da terra, a lógica contraditória se repetia. **Por um lado, havia a multiplicação de pequenas propriedades, pela compra e venda e reprodução das unidades familiares. E, por outro lado, em vastas regiões, a grande propriedade capitalista avançava e concentrava mais terra, mais recursos** (Stédile, 2012, p. 32, grifos nossos)²⁸.

É nesse cenário que discutimos a estrutura fundiária de nosso recorte espacial: o Agreste Central Sergipano, marcado pela concentração das pequenas propriedades (os minifúndios), em contraposição à grande propriedade. Essa realidade aponta uma área de interesse controlada pelo mercado e as formas de reprodução social das unidades camponesas.

Ademais, à proporção que o projeto de expansão capitalista emplacava o desenvolvimento econômico do Brasil, sobretudo no campo a mobilidade do trabalho²⁹, alterando significativamente o espaço agrário,

A indústria estabelece a divisão social do trabalho aprofundando internamente as desigualdades, e externamente a economia brasileira incorpora-se na competição oligopolista. Acelera-se, portanto, o **êxodo campo-cidade** com a crescente **pauperização dos trabalhadores do campo. A miséria, a fome, era plangente, frente ao monopólio da terra sob o domínio dos coronéis** (Conceição, 1991, p. 74, grifos nossos).

Com a integração do trabalho agropecuário à indústria, ou seja, às atividades agroindustriais, o campo passa a ser alvo da intensificação da produção e circulação de mercadorias para atender a lógica do mercado. Numa perspectiva puramente sistêmica, a agroindústria se torna parte de um complexo que fornecerá não apenas insumos e máquinas,

²⁸ “Os camponeses cumpriram o papel de fornecer mão de obra barata para a nascente indústria na cidade. O êxodo rural era estimulado pela lógica do capitalismo, para que os filhos dos camponeses – em vez de sonharem com sua reprodução como camponeses, em vez de lutarem pela terra, pela reforma agrária – se iludissem com os novos empregos e salários na indústria. Foi, assim, um período histórico em que praticamente todas as famílias camponesas enviaram seus filhos para as cidades, no Sudeste e no Sul do país, para serem operários nas fábricas” (Ibid., 2012, p. 31).

²⁹ Aproximadamente em meados do século XX, surgem as primeiras discussões dentro dos partidos de Esquerda sobre a Questão Agrária Brasileira. Nesse momento, o êxodo rural vai se consolidando em nosso território, em razão dos processos de modernização (a mecanização do/no campo), empurrando uma massa de camponeses pobres expropriada em direção à cidade, que além de estar submetida à miséria, subordinava-se ao capital (industrial e monopolista). É nesse período também, pós-Segunda Guerra Mundial, que se alastra a chamada “Revolução Verde”, trazendo (a reboque) grandes impactos na base da produção do campo altamente dependente de insumos agrícolas, ampliando a atuação do mercado que promove a venda de tais produtos.

mas também o transporte, armazenagem, beneficiamento, além de incorporar serviços técnicos, logísticos, de crédito, dentre outros³⁰ (Campos, 2009).

Nesse sentido, a produção camponesa ficou flagelada frente à competição imposta pelo capital e assim, inúmeros trabalhadores camponeses tiveram que sair do campo para viverem nas cidades. Grandes massas de pequenos produtores transformaram-se em trabalhadores temporários nas empresas, e uma parte foi forçada a entrar no circuito de produção das agroindústrias (vendendo sua força de trabalho e o produto deste), perdendo sua autonomia frente às pressões do mercado. Em nossa pesquisa, observamos camponeses que persistem no campo, mesmo estando mergulhados na lógica da produção da mercadoria.

Campos (2009) nos chama atenção sobre a modernização do espaço agrário, engendrada a partir dos interesses das classes político-econômicas e controlada por empresas que buscam dominar os territórios³¹. Consideramos que para o capital se legitimar contra a reprodução social do campesinato nega inúmeros direitos sociais a essa classe, precarizando-a em tempo que afirma a dependência do trabalho realizado por ela para alcançar o lucro.

A falácia da modernização do campo, acirrada por uma mecanização planejada aos moldes dos interesses capitalistas, mostra-nos uma simbiose entre capital e trabalho, frente à dinâmica capitalista conflituosa e combinada. Como relação, essa simbiose permite entender que o capital necessita do trabalho camponês, subjugando-o para manter sua dominação³². Sem o trabalho, o capitalismo estaria fadado ao fracasso.

Dessarte, nas últimas décadas do século XX o espaço que era ocupado pelos CAIs foi sendo substituído por um novo sujeito: o *agribusiness*. O agronegócio surge como um conjunto de setores produtivos articulados à agricultura moderna, fazendo dela um negócio. No campo, como a reprodução do capital se manifesta subordinando direta e indiretamente o trabalho camponês ao mercado, o avanço do agronegócio se intensifica com a produção de insumos para o aumento da produtividade.

No exemplo dos minifúndios, a aquisição dos produtos oriundos deste setor cria uma relação de dependência para o camponês. Nos povoados pesquisados, a presença do

³⁰ É nessa seara que nascem os Complexos Agroindustriais (os CAIs)³⁰. No Brasil, especialmente entre as décadas de 1960 e 1970, os CAIs adentraram em nosso território a partir de um projeto marcado pelo conservadorismo que assolava o país, via “modernização conservadora” (Delgado, 1985), ou conforme José Graziano da Silva (1982) chamava de “modernização dolorosa”. Diante do avanço dos Complexos Agroindustriais e da presença dos oligopólios transnacionais, a propriedade da terra passou a sofrer um amplo processo de valorização, o que intensificou a concentração fundiária.

³¹ Essa ofensiva se projeta dentro das políticas públicas do Estado, responsável por favorecer a iniciativa privada em paralelo à esfera pública.

³² São formas intrínsecas à essência capitalista, das ínfimas células às estruturas mais complexas de nossa sociedade. O trabalho camponês é paulatinamente explorado pelo capital - não importa onde e quais meios para a sua exploração, ele é inseparável da dinâmica conflituosa e contraditória de nossos tempos.

agronegócio ocorre principalmente na venda de insumos agrícolas e o uso exacerbado de venenos para os diferentes cultivos (sem nenhum tipo de proteção para o trabalhador). Conforme Ribeiro (2020) disserta,

Sem legislação trabalhista que possa legitimar uma condição digna de vida, a responsabilidade pela sobrevivência recai sobre o camponês. O sujeito necessita apropriar-se de insumos agrícolas como mecanismo de tornar-se técnico, ou seja, modernizar-se sob o ponto de vista do capital. Contudo, **no processo de adoecimento e negação do modo de vida, esse mesmo sujeito é condicionado a afirmar que “não há alternativa”** (Ribeiro, 2020, p. 153, grifos nossos).

O que se afirma é a expressão do capital no espaço agrário, pela presença do sistema avassalador do agronegócio que se contrapõe ao modo de vida do campesinato. O uso intenso desses venenos³³ (Figura 04), enquanto discurso de modernidade e, portanto, ideologia do progresso no circuito mercadológico, aprisiona o camponês ao acelerar o tempo de cuidado com a sua terra de trabalho. Cria-se um cordão umbilical entre campesinato e agronegócio, pois na reprodução social do primeiro o que importa é a garantia da renda mais rápida.

Esse contexto delimitado pelo agronegócio é marcado pela especialização produtiva sustentada no tripé do capitalismo: comercialização – industrialização – financeirização. O que é perceptível na evolução do modo de produção capitalista é a presença e coexistência desses processos em todos os momentos da realização da mercadoria. Com o agronegócio, a efetividade dessas relações se faz, sobremaneira, com o apoio da iniciativa privada (grandes empresas e conglomerados transnacionais) e a presença determinante do Estado.

Na comercialização, compreende-se o aquecimento do mercado estimulado pelo escoamento das mercadorias produzidas e apropriadas pelo agronegócio. E, em continuidade, o capitalismo se especializa com a revolução e desenvolvimento industrial. Assim o é quando o assunto é a transformação da matéria natural em produtos ultraprocessados (cada vez mais geneticamente modificados).

Todavia, o que demarca o ápice dessa relação é a última fase (precária) do capital: a financeirização. Essa fase reina como tendência da economia agrária moderna, na qual o capital fictício condiciona todo o movimento de acumulação capitalista, que nada mais é do que o aumento da superexploração e precarização do trabalho humano.

Ademais, o suposto “sucesso” na colheita agrícola só ocorre com o uso indiscriminado desses produtos químicos incentivados pela competição do agronegócio. Na produção de

³³ No recipiente encontrado, entre as substâncias presentes tinha o glifosato, que segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) o produto é um provável causador de câncer.

alimentos, especialmente na produção de batata-doce, o uso de adubos, fertilizantes e inseticidas é uma realidade comum (Figuras 05, 06 e 07).

As figuras a seguir são ilustrativas:

Figura 04 - Veneno da Monsanto encontrado na área de cultivo de batata-doce no Povoado Figueiras em Moita Bonita, Sergipe, 2023



Fonte: Lima, Mara Íris Barreto, 2023

Como o camponês se encontra desprovido de condições materiais suficientes para a sua subsistência, torna-se subalterno aos mandamentos do capitalismo, desconstrói-se então o sentido de autonomia e resta apenas a dependência imposta pelo capital. Para alcançar a sua renda, ele é forçado a utilizar desses produtos, apesar disso refletir em envenenamento do solo, dos alimentos, de si próprio e daqueles que vão consumir esses alimentos.

O uso desses venenos vem se tornando um dos mecanismos que reafirma a falta de autonomia para esta classe social. Nas palavras de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007, p. 40, grifo nosso): “**sabe-se bem que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio**”. Para o agronegócio: o lucro; para o camponês: a sobrevivência.

Figuras 05 e 06 - Fertilizante mineral e inseticida usados na produção de batata-doce no Povoado Figueiras em Moita Bonita, Sergipe, 2022-2023



Fonte: Lima, Mara Íris Barreto, 2022-2023

Figura 07 - Aplicação de veneno na produção de batata-doce no Povoado Agrovila em Itabaiana, Sergipe, 2023



Fonte: Lima, Mara Íris Barreto, 2023

Entendemos que a presença do agronegócio no campo é ofensiva e tenta negar a condição camponesa. No entanto, pela dinâmica capitalista existe uma pressão para que o camponês em sua terra seja obrigado a fazer uso de venenos, pois é requisito da competição

do mercado. O retrocesso é imbuído ainda de uma falsa propaganda sobre as possíveis vantagens no aumento da produtividade, uniformização e extensão dos cultivos (aos moldes da mecanização e das máquinas³⁴). A ideia era de revolucionar a agricultura, e no caso de Sergipe não foi diferente, pois vem sendo seguida a cartilha da dependência.

As imposições do capital ao campesinato, as amarras do mercado, o uso exacerbado de venenos/agrotóxicos³⁵ são projetos que têm um propósito: a precarização do trabalho e da vida desse sujeito. Esses projetos se relacionam à expansão da mecanização na área de produção da batata-doce, onde se visualiza a substituição do trabalho humano e do arado animal pelas máquinas e tratores (Figura 08). Ademais, também se refere à necessidade de aumentar a produtividade para atender o mercado num contexto de fracionamento da terra.

Figura 08 - Uso de trator em área de cultivo no Povoado Saquinho em Moita Bonita, Sergipe, 2023



Fonte: Lima, Mara Íris Barreto, 2023

Os interesses capitalistas (capital industrial, monopolista e financeiro), são atendidos pelo caráter destrutivo do agronegócio em nosso país, sem perder de vista a aliança com o mercado capitalista. O capital detém recursos e pode controlar o mercado, as tecnologias e as políticas agrícolas, os camponeses ficam subalternos ao poderio hegemônico do capital e do

³⁴ A quantidade e uso de tratores (unidades) no Brasil corresponde a um aumento significativo no campo, de acordo com os Censos Agropecuários eram: 165.870 tratores (1970); 323.113 tratores (1975); 545.205 tratores (1980); 665.280 tratores (1985); 803.742 tratores (1995/96); 820.718 tratores (2006) e 1.229.907 tratores (2017).

³⁵ Dentro das consequências à saúde do trabalhador camponês e da população, tem-se o exemplo do Atlas: Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia, da pesquisadora Larissa Mies Bombardi. Disponível em: <https://www.larissabombardi.blog.br/atlas2017>. Acesso em: 06 jul. 2021.

“agro” (Welch; Fernandes, 2008). Paralelo a essas distinções, os autores acrescentam:

O sistema agrícola do agronegócio é distinto do sistema agrícola do campesinato. No sistema agrícola do agronegócio, a acumulação, a monocultura, o trabalho assalariado e a produção em grande escala são algumas das principais referências. No sistema agrícola camponês, a reprodução, a biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala são algumas das principais referências (Ibid., 2008, p. 166).

Outrossim, o agronegócio é entendido ainda como agrohídronegócio³⁶, visto que é a relação entre a busca do capital por terras férteis com disponibilidade e capacidade hídrica, em que consiste a lógica de acumulação do capital³⁷ explorando camponeses em prol do controle e dominação das melhores terras e da apropriação também das águas (Sousa, 2013; Thomaz Júnior, 2017).

Em seu movimento oposto, também entendemos a resistência contra essa ofensiva: os Movimentos Sociais. Dentre os movimentos destacamos As Ligas Camponesas, que a partir da década de 1950 atuou de modo incisivo na luta pela Reforma Agrária no Brasil. Os Movimentos Sociais põem em cheque uma realidade marcada pela violência do capital e a sua luta tem sido incansável diante das desigualdades estruturais em nossa sociedade (Martins, 1981; Stédile, 2012).

Após um longo momento sombrio na história brasileira, com a Ditadura Militar (1964-1985), as lutas das Ligas Camponesas foram reprimidas e suas lideranças presas. Mas com a redemocratização, nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (o MST), reacendendo o histórico das reivindicações dos trabalhadores camponeses na década de 1980. O MST em sua origem passou a desempenhar uma função imponente na luta³⁸ não só pela Reforma Agrária, mas também contra a concentração fundiária e o latifúndio improdutivo.

São sujeitos que cobram por políticas públicas efetivas para legitimar sua reprodução

³⁶ Thomaz Júnior (2017, p. 8) dissertou sobre: “Esse processo de expansão do agrohídronegócio, o qual se consolida em praticamente todos os biomas brasileiros, se fortalece com intensidade no Cerrado, na Mata Atlântica, na Amazônia e em algumas áreas do Semiárido do Nordeste, sendo, desse modo, a mais recente, o MATOPIBA (quadrilátero composto pelos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), última fronteira do destrutivismo agroexportador”. O movimento se espalha também numa nova fronteira agrícola do Agronegócio para o Nordeste com o projeto SEALBA (Sergipe, Alagoas e Bahia).

³⁷ Sousa (2013, p. 42) em sua tese nos mostra que “a apropriação do campo pelo capital, por meio da política de irrigação, segue, visivelmente, o princípio trinitário: propriedade da terra/água-subordinação do trabalho-renda, pois cada uma das etapas de implantação do Perímetro corresponde exatamente aos elementos orgânicos imprescindíveis ao ciclo do capital”.

³⁸ Essa luta reacende a situação agrária em que o campesinato vive as novas nuances político-econômicas e ideológicas no território brasileiro.

social e a resistência frente às desigualdades que ainda assolam o campo. Na área de estudo em que nos debruçamos a atuação do MST é necessária para a manutenção de uma relativa autonomia dos sujeitos.

Compreendendo a presença desse Movimento, em nossa pesquisa parte de nossos sujeitos integram o MST, em dois assentamentos visitados: Grupo dos 20 e Santa Maria. Nesses assentamentos, observamos a organização da produção de alimentos, com a expansão da produção de batata-doce em unidades familiares. As terras são divididas em lotes³⁹ (15 tarefas cada lote), irrigados pelo perímetro Jacarecica II que abrange os municípios de Malhador, Areia Branca e Riachuelo.

Os efeitos nocivos dos rebatimentos do avanço do capital no campo e sua presença no espaço agrário sergipano podem ser evidenciados na realidade investigada. No Agreste Central, tomamos como referências os municípios de Moita Bonita, Itabaiana e Malhador, por entender a proeminência na variedade de produção de alimentos nos minifúndios. Nessa seara, em Moita Bonita e Itabaiana os sujeitos camponeses não se encontram organizados a partir dos Movimentos Sociais, como o MST por exemplo.

Além disso, como a realidade nos mostra a contradição, incluímos a observação do município de Riachuelo, notadamente no assentamento Santa Maria. Essa realidade nos mostrou a presença de cultivos agrícolas, especialmente com a batata-doce, em um município marcado pela concentração da produção de cana-de-açúcar e das áreas destinadas à pecuária.

Em pesquisa de campo foram realizadas entrevistas junto aos camponeses (pequenos produtores) nos povoados Figueiras, Oiteiros, Saquinho e Campo Grande no município de Moita Bonita, nos povoados Agrovila e Cajaíba em Itabaiana, e nos assentamentos Grupo dos 20 e Santa Maria, respectivamente nos municípios de Malhador e Riachuelo. Pôde-se constatar que 100% dos sujeitos entrevistados afirmaram que a terra lhes garantia a sua sobrevivência, apesar do pequeno tamanho da terra ser uma barreira para retirar sua renda e sustentar suas famílias.

Os sujeitos justificaram que a terra e o cultivo de alimentos é a garantia do trabalho. Eles justificaram os seguintes motivos para a reprodução social no campo: o trabalho, que garante a permanência na terra; o sustento da família, apesar dos preços altos dos gêneros alimentícios que não são produzidos em sua unidade de produção, necessitando comprar fora

³⁹ Para implantação do projeto de irrigação, em 1987, foi desapropriada uma área com 1.998 hectares. Dividida em lotes empresariais e lotes cedidos em comodato a associações de produtores e trabalhadores rurais assentados. Texto extraído da Coderse, 2023. Disponível em: <https://coderse.se.gov.br/perimetros/perimetros-irrigados/perimetro-irrigado-jacarecica-ii/>. Acesso em: 29 abr. 2023.

(em outros municípios ou mesmo fora do estado); e ter a propriedade e posse da terra, fortalecendo o sentido e significância do campesinato.

A figura a seguir ilustra o espaço da moradia e da produção camponesa:

Figura 09 - Casa de camponês: Assentamento ‘Grupo dos 20’ em Malhador, Sergipe, 2023



Fonte: Lima, Mara Íris Barreto, 2023

A autonomia do camponês, vinculada ao acesso à terra e ao mergulho na produção para o mercado, intensifica, desse modo, a Questão Agrária. Intensifica também as novas relações de trabalho no campo que demonstram a incompatibilidade do campesinato com o capitalismo e a competição imposta pelo mercado.

Para Souza, Santos e Menezes:

Sobre a classe camponesa, acrescenta-se ainda que esta consegue se reproduzir em pequenas parcelas de terras, ou mesmo na luta pela terra, recriando-se de uma forma que vai além da renda em trabalho, em produtos e em dinheiro, apontada por Marx, muito embora, esteja subsumida à lógica do mercado, que acaba se apropriando de parte de suas rendas (Ibid., 2019, p. 167, grifos nossos).

Com a reprodução desse campesinato em pequenas propriedades, a garantia da renda (em trabalho, em produtos e/ou em dinheiro), apesar da condição de produzir alimentos para todo o país, não consegue fugir da submissão e lógica mercadológica.

Em conformidade com Martins (1981, p. 172), “a contradição fundamental é que a produção da riqueza é socializada pelo capital, é social, e a sua apropriação é privada [...]”.

Dessa forma, não se dissocia a terra do capital, mesmo que a contradição não seja ligada à terra, a contradição nasce e se perpetua com o capitalismo.

1.3. O campesinato diverso e subordinado no Agreste Central Sergipano

O campesinato brasileiro não é homogêneo. Há de se considerar elementos muito importantes na ocupação histórica do território: a presença dos povos originários em nossas terras antecede a formação do nosso campesinato. Logo, há uma incorporação do campesinato europeu (nitidamente pobre e expulso de suas terras) em direção às Américas, além do grande contingente do povo africano escravizado no processo de consolidação do capitalismo, a partir da extração de riquezas da África (trabalho escravo) e das riquezas das terras nas Américas. Outro elemento diz respeito à variedade geográfica e o decurso da formação dessa população, bem como a sua ocupação e mobilidade em distintos contextos e motivações.

Há, na literatura brasileira, muitas discordâncias sobre a origem desse sujeito. Há teóricos que indicam a existência do campesinato, formado por colonos e trabalhadores aos arredores das terras “livres” nas zonas da cana-de-açúcar, do algodão e do café. Outros apontam a interiorização do território brasileiro como origem, formado pelos mestiços, o que representava a miscigenação entre os povos brancos, indígenas e negros que sobreviveram ao derramamento de sangue e se refugiaram para os sertões. E ainda existe a ideia de que o camponês brasileiro nasce com a migração dos europeus para o sul do país, que ao serem incentivados a ocuparem as terras formaram o colonato⁴⁰.

As origens desse sujeito são diversas, e aqui não se pretende cristalizar uma delimitação, como se fosse possível abarcar a totalidade das relações historicamente determinadas. O que se observa é a heterogeneidade dessa classe social dentro da sociedade capitalista, no cenário em que ela está submetida na lógica da mercadoria, da exploração e da alienação. O campesinato, por meio de sua organização, tem sua produção no trabalho familiar, no uso da terra para a produção do valor de uso e na satisfação das necessidades. Reconhecer sua particularidade não resulta na negação das formas de subordinação a qual está submetido.

Para Conceição (1991):

⁴⁰ Conforme Stédile (2012), o estabelecimento dessas famílias camponesas foi único em todo o país. “Parte dos migrantes foi para o Sul do país, pela maior disponibilidade de terras e pelo clima, “recebendo” lotes de 25 a 50 hectares; parte foi para São Paulo e para o Rio de Janeiro, não recebendo terras, mas sendo obrigados a trabalhar nas fazendas de café, sob um novo regime denominado colonato. Todos os camponeses colonos que “receberam” terras no Sul tiveram de pagar por elas e isso os obrigou a se integrarem imediatamente na produção para o mercado” (Ibid., 2012, p. 27-28).

A denominação camponês é explícita como unidade de produção familiar, sendo para alguns uma unidade na qual a força de trabalho é apenas família, membros não remunerados, enquanto outros admitem a presença de membros remunerados, embora em raros casos. Em todas as duas posições **a unidade tem a finalidade de prover subsistência. Vem sempre associada à pequena produção.** O conceito de camponês subentende uma economia tradicional de produção. **Antes de compreender um processo de exploração é mais uma justificativa para uma proposta de adequação das condições do processo modernizante do sistema capitalista** (Ibid., 1991, p. 59, grifos nossos).

“A terra e o trabalho, negados ao sujeito camponês força à inserção ao mercado de produção, circulação e consumo de mercadorias, tão supérfluas quanto o próprio ser humano nessa nova lógica de vida” (Ribeiro, 2020, p. 31). A respeito dessa questão, o nível de vida da classe camponesa se conforma numa condição de precária existência.

O trabalho (concreto), as tradições e valores do trabalhador camponês promovem a sua permanência no campo, à medida em que esses valores são a condição da negação das ideias falaciosas de “atraso” ou “espaço vazio”, mas do campo enquanto *lócus* de vida, de trabalho e sustento. O sujeito camponês luta por sua não proletarização, pela retomada dos meios de produção indispensáveis: a terra e o trabalho livre.

A leitura da Questão Agrária pode ser interpretada de diferentes formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos do estudo da realidade agrária (Stédile, 2012). É importante entender como essa realidade é construída, por quais sujeitos e como eles se apropriam da Natureza, sobremodo da terra, enquanto meio social e indispensável da vida humana nas relações concretas.

Conforme já exposto, no contexto do capitalismo em desenvolvimento, a discussão da Questão Agrária parte das mudanças e permanências no campo. A expropriação camponesa de sua unidade de trabalho (a base fundiária inserida no roubo de terras), e a consequente proletarização de grande parte desses sujeitos, a modernização e industrialização da agricultura (que modificaram a sua matriz produtiva), os conflitos gerados desse processo originando as resistências dos camponeses envolvidos nos movimentos sociais de luta pela terra no Brasil, foram se estabelecendo na tendência histórica de acumulação do capital⁴¹ (Souza, 2018).

⁴¹ “A questão é que todos os processos decorrem de apropriação da natureza e nessa dinâmica é que se consolida o lucro extraordinário, esse é o condicionante do capitalismo que migra na forma de finanças para as economias periféricas na sua realização, para responder “às lacunas” da tendência de queda da taxa de lucro, do subconsumo e da superprodução” (Ibid., 2018, p. 12, grifo do autor).

A expropriação da base fundiária conduziu todo o processo (Marx; Engels, 2010; Marx, 2017). Marx, ao tratar da grande indústria e a agricultura, apontou o empobrecimento dos camponeses, o esgotamento do solo e das demais condições de reprodução social, pois “é na esfera da agricultura que a grande indústria atua do modo mais revolucionário, ao liquidar o baluarte da velha sociedade, o “camponês”, substituindo-o pelo trabalhador assalariado” (Ibid., 2017, p. 572).

A ruptura com essa barreira permitiu perceber que

[...] **todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo**, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade (Ibid., 2017, p. 573, grifo nosso).

No processo capitalista, a força de trabalho se torna uma propriedade econômica que pertence ao capitalista e não mais ao trabalhador. Nas relações puramente mercantis, o que importa é a garantia da produção de mercadorias, visando o atendimento da circulação e do consumo destas em proveito da exploração dos trabalhadores dito “livres” (Marx, 2017).

Através da produção de mercadorias, além da exploração da força de trabalho funcional ao sistema, o capitalismo e o mercado controlam o que será produzido, onde e como, para que elas (as mercadorias) possam circular e alcançar o seu consumo final. É nesse bojo que entendemos o nosso objeto de estudo: a subordinação do campesinato na produção de alimentos, especialmente a batata-doce, que vem seguindo os interesses do mercado capitalista e a questão da sujeição da renda camponesa no espaço agrário sergipano.

Na produção do espaço agrário sergipano, a região Agreste Central, monopoliza a produção de batata-doce. Nesse espaço, onde também dominam relações capitalistas *versus* as formas camponesas de reprodução no campo, se apresentam os sujeitos da pesquisa: camponeses proprietários de terras, camponeses associados à Cooperativa Agrícola e camponeses submetidos aos atravessadores, negociadores da sua produção. Esses sujeitos coexistem no mesmo espaço, mas em tempos e ritmos de vida diferentes. Eles permanecem na terra em tempo que são subordinados, numa relação simbiótica, sem perder completamente sua condição camponesa, na diferença e aproximações.

São sujeitos sociais que, em maior número na área da pesquisa, dispõem da força de trabalho familiar, detém a posse e a propriedade da terra como meio de produção. Produzem a batata-doce nas suas unidades de produção, que com o avanço das relações capitalistas no campo foi se transformando em uma mercadoria. Trata-se de um produto da base alimentar

desse mesmo campesinato, que coloca o grande excedente no mercado. É importante entender que esse sujeito está subordinado à lógica das relações capitalistas.

O camponês está submetido às regras da circulação da mercadoria, e em seu movimento oposto, permanece na terra de trabalho onde retira dela a sua reprodução social. Mas o que o qualifica? Nas relações de produção impostas, seu trabalho não objetiva o lucro, pois o que interessa é a garantia de sua principal fonte de renda, por intermédio da agricultura camponesa, além de produzir os alimentos que estarão nas mesas de milhares de pessoas.

A cooperativa é formada por camponeses e trabalhadores da cidade e vem se apresentando como uma “pequena empresa” no campo. Existe um duplo movimento a ser analisado sobre ela: em um primeiro momento, a cooperativa é uma forma de resistência frente às subordinações dos atravessadores e do mercado, pois na produção camponesa os cooperativistas dividem a renda da venda da batata, de acordo com o que produzem - tornando-se um freio às ações de monopolização da produção e comercialização.

Em um segundo momento, a cooperativa, por estar inserida na dinâmica capitalista⁴², não possui total autonomia/independência quanto à comercialização para o (e no) mercado. Ela não é organizada por este, mas é capturada pelo caráter mercadológico dominante, seja na determinação dos preços dos alimentos que se tornaram mercadorias, seja na própria dependência da circulação que determina o que deve ser produzido pelos camponeses. Se de um lado a sua organização está estruturada no trabalho camponês, do outro ela é refém das contradições internas do capitalismo no/para o campo.

É nessa relação que se mostra outro sujeito: o atravessador. Os atravessadores (ou intermediários) são responsáveis pela compra da produção camponesa e a venda para o mercado e em outros espaços, como as feiras livres e as centrais de abastecimento, por exemplos. Esses atravessadores, em sua maioria, não produzem os alimentos no campo, mas alguns possuem terras e produzem também para comercializar. Apesar de tudo isso, eles estão mais presentes na compra dos produtos do campesinato. É possível entender que os atravessadores possuem uma visão de mercado mais ampla em relação aos demais sujeitos.

A presença dos atravessadores impõe a apropriação da renda camponesa, pois o camponês como pequeno produtor vende seus produtos a preços extremamente baixos, enquanto que o atravessador revende no atacado ou no varejo a preços mais vantajosos.

Além disso, o camponês não é capitalizado, não possui condições materiais suficientes para levar seus produtos ao consumidor final, e quando possui o seu principal meio é a feira.

⁴² Ela não nega o capitalismo por estar inserida na dinâmica da dependência.

É nesse cenário que o atravessador entra com o poder de negociação/compra, além de deter a maior mobilidade da produção que sai do campo para a cidade, ele é um mecanismo que reduz a participação do campesinato na comercialização.

Na produção de mercadorias, e nesse caso os alimentos como mercadorias, implica uma relação de troca e continuidade desse ciclo. Essa relação é mediada efetivamente pelo mercado. O mercado capitalista não só determina hierarquicamente os preços das mercadorias. Por entendê-lo enquanto balizador nas relações de comercialização, na definição e controle dos preços, ele é central no processo de captura da renda da classe camponesa. É o mercado quem mais lucra nessa relação.

Os camponeses, a cooperativa e os atravessadores se tornam reféns desse mercado, pois este último dá as condições necessárias para a sujeição desses sujeitos à sua dinâmica: incentiva a competitividade, fornece os insumos (venenos) para aumentar a produtividade no campo (enquanto promove o adoecimento dessa população), e ainda extrai a maior parte da renda do pequeno produtor através de sua produção. Para o mercado: o lucro; para o camponês: a exploração de seu trabalho.

Esse mercado não é uma criação do campesinato, se assim o fosse, os preços seriam definidos entre aqueles que acordam cedo, pegam as suas enxadas, lavram a terra e retiram dela a sua principal fonte de renda e existência. Se assim o fosse, as trocas seriam mais justas e o camponês não estaria refém das relações capitalistas que só promovem e reproduzem atrasos no seu espaço de trabalho. Assim, entendemos que não é característica do camponês a busca pelo lucro, mas sim a sua existência. Quem busca riqueza é o capitalismo, que não se importa em satisfazer as necessidades básicas da classe trabalhadora.

Nas pesquisas de campo, percebemos como ocorre a subordinação do campesinato ao mercado, sobretudo por intermédio dos atravessadores. Mesmo com a permanência do camponês na sua unidade de produção, a produção de alimentos com o exemplo da batata-doce, é uma demanda do mercado capitalista. Além disso, observamos também as relações camponesas de trabalho e como se mantêm o acesso e a estrutura da pequena propriedade da terra (o minifúndio), no espaço agrário do Agreste Sergipano.

O “mercado”, como locução mais agradável para camuflar o poder do “capital” (enquanto expressão máxima), apropria-se do que não é criado por ele, passando a controlar e subjugar em razão da extensão de seu poder. Por essa necessidade, o capitalismo se efetiva através das relações capitalistas incluindo a manutenção das relações que as precedem, tendo em vista que, contraditoriamente, “o capital necessita das formas não-capitalistas para colocar sua mais-valia (trabalho não-pago), e também como fontes de aquisição dos seus meios de

produção e como reservatório de força de trabalho para seu sistema” (Oliveira, 2007, p. 35).

Para Rosa Luxemburgo (1970), as formas não capitalistas, ainda que criem dificuldades, são essenciais ao capital:

[...] a economia natural cria dificuldades sérias às exigências do capital. Eis por que o capitalismo, onde quer que seja, procura sempre destruir a economia natural sob todas as suas formas históricas com as quais possa vir a deparar-se: luta contra a escravatura, contra o feudalismo, contra o comunismo primitivo e **contra a economia camponesa patriarcal.** [...] **Os objetos econômicos que o capitalismo persegue em sua luta contra as sociedades de economia natural são, especificamente, os seguintes: 1) Apossar-se diretamente das principais fontes de forças produtivas, tais como terra, caça das florestas virgens, minérios, pedras preciosas e metais, produtos vegetais exóticos, como a borracha etc.; 2) “Liberar” força de trabalho e submetê-la ao capital, para o trabalho; 3) Introduzir a economia mercantil; 4) Separar a agricultura do artesanato.** [...] A dificuldade que o capital enfrenta neste sentido reside no fato de que em grandes regiões da Terra as forças produtivas se encontram sob o controle de formações sociais que rejeitam o comércio, ou não podem oferecer ao capital os principais meios de produção que lhes interessam, por que suas formas de propriedade e o conjunto de suas estruturas sociais excluem de antemão tal possibilidade (Ibid., 1970, p. 253-254, grifos nossos).

Dessa maneira, compreendemos a coexistência entre as formas e relações capitalistas e não capitalistas seguindo o modo de produção vigente. Como testemunho das relações não capitalistas, a permanência do campesinato enquanto classe social se fez/faz fundamental na luta da classe trabalhadora de modo geral. Apesar do capitalismo se apropriar progressivamente da terra e do trabalho, os camponeses resistiram e continuaram presentes em diferentes frentes de organização e em distintas características geográficas, sociais e culturais pelo mundo todo.

Com esse intuito, relações capitalistas e não capitalistas de produção são entendidas como divergentes, mas complementares, são pares dialéticos e centrais na reprodução do sistema dominante. E neste caso, não há autonomia para o campesinato, pois ele está incorporado às dinâmicas de produção para o mercado e às relações de exploração do trabalho (nas diversas formas precárias), expondo as capilaridades do capital através de seus processos de realização e valorização.

Nessa direção, o desmembramento entre as condições livres de trabalho e os meios de produção (terra, trabalho e instrumentos) da classe trabalhadora, é funcional ao capitalismo, porque permite a obediência da classe subjugada às suas sentenças. Por sua vez, terra e trabalho não podem ser comparados com o capital, como se fossem produtos deste, conforme Martins (1981) apresenta:

Ocorre em relação à terra o mesmo que ocorre com o trabalho. Este também não é produto do próprio trabalho, não contém valor. No entanto, o capital, monopolizando os meios de produção, impede que o trabalhador trabalhe por sua conta; só lhe resta trabalhar para o capital. Assim, através da separação radical entre o trabalhador e os meios de produção de que ele necessita para trabalhar, o capital cria as condições para se apropriar do seu trabalho, para fazer com que o trabalho apareça como parte do capital quando é comprado pelo capitalista. **Assim como o capital pode se apropriar do trabalho, também pode se apropriar da terra; pode fazer com que ela, que nem é produto do trabalho nem do capital, apareça dominada por este último** (Ibid., 1981, p. 160, grifos nossos).

Não se pode perder de vista a luta contra o capital que detém a propriedade e posse da terra, principalmente a grande exploração agrícola, tendo em vista que é preciso a distribuição justa e efetiva das terras para os camponeses e para toda a classe trabalhadora, desprovida dos meios sociais de produção. É nesse sentido que a pauta pela Reforma Agrária Popular consta na luta contra a propriedade privada do solo, contra a privação dos meios de vida dos sujeitos sociais, sobretudo da terra.

Para Martins (1981), uma justa distribuição de terras a partir da Reforma Agrária deve ser compreendida na divisão da propriedade fundamentalmente determinada pela renda subjugada ao capital, pois

Nessas condições, que divergem neste momento das condições clássicas de confronto entre terra e capital, **as tensões produzidas pela estrutura fundiária, pela chamada “injusta distribuição da terra”, já não podem ser resolvidas por uma reforma dessa estrutura**, uma vez que **não há como reformar a exploração capitalista que já está completamente embutida na propriedade fundiária. Uma reforma agrária distributivista constituiria, neste momento, uma proposta desse tipo, ou seja, uma proposta inexecutável historicamente**, como só pode ser qualquer proposta que advogue a reforma das contradições do capital sem atingir o capital e a contradição que expressa: **a produção social e a apropriação privada da riqueza** (Ibid., 1981, p. 177, grifos nossos).

Conforme o autor, não há como separar o que o capitalismo unificou: a terra e o capital, por isso a luta contra a propriedade privada da terra se tornou também uma luta incessante contra o próprio capital (Ibid., 1981). Somente uma luta organizada, com unidade, por parte da classe trabalhadora será possível a mudança da realidade vivenciada no campo, de modo a superar as contradições impostas pela apropriação desse meio de produção.

SEÇÃO II – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO SERGIPANO: O AGRESTE CENTRAL NOS LIAMES DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

“Será a agricultura que, aos poucos, vai fixando o colono à terra com as plantações de algodão, mandioca e legumes. Também vinha constituindo-se um artesanato, utilizando o algodão, do qual saiam tecidos grosseiros e redes, que vão garantir a subsistência das famílias aí residentes [...]” (Nunes, 1976, p. 409).

Figura 10 - Praefectura de Ciríi vel Seregipe del Rey cum Itâpuama, Georg Marcgraf, 1647



Fonte: Bibliothèque Nationale de France, 2017

A formação e ocupação do espaço agrário do/no Agreste Central de Sergipe está umbilicalmente ligada à presença do campesinato no estado, que se reproduz através da produção de alimentos historicamente.

A história da ocupação do Agreste de Sergipe, assim como a de todo seu estado, foi marcada por disputas, choques de interesses e apropriação de terras entre os criadores de animais e os lavradores. Os primeiros registros cartográficos desse território apontavam os

rastros da colonização, marcas de povoações, cursos dos rios, elementos do relevo predominante, a fauna e a flora, além da presença de alimentos típicos naquele recorte. O mapa histórico “Praefectura de Ciriji vel Seregipe del Rey cum Itapuama, 1647”, de autoria de Georg Marcgraf (1610-1644), evidenciava essa realidade.

Sob os auspícios do capitalismo comercial, inaugurava-se a empreitada europeia. Era interesse estrangeiro conhecer toda a Geografia de Sergipe, suas potencialidades e como garantir o controle dessas terras.

No mapa, a Capitania de Sergipe del Rey, com o destaque para “Itâpuama”⁴³, mais tarde Itabaiana, trazia informações importantes para a expedição militar do alemão-neerlandês Maurício de Nassau, com o objetivo de desbravar o interior do território também disputado por portugueses e franceses (Ribeiro, 2017).

Esses terrenos tão cobiçados pela incessante busca de ouro e prata ofereciam na verdade terras férteis para o desenvolvimento da agricultura, tornando-se fundamental a produção de raízes como a mandioca, a batata-doce e o inhame.

De acordo com Nunes (1976), esses terrenos eram conhecidos como “Caatinga de Aires da Rocha”, que desde os primórdios de sua colonização eram locais propícios para as plantações de legumes, além de produzir algodão, sem a necessidade de cercá-los. Para a autora,

À medida que a agricultura ia desenvolvendo-se "em aberto", fixando o colono e, assim, ocupando, territorialmente, uma grande parte da Villa na base da pequena propriedade (os sítios), que ainda hoje é a característica marcante do município de Itabaiana, se deu o choque entre lavradores e criadores. Estes, e até mesmo os das vilas vizinhas, se deslocavam, principalmente, no estio quando se tornava difícil manter o gado nas caatingas (Ibid., 1976, p. 411, grifo nosso).

Apesar dos conflitos existentes sobre as terras destinadas à agricultura e as que serviam à pecuária, a coexistência entre lavradores e criadores se tornou uma marca latente até a atualidade na região. Ademais, considerando também a realidade apresentada por Nunes (1976), a base da pequena propriedade, os sítios, desde aquele momento era primordial para o desenvolvimento das atividades agrícolas. Ao passo que se desenvolvia a agricultura nesses sítios, a ocupação das famílias crescia nessa mesma direção.

⁴³ Conforme Ribeiro (2017), o hinterland de Sergipe fora retratado na carta histórica “Praefectura de Ciriji vel Seregipe del Rey cum Itâpuama”, por Georg Marcgraf em 1647, que integrava, por sua vez, o conjunto de cartas de *Praefecturae de Paraiba et Rio Grande*, *Praefecturae Paranambucae pars Borealis*, *uma cum Praefectura de Itamaracã* e *Praefecturae Paranambucae pars Meridionalis*. O termo “Itâpuama” aparece como nomeação para o território de Itabaiana, embora fosse recorrente toponímias neerlandesas e portuguesas na cartografia histórica.

2.1. Sergipe: histórico de sua formação territorial e estrutura fundiária

A concentração de terras na região Nordeste do Brasil é uma das maiores do mundo, devido ao curso histórico de controle do território por determinados sujeitos que exerceram a sua apropriação a partir do século XVI. De tal modo, o caráter expansionista dos empreendimentos capitalistas advindos da Europa imprimiu a concentração de terras até os dias atuais, o que fortaleceu o poder daqueles que detinham capitais e, portanto, tornavam-se os donos das extensas e melhores terras e controlavam a força de trabalho explorada.

A estrutura fundiária de Sergipe se confunde com a realidade agrária de todo o país. De acordo com Nunes (1989)

A divisão do Brasil em Capitânicas Hereditárias, em 1534, integrou o território sergipano à Capitania da Bahia de Todos os Santos, concedida a Francisco Pereira Coutinho por Carta de Doação de 05.04.1534, e regulamentada por Foral de vinte e dois de agosto do mesmo ano. Abrangia ela 50 léguas de terra, que se estendiam da foz do São Francisco à Ponta do Padrão em Salvador (Ibid., 1989, p. 18).

E à medida que a colonização lusa se fundava no território sergipano,

Os sertões do rio Real foram preferidos por essa inominável caçada humana onde toda sorte de crueldade se praticou contra aquelas infelizes criaturas que além de batidas da fome e da peste que houve nessa época, eram agrilhoadas pelo cativoiro, quando não as matavam por lá se serem julgadas imprestáveis para esse fim (Almeida, s.d., p. 169).

Como a colonização sergipana se tornou uma empresa militar (Nunes, 1989), o desenvolvimento da Capitania de Sergipe se firmou paulatinamente dentro das políticas mercantilistas e expansionistas na exploração da terra. As terras sergipanas serviram para a criação de animais e para o transporte e consumo alimentar, sobretudo, além das primeiras atividades econômicas voltadas à produção de algodão, à busca de condimentos exóticos como a pimenta e o tráfico de aves silvestres. Sergipe servia de rota entre os principais núcleos urbanos do período: Salvador e Olinda⁴⁴.

⁴⁴ Por essa condição, tornava-se possível o acesso das embarcações em águas sergipanas, bem como a garantia de expandir os rebanhos onde “as excelentes pastagens ali existentes aguçavam a cobiça de criadores da Bahia e de Pernambuco” (Nunes, 1989, p. 23). Além disso, era preciso expulsar os franceses que detinham barcos nas regiões costeiras e que comercializavam com os indígenas. Desse modo, foi por meio da aliança entre o Estado português e os latifundiários que Sergipe foi alvo da conquista. Entre os últimos, foi Garcia D’Ávila que influenciou o governador Luís de Brito para a tomada violenta das terras de Sergipe, e na medida em que atacavam

Ao passo que se expandiam as plantações de cana-de-açúcar por toda faixa costeira, além de servir como rota entre as principais Capitânicas (Bahia e Pernambuco), o pastoreio foi peça-chave no interior do território, assim como na ocupação e uso da terra por parte dos sujeitos naquele período. Nesses liames, Sergipe, sob o domínio da Bahia, tornou-se fundamental também no fornecimento de mantimentos para as primeiras povoações.

Ademais, os canaviais comprimiam as áreas de produção de alimentos, o que assentou na época a produção agrícola para o consumo local em espaços reduzidos e para o abastecimento das colônias no processo de troca onde se realizavam o mercado de escravos em seu entorno.

O projeto em curso só foi viável com a distribuição de sesmarias⁴⁵ empreendida por Cristóvão de Barros, que repartiu as terras entre poucos homens. De acordo com Nunes (1989, p. 31): “a doação de sesmarias originou a propriedade rural brasileira, e, no caso, a sergipana” em que “na capitania de Sergipe del Rei, desde o primeiro momento elas se constituíram através das diversas doações a um só proprietário como Gaspar do Amorim, Melchior Maciel, Simão Andrade, Pe. Bento Ferraz, Pe. Gaspar Fernandes, entre outros”.

Conforme Freire (1977, p. 176): “antes do sergipano ser agricultor, foi pastor”⁴⁶. Nas palavras do autor, apreende-se que na historiografia sergipana o trato com a terra primariamente não esteve ligado à agricultura, mas sim às atividades pastoris. O curso histórico da formação e repartição das terras sergipanas foi, neste sentido, guiado por tais atividades, mas, sobretudo a pecuária esteve associada e coexistia com a agricultura.

as aldeias dos nativos, o intuito era fundar povoações e explorar as riquezas naturais incorporando-as aos empreendimentos da Bahia. Conforme se avançava a entrada no território, os indígenas reagiam às ofensivas colonizadoras e após os constantes dias sangrentos, os principais caciques existentes, Suribi, Siriri, Aperipê, Japarutuba e Baepeba (Serigy) eram aprisionados, mortos ou conseguiram refugiar-se entre os sertões. Com a presença do gado e dos engenhos de açúcar pelo Recôncavo Baiano, Sergipe passou a integrar o circuito de domínio da produção açucareira, que foi basilar não somente no transporte da mercadoria, como também no estímulo ao povoamento das regiões interioranas. Nota-se que a atividade em solo sergipano se desenvolveu depois, a partir de 1602, por meio da concessão de sesmarias quando acontecia a expansão dos rebanhos, desenvolvida sobretudo entre os vales férteis dos rios Cotinguiba e Sergipe (Nunes, 1989).

⁴⁵ “O sistema de sesmaria, iniciado na colônia, precisa muito ser reexaminado, uma vez que continuou a influenciar as relações de propriedade no século XXI. O sistema data de 1375 e consistiu numa espécie de direito agrário que procurou promover o desenvolvimento rural por meio do cultivo de cereais, além de garantir mão de obra para o campo. À época, o sistema de sesmarias ajudou a aliviar uma crise alimentar que assolara Portugal e causara grande êxodo de trabalhadores rurais. A lei foi eficaz ao garantir a produtividade da terra pelo reavivamento de um capítulo do Código Justiniano do século VI, que reservava titularidade de propriedade apenas aos indivíduos que realizassem o cultivo efetivo da terra. No século XIV, a Coroa estabeleceria sesmaria em terrenos agrícolas abandonados” (Fernandes; Welch; Gonçalves, 2014, p. 27).

⁴⁶ Para Felisbello Freire (1977), a natureza dos requerimentos dos sesmeiros exigia simples critérios no estabelecimento das fazendas, principalmente a posse de cabeças de gado e, de modo complementar, deter pouca mão de obra para trabalhar no empreendimento. “Das 220 doações de sesmarias concedidas entre 1594 e 1625, registradas por Felisbello Freire, 145, explicitamente, foram solicitadas para a pecuária” (Nunes, 1989, p. 97).

As práticas agrícolas e a criação de animais estiveram, em sua maioria, associadas à expansão dos rebanhos, sem perder de vista que inicialmente as primeiras roças circundavam os vales férteis dos rios Piauí-Real, Vaza-Barris, Sergipe, Cotinguiba, Japarutuba e São Francisco. As atividades econômicas que eram desenvolvidas se diversificavam dada as condições geográficas, ao passo que o povoamento do território acompanhava tais atividades.

Enquanto os pedidos de sesmarias acompanhavam o desenrolar da vida comercial da colônia, adentravam as matas de Itabaiana e de Simão Dias (o vaqueiro), onde o desenvolvimento das lavouras de alimentos se tornava uma realidade para as primeiras povoações do solo sergipano, distanciando-se do litoral.

Não obstante, os mestiços, remanescentes indígenas refugiados e tantos outros foram formando a população, que pelo conhecimento que tinham da terra, tornavam-se fundamentais no trato desta e no processo de fixação dos moradores. Posto isso, a interiorização com a criação de animais e de alimentos só foi possível pela população mais pobre, ocupando os sertões e o agreste. Nesse último, as terras eram “de pequena extensão, geralmente essas primeiras sesmarias não ultrapassavam uma légua” (Nunes, 1989, p. 100), era base da produção de alimentos para todo o estado até os dias atuais.

No decorrer do século XVIII, o povoamento prosseguia de modo a ocupar as regiões sertanejas, num contexto em que a pecuária era a atividade mais importante de Sergipe. Além disso, crescia a cultura do fumo e da mandioca nas regiões interioranas, sobretudo no abastecimento das vilas e cidades em formação. Nesse período,

Os rebanhos foram recuando para as terras agrestadas e semi-áridas interioranas, pressionados pelo cultivo agrícola protegido pela Carta Régia de 1710, que proibia a criação até 10 léguas do litoral. [...]. O desenvolvimento da criação fez que, no decorrer do século XVIII, começassem a destacar-se povoações – hoje cidades – de Campos do Rio Real (Tobias Barreto), Riachão do Dantas, Simão Dias, Aquidabã, Nossa Senhora da Glória, Malhador, Curral das Pedras (Gararu), Porto da Folha, Campo do Brito e Carira (Nunes, 1989, p. 104-105).

Se por um lado a grande propriedade se destinava aos canaviais, a produção de alimentos estava destinada às pequenas e médias propriedades. Os séculos subsequentes concretizaram e sedimentaram estas atividades econômicas, sobretudo quando a terra tornou-se passível de venda, em meados do século XIX.

A mercantilização fundiária, desde a Lei de Terras de 1850, constituiu-se como o batistério do latifúndio no Brasil e impediu o acesso aos pobres a esse espaço de trabalho (Stédile, 2012). Para o autor,

O que caracteriza a Lei nº 601, de 1850? **Sua característica principal é, pela primeira vez, implantar no Brasil a propriedade privada das terras.** Ou seja, a lei proporciona fundamento jurídico à **transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria**, em objeto de negócio, passando, portanto, a partir de então, a ter preço. A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra (Ibid., 2012, p. 24, grifos nossos).

No caso de Sergipe, Lisboa (2019, p. 231), a partir dos estudos de Diniz & Diniz (1976), apontava que “em 1854, existia 10.445 propriedades e em 1920 esse número havia decaído para 8.148”. Para a autora, a redução do número de estabelecimentos está associada ao mercado capitalista de terras e a concernente concentração fundiária.

A tabela a seguir demonstra o retrato fundiário das primeiras décadas do século XX:

Tabela 03 - Sergipe: Distribuição de terras, 1920

Classes de área (ha)	Número de estabelecimentos	%	Área total (ha)	%
0 a 41	5.170	80,54	160.695	21,41
41 a 100	1.393	17,09	90.898	12,11
101 a 200	640	7,85	93.894	12,51
201 a 400	545	6,69	156.057	20,78
401 a 1000	310	3,80	181.823	24,22
1001 a 2000	70	0,86	95.306	12,69
2001 a 5000	17	0,21	41.034	5,47
5001 a 10.000	3	0,04	22.022	2,92
Total	8.148	99,99	750.831	100

Fonte: Censo Agrícola, 1920
Organização: Diniz & Diniz, 1976

No Censo Agrícola de 1920 (Tabela 03), a estrutura fundiária é reveladora: enquanto havia 6.563 estabelecimentos rurais de até 100 ha, compreendendo 80% das propriedades (ocupando apenas 21% da área), 400 estabelecimentos englobavam quase 5% das propriedades entre 401 a 10.000 ha (ocupando 45% da área), do total de 8.148 estabelecimentos. Essas assimetrias apontavam o caráter ofensivo do mercado fundiário e a manutenção de fazendas concentrando a maior fatia de terras do estado.

Nesse mesmo ano, o número de pessoas que exerciam profissões agrícolas e pastoris

em Sergipe era 102.929, das quais 100.690 estavam na agricultura e 2.239 na pecuária. Além disso, a área destinada ao cultivo se referia a 52.439 hectares de uma superfície territorial que correspondia a 2.155,200 ha, onde, segundo o Censo, havia mais de 8.000 estabelecimentos com uma área total acima de 750.000 ha.

Entre os principais cultivos destacaram-se: a cana-de-açúcar, algodão, arroz e outras culturas, dos quais o cultivo da cana envolvia 13.732 ha, o algodão⁴⁷ 16.053 ha, o arroz 5.319 ha e as outras culturas em torno de 17.335 ha, o que sinalizava o conjunto de alimentos produzidos nas terras sergipanas segundo o recenseamento de 1920⁴⁸.

Os dados apontaram uma realidade de manutenção da estrutura agrária marcada pela proeminência da grande propriedade com a prática de cultivos como o da cana-de-açúcar, assim como o ocultamento da realidade agrária, pois entre os alimentos que não foram mencionados a área destinada aos cultivos ultrapassava a área de produção de cana.

Lisboa (2019) ao citar Diniz & Diniz (1976) esclarece também informações dos Censos Agrícolas dos anos 1940, 1950 e 1960, em que pese a expansão da área agrícola,

Nesse trabalho, os dados do Censo Agrícola de 1960 são expressivos do aumento da área agrícola incorporada ao setor produtivo e número de propriedades criadas. O estado saiu de 754.086 hectares e 8.172 estabelecimentos em 1920, para 1.469.446 de hectares e 65.014 estabelecimentos em 1960. Tal evidência indica um processo de expansão da área agricultável, de avanço do minifúndio produtivo no estado, por venda e herança, e ainda de avanço da grande propriedade, uma vez que enquanto o número de estabelecimentos com menos de 50 hectares saiu de 5.170 para 60.442, incorporando 334.224 hectares; aqueles com áreas superiores a 100 hectares, 964 estabelecimentos, incorporaram 193.318 hectares e apenas 17 novos estabelecimentos com área acima de 1000, passaram a deter mais de 82.602 hectares (Diniz & Diniz, 1976, apud Lisboa, 2019, p. 232, grifos nossos).

Do Censo Agrícola aos recortes temporais dos Censos Agropecuários mais recentes, o quadro fundiário denuncia a forte concentração fundiária, associada a um duplo movimento: uma tendência de aumento da fragmentação da terra, à medida em que as pequenas unidades de produção camponesa vão sendo divididas por herança, compra, arrendamento, parceria, comodato e dentre outras formas, e, ao mesmo tempo, uma permanência da grande propriedade (Lisboa, 2019).

⁴⁷ Devido ao contexto de produção das indústrias têxteis (sob a pressão do Estado) para o consumo interno, mas, sobretudo para a exportação tendo como destino principal os Estados Unidos da América na década de 20.

⁴⁸ Na mesma época o Brasil apresentava 851.118,900 ha de superfície territorial, dos quais se distribuíam 618.153 estabelecimentos rurais ocupando uma área de 175.104,675 ha, onde 6.642,057 ha eram áreas destinadas ao cultivo.

Conforme mapeamento de dados do IBGE, nos Censos Agropecuários 1995/1996 e 2006, o número de estabelecimentos de 0 a menos de 10 hectares aumentou consideravelmente em dez anos em Sergipe, passando de 79.292 estabelecimentos em 1995/96 para 97.729 em 2006 (IBGE, 1998; 2010). Esses estabelecimentos somavam 79,05% das unidades de produção sergipanas e ocupavam em 2006 uma área de 14,58% das terras agricultáveis do estado.

Em 2017, o número de estabelecimentos de 0 a 10 ha apresentou uma queda, pois enquanto no Censo anterior eram 97.729 unidades, o Censo Agro de 2017 revelou 42.491 de um total de 53.509 estabelecimentos agropecuários. Apesar da diminuição do número destas unidades, não significou uma redução da presença massiva dos minifúndios em Sergipe.

À medida que ocorrem mudanças significativas no espaço agrário, sem perspectivas de alteração do quadro fundiário, estabelece-se o projeto de modernização no campo seguindo um modelo conservador. Esse modelo não só conservou a estrutura agrária em grandes propriedades de terras nas mãos de poucos e em pequenas propriedades nas mãos da maioria, como aprofundou problemas já existentes, ou seja, o desemprego e a mobilidade do trabalho, a exploração dos camponeses em tempo que se apresentaram discrepâncias nas rendas entre camponeses e grandes produtores/proprietários.

É possível compreender que quase 80% dos estabelecimentos rurais no espaço agrário sergipano se constituem em ínfimos hectares para os trabalhadores camponeses. Mais de 43.000 estabelecimentos rurais têm o extrato de área (ha) inferior a 1 hectare. O que ratifica, desse modo, a luta por mudança de uma estrutura fundiária que escancara a desigualdade socioeconômica de milhares de trabalhadores e trabalhadoras.

A necessidade e urgência da Reforma Agrária Popular se mostra como uma demanda atual para o campo, uma vez que o quadro fundiário coagido pelo capital ameaça a reprodução da vida e do trabalho, pois não prioriza a produção de alimentos, tampouco a Soberania e Segurança Alimentar. Todavia, com o Estatuto da Terra de 1964⁴⁹, bem como os acordos que vieram a reboque, apresentaram-se como medidas contrárias às insurgências no campo, onde milhares de camponeses lutavam contra a grande propriedade da terra.

Nessa esteira, a permanência da Questão Agrária em Sergipe se revela na desigual distribuição de terras ao longo de sua formação territorial e econômica, ancorada na desigualdade desde a sua gênese.

⁴⁹ Na referida Lei (Nº 4.504, de 30 de nov. de 1964), em seu art. 2º: é assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei (Brasil, 1964).

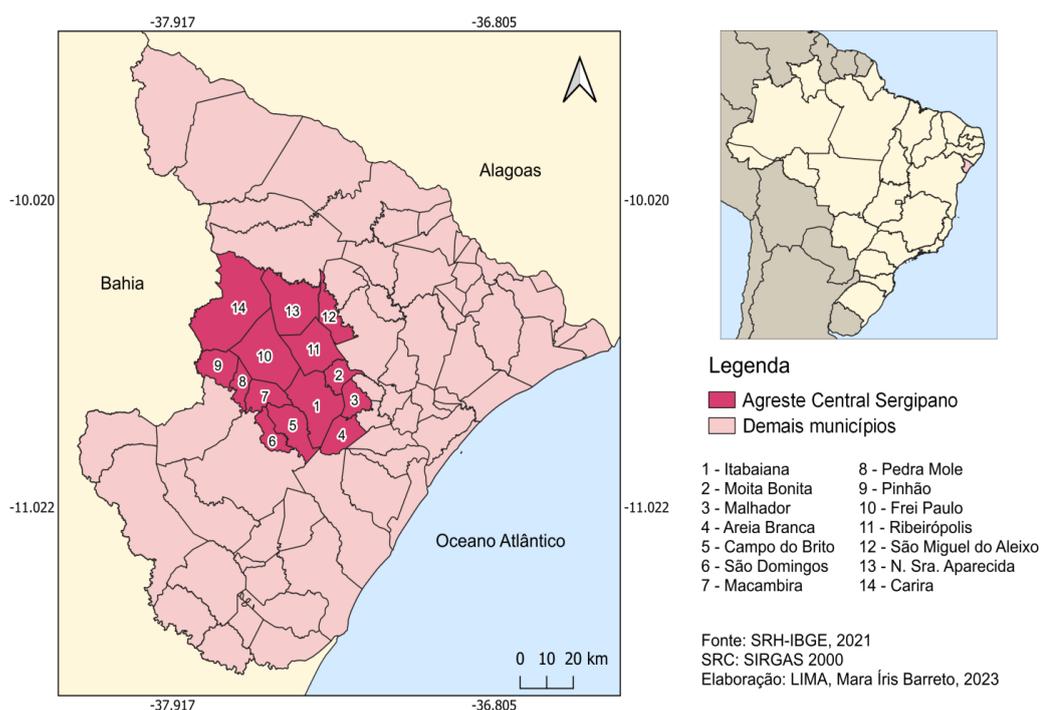
2.2. Entre o Sertão e o Litoral: o espaço agrário do Agreste Central Sergipano

Localizado na região Centro-Oeste de Sergipe, entre a Caatinga e a Zona da Mata, onde o clima subúmido se destaca nas principais atividades desenvolvidas, o Agreste Sergipano se caracteriza por suas marcas de transição climática, acompanhado de uma rica biodiversidade com elementos da Mata Atlântica, Caatinga e Capoeiras. A geologia do Agreste Central conta com a presença de rochas de maior incidência, o quartzito e o gnaise, que se caracterizam na formação dos latossolos, propícios à agricultura e ao desenvolvimento das culturas alimentares (mandioca, batata-doce, hortaliças e etc.), e à prática do pastoreio.

O Agreste Central Sergipano compreende quatorze (14) municípios, que ocupam uma área que ultrapassa 3.000 hectares, a saber: Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão, Ribeirópolis, São Domingos e São Miguel do Aleixo (Mapa 02). A região de Itabaiana compreende um dos maiores e principais polos comerciais, além das feiras, que são basilares na reprodução social da população camponesa no/do estado.

No Agreste Central, a pesquisa tomou como referências os municípios de Moita Bonita, Itabaiana e Malhador, além de ultrapassar a região incluindo a realidade de produção de alimentos no município de Riachuelo (pertencente ao Leste Sergipano, Baixo Cotinguiba).

Mapa 02 - Mapa da localização do Agreste Central Sergipano, 2023



Fonte: SRH-IBGE, 2021

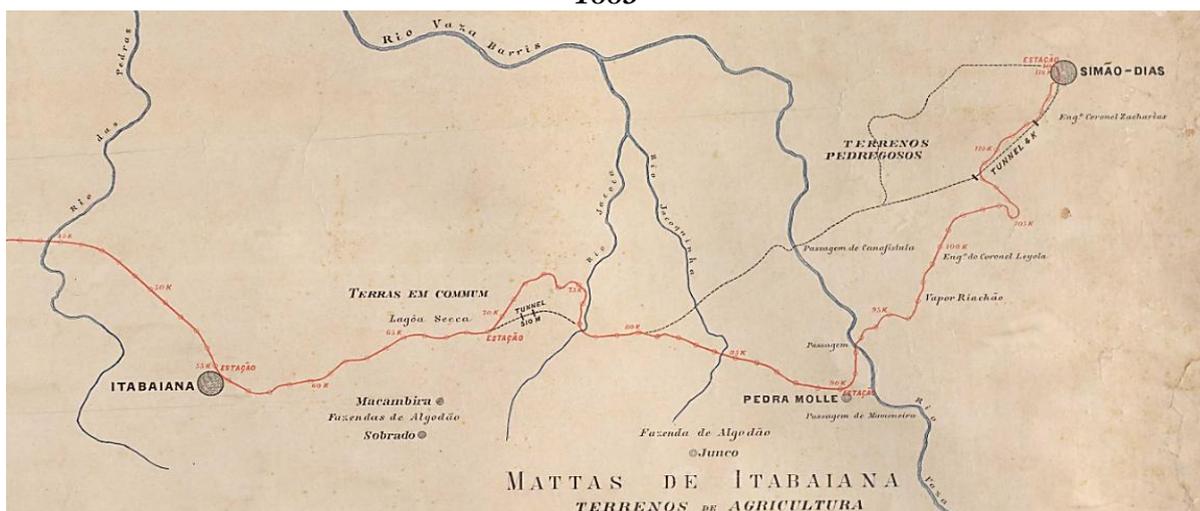
Elaboração: Lima, Mara Íris Barreto, 2023

Por sua histórica formação, as culturas alimentares ganharam importância nas áreas semi-úmidas em propriedades camponesas. Nunes (1989) apontava que a ocupação das terras do Agreste Sergipano foi fundamental para a prática da agricultura, sendo uma região intermediária entre a Zona da Mata e o Sertão. A produção de alimentos foi se interiorizando, mas a presença do gado também se fez notável, demarcando sucessivos embates entre os criadores de animais e os agricultores nas regiões de Itabaiana e Lagarto⁵⁰.

As primeiras lavouras de mandioca, milho, feijão e legumes eram essenciais na alimentação dos que ocupariam a região, bem como dos trabalhadores da zona canavieira e das crescentes vilas (Nunes, 1989). Conforme foram se desenvolvendo essas atividades, as pequenas propriedades ficaram à margem dos latifúndios.

Entre os principais registros de uso da terra, cabe ressaltar que desde o período colonial e imperial as Matas de Itabaiana eram importantes para a Província, haja vista que já se registravam informações como “Terrenos de Agricultura” e “Fazenda de Algodão” na cartografia histórica de Sergipe. Sejam elas presentes em cartas ou em mapas, os detalhes sinalizavam o interesse por parte do governo, além de visar o escoamento das mercadorias do interior para o litoral através das estradas de ferro⁵¹ projetadas pelo *hinterland* (Mapa 03).

Mapa 03 - Trecho do Mappa geral dos estudos da estrada de ferro da provincia de Sergipe, 1883



⁵⁰ “O desenvolvimento das culturas de subsistência, pelo trabalho dos pequenos proprietários nas vilas de Itabaiana e Lagarto, resultou no choque com os rebanhos, sobretudo no estio quando se tornava difícil mantê-los nas regiões semi-áridas. Os primeiros embates aconteceram no século XVIII. Em 1779, o Governador da Bahia, Marquês de Aguiar, recebia ordens da metrópole para mandar o Ouvidor de Sergipe proceder a demarcação entre as terras que se prestavam à agricultura e as que serviam à pecuária” (Ibid., 1989, p. 107).

⁵¹ Ver Lima; Santos e Ribeiro (2018): “Entre o sertão e o litoral: um projeto de construção de uma estrada de ferro no território sergipano e o discurso de modernidade do final do século XIX”.

Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira, 2016

No trecho em questão, destacam-se as Matas de Itabaiana com seus terrenos de agricultura, além de ser palco de conflitos entre os criadores de animais e agricultores, serviam também como refúgios para os povos escravizados que saíam da zona canavieira. Em tempo, o interior era destino dessa população que buscava formar seus territórios de sobrevivência, os quilombos ou mocambos.

Entre a luta contra a escravidão, o extermínio da população nativa e a incorporação de novos sujeitos, desenvolviam-se as atividades comuns na sociedade estruturada no colonialismo, no crescimento populacional a partir das migrações internacionais (de origem europeia e africana, sobretudo), ou na mobilidade do trabalho durante o período. Na região do Agreste Central de Sergipe, o camponês, ora chamado de sertanejo ou lavrador, era o sujeito que migrava entre os diferentes espaços à procura da terra fértil e de trabalho.

É importante mencionar a presença dos engenhos e fazendas de algodão entre os municípios e seu entorno, enquanto formas ligadas à colonização, além da hidrografia dominante com a presença do Rio Vaza-Barris e de seus afluentes, com destaques para o Rio das Pedras, Jacoca e Jacoquinha. A existência das bacias hidrográficas dos Rios Vaza-Barris e Sergipe no conjunto dos municípios favoreceram os terrenos destinados à agropecuária.

Não obstante, os meios de deslocamento da população em crescimento e que comercializava nos principais centros urbanos, eram através dos carros de boi, carroças e cavalos entre o litoral e o sertão. Somado a esse fator, a região de Itabaiana e de Simão Dias se destacava pelos seus territórios de tendência agrícola-comercial, tendo a feira como o principal meio de vender a sua produção (em sítios e malhadas) de mandioca, algodão⁵², batata e feijão. Essas terras compreendiam notadamente os atuais municípios de Itabaiana, Moita Bonita, Ribeirópolis e Frei Paulo.

Nesse período, demarcado pelo relevo entre o Sertão e o Agreste, a presença de serras e de seus limites geomorfológicos abria o desejo de sua integração na circulação das mercadorias ao incorporar essas terras à dinâmica comercial do litoral.

Dessa maneira, a aptidão à agricultura é, antes de tudo, uma construção histórica. É fruto de um processo que considerou, *sui generis*, a base (a estrutura fundiária), o substrato (os cultivos comuns e o solo) e o trabalho. Seria o Agreste Central Sergipano um celeiro

⁵² O cultivo de algodão evoluiu a partir da procura para a exportação, após o término da Guerra de Secessão dos Estados Unidos da América (Wynne, 1970). “Garantidas as plantações em aberto nas “matas”, a agricultura foi se expandindo, ocupando principalmente as terras do oeste da Vila. Sua fertilidade chegou a garantir duas colheitas anuais de algodão” (Nunes, 1976, p. 417).

agrícola para o estado, como se conformou no senso comum do povo sergipano? Tal questionamento parte de uma realidade em que se encontram lavradores, casas de farinha, povoações e sítios da região de Itabaiana essenciais na vida econômica dessas famílias e que tem na agricultura camponesa a sua reprodução social.

Os efeitos da estrutura fundiária são sentidos até a contemporaneidade. O campo sergipano é marcado por extensas áreas de terras que se voltam para a produção açucareira, de milho e laranja estreitando as faixas de terras voltadas à pequena produção camponesa. Marcas desse antagonismo são perceptíveis nas produções de “beira de estrada⁵³”, às margens dos canaviais sergipanos (Alves, 2015). O povoamento dessa região agrestina, desse modo, provocou a manutenção dos sujeitos mais pobres e que se tornaram proprietários de terras ora voltadas à agricultura ora à pecuária.

Do mesmo modo que a concentração de terras⁵⁴ se fez presente, as pequenas propriedades também permaneceram como par dialético, de maneira que ao ler o latifúndio pressupõe ler o seu antônimo, o minifúndio. Considerando a totalidade como unidade de relações contraditórias e, considerando o projeto do capital na contramão da condição camponesa, em que terra e trabalho são inseparáveis na relação Sociedade-Natureza, a produção de alimentos nos mostra como é possível garantir a reprodução social dessa classe.

Referente às pequenas unidades de produção, o ponto extremo do fracionamento das terras sempre esteve ligado à concentração de terras, isto porque se de um lado há o aumento de área dos latifúndios, do outro há também a redução de área dos minifúndios⁵⁵. Vislumbra-se no espaço agrário sergipano a presença dos monocultivos com plantações de cana-de-açúcar, laranja e de milho em grandes porções de terras. Vem sobrando para os despossuídos apenas poucos hectares constituindo as policulturas das pequenas propriedades, destacando-se a produção de batata-doce, mandioca, feijão, amendoim, dentre outros.

A tabela a seguir sintetiza a produção de alimentos típicos da pequena propriedade (batata-doce, feijão e mandioca), em contraposição à produção de *commodities* e produtos

⁵³ A esse respeito, Renata B. Alves em dissertação intitulada “Agropecuária de beira de estrada em Sergipe: um estudo da BR 235” expõe: “O campesinato vai para onde houver a esperança de dias melhores, onde há a possibilidade de realizar a essência da terra, isto é, coloca-la a produzir alimentos. E essa esperança faz surgir novas formas de acesso à terra, em uma incansável busca por um pedaço de chão. Assim, o rural se torna tão presente e marcante na sociedade brasileira como um todo, que é perceptível até nas cidades onde as pessoas fazem plantações em seus pequenos quintais ou em frente as suas casas, ou como é o caso da agropecuária de beira de estrada” (Alves, 2015, p. 76).

⁵⁴ A distribuição de terras ao longo de séculos claramente se mostrou desigual e contraditória, implicando no desprovimento de incontáveis sujeitos, impondo assim a sujeição destes aos ditames do capital.

⁵⁵ Minifúndio é uma pequena propriedade agrícola, um imóvel rural de área inferior a um módulo fiscal, este por sua vez, é fixado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e varia em cada município seguindo o tipo de exploração predominante, renda obtida desta exploração e por outras explorações existentes.

típicos da grande propriedade (cana-de-açúcar e milho), a partir de pesquisas realizadas nos últimos Censos Agropecuários em Sergipe (1985; 1995/96; 2006 e 2017) (Tabela 04):

Tabela 04 - Sergipe: produção em toneladas de cana-de-açúcar, batata-doce e mandioca, produção por mil frutos e ton. de laranja, produção em grãos de feijão e milho, 1985-2017⁵⁶

Cultivos	1985	1995-96	2006	2017
Cana-de-açúcar	1.411.206	660.317	675.707	1.794.744
Batata-doce	20.040	14.587	92.851	32.378
Feijão	10.778	19.744	27.895	4.810
Laranja	1.280.043	2.592.302	12.151	165.898
Mandioca	299.062	148.964	237.836	82.703
Milho	56.719	118.477	255.811	1.114.219
Total:	3.077.848	3.554.391	1.302.251	3.194.752

Fonte: IBGE-Censos Agropecuários, 1985-2017
Organização: Lima, Mara Íris Barreto, 2023

Os dados nos mostram uma realidade: a produção de alimentos não recebe a mesma valorização que a produção de *commodities* em Sergipe e no Brasil. A aliança formada pela junção entre o Estado, o Agronegócio e o mercado não visa produzir alimentos para quem tem fome, mas sim lucro para os parasitas capitalistas (Mitidiero Junior; Barbosa; Sá, 2017).

No nosso estudo a pequena produção ganhou expressivo destaque. Para a pesquisa não é o somatório de todos os alimentos elencados, mas sim a quantidade produzida considerando quem produziu e as relações de trabalho imbricadas. Além disso, investigamos quem produz - o camponês - o conjunto dos alimentos que chegam às mesas de milhares de sujeitos.

Nos quatro Censos Agropecuários, os dados da produção das *commodities* cana e milho apontaram crescimento, principalmente do milho, qual no Censo de 2017 atingiu o ápice de 1.114.219 grãos e toneladas produzidos/as no estado. Além da produção de laranja,

⁵⁶ **Cana-de-açúcar:** lavoura temporária, produção em toneladas.

Batata-doce: nos Censos de 1985 e 1995-96, caracterizava-se como lavoura temporária. Nos Censos de 2006 e 2017, como produção da Horticultura. Produção em toneladas.

Feijão: lavoura temporária. Em todos os Censos a produção foi em grãos. No Censo de 1995-96, caracterizou-se pela produção em três safras.

Laranja: lavoura permanente. Nos Censos de 1985 e 1995-96, caracterizou-se a produção por mil frutos. No Censo de 2006, caracterizou-se a produção por 50 pés (unidades). No Censo de 2017, caracterizou-se a produção por 50 pés (toneladas).

Mandioca (macaxeira, aipim): lavoura temporária, produção em toneladas.

Milho: lavoura temporária. No Censo de 1985 a produção se referia apenas a milho em grão. Nos Censos de 1995-96 a 2017 a quantidade produzida considerou a produção de milho em grão e milho forrageiro.

que se tornou um produto que atendia ao mercado, notadamente pelo caráter do agronegócio da citricultura em Sergipe, bem como a presença de empresas que monopolizaram o território.

Na outra esfera, a produção de alimentos (batata, feijão e mandioca) apresentou um declínio, especialmente a produção de mandioca e feijão. Além disso, é interessante observar que a produção de batata-doce no Censo de 2006 obteve 92.851 toneladas ultrapassando até mesmo a produção de laranja, e reforça a nossa tese: a produção camponesa não só é possível, como ela é essencial na reprodução do campesinato em sua terra de trabalho.

Essas informações ganham sentido quando analisamos a estrutura da terra, especificamente a quantidade de estabelecimentos agropecuários e o seu tamanho em hectares. O que se tem observado em Sergipe, a partir dos três Censos Agropecuários (1985; 1995/96 e 2006⁵⁷), é que o número de estabelecimentos de até 10 ha assume a maior parte dos estabelecimentos em seu total, e que a sua área (ha) é sempre inferior à área do número de estabelecimentos acima de 100 ha (Tabela 05):

Tabela 05 - Sergipe: quantidade e tamanho dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total, 1985-2006

Estratos de área (hectares)	1985		1995-96		2006	
	Nº de Estab.	Área (ha)	Nº de Estab.	Área (ha)	Nº de Estab.	Área (ha)
Menos de 10 ha	92.132	195.766	77.618	174.398	75.760	181.314
10 a menos de 100 ha	19.505	602.407	18.266	558.054	20.055	564.231
100 a menos de 1000 ha	3.280	825.793	3.061	772.779	2.464	584.256
1000 e mais ha	153	294.539	113	197.397	82	152.637
Total	115.271	1.918.508	99.774	1.702.628	100.607	1.482.437

Fonte: IBGE-Censos Agropecuários, 1985-2006
Organização: Lima, Mara Íris Barreto, 2023

Os dados cumulativos revelaram mais assimetrias: em 1985, cerca de 22.938 (%) dos

⁵⁷ Não foi possível inserir os dados referentes ao Censo Agro de 2017, pois o Censo não disponibilizava a divisão dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total, além de fornecer informações com lacunas.

estabelecimentos acima de 10 ha correspondiam a 1.722.739 ha de um total de 1.918.508 ha. Em 1995/96, 21.440 estabelecimentos correspondiam a 1.528.230 ha de um total de 1.702.628 ha. Já em 2006, 22.601 (%) dos estabelecimentos correspondiam a 1.301.124 ha de um total de 1.482.437 ha.

Segundo Lisboa (2019) o aumento do número de propriedades com poucos hectares ao longo dos anos salienta a resistência por parte do campesinato, que permanecendo na terra cria e recria diferentes territórios de luta. As desigualdades incipientes mantêm uma realidade de concentração fundiária, pela presença da grande propriedade na contramão da pequena.

“[...] O território brasileiro é marcado por uma extrema concentração fundiária nas mãos de pouca gente, ou melhor, como mostraram os dados de produção agropecuária, **a propriedade privada da terra está nas mãos de quem não produz comida**” (Mitidiero Junior; Barbosa; Sá, 2017, p. 52, grifo dos autores).

Enquanto alguns municípios têm a marca das grandes e médias propriedades, a citar: Areia Branca, Carira, Frei Paulo, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão e São Miguel do Aleixo (onde o primeiro município se destaca com a produção de cana-de-açúcar e os demais com a produção de milho), os municípios de Campo do Brito, Itabaiana, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Ribeirópolis e São Domingos, destacam-se pela proeminência das culturas alimentares em pequenas propriedades de terra, os minifúndios.

A tabela a seguir, nos mostra a produção de milho, batata-doce e mandioca nos municípios do Agreste Central Sergipano durante os Censos Agropecuários⁵⁸ 1995/96, 2006 e 2017 (Tabela 06):

Tabela 06 - Municípios do Agreste Central Sergipano: produção em toneladas de batata-doce e mandioca, produção em grãos e ton. de milho, 1995/2017*

Municípios:	1995-96			2006			2017		
	Milho	Batata-doce	Mandioca	Milho	Batata-doce	Mandioca	Milho	Batata-doce	Mandioca
Areia Branca	73	31	3.058	1.351	88	27.124	41	85	1.104
Campo do Brito	360	154	12.651	254	17	5.702	1.241	80	2.896
Carira	4.660	0	290	14.484	-	21	6.057	-	3
Frei Paulo	2.389	-	1.017	10.265	-	2.379	2.760	-	-

⁵⁸ Os dados do Censo Agropecuário de 1985 não disponibilizavam as informações por municípios, apenas dados por unidade da federação.

Itabaiana	324	9.277	7.423	663	79.495	17.414	682	1.632	1.640
Macambira	124	15	1.446	2.356	0	1.180	3.424	13	270
Malhador	195	292	7.810	202	5.542	19.531	85	495	2.780
Moita Bonita	82	4.269	5.048	46	6.410	3.545	131	1.265	878
N. Sra. Aparecida	2.519	0	586	7.189	-	60	17.934	-	4
Pedra Mole	683	-	16	13.146	-	6	3.092	-	12
Pinhão	2.313	-	26	2.964	-	1	17.158	-	-
Ribeirópolis	883	97	4.286	19.167	210	18.838	6.888	237	293
São Domingos	85	10	6.674	116	-	7.477	121	5	3.748
São Miguel do Aleixo	519	-	242	2.205	-	80	1.047	1	48
Total:	15.209	14.145	50.573	74.408	91.762	103.358	60.661	3.813	13.676

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários, 1995-2017
Organização: Lima, Mara Íris Barreto, 2023

*Milho: considera-se a produção de milho em grão, milho em espiga verde e milho forrageiro, ou seja, o peso em grãos e toneladas no conjunto da produção de milho.
Batata-doce: no Censo de 1995/96 a produção era considerada como lavoura temporária, nos Censos de 2006 e 2017 passou a integrar a produção de horticultura.
Mandioca: lavoura temporária.

Conforme os dados dos três últimos Censos Agropecuários (1995-96, 2006 e 2017), a produção de batata-doce e mandioca foi significativa nos municípios de Itabaiana e Moita Bonita (Tabela 06). Além disso, os municípios de Campo do Brito, Malhador, Itabaiana e São Domingos lideravam a maior parte da produção de mandioca em 1995-96. Todos esses municípios têm uma característica em comum: a pequena propriedade da terra.

O crescimento da produção da *commodity* milho vem seguindo um ritmo que põe em cheque uma contradição latente no espaço agrário: o alimento que se tornou uma mercadoria e substituiu os espaços da produção de feijão e outros alimentos (Oliveira, 2014). Ademais, entre os municípios da região, destacam-se os maiores produtores: Carira, Nossa Sra. Aparecida, Frei Paulo e Pinhão (Censo 1995-96); Ribeirópolis, Carira, Pedra Mole e Frei Paulo (Censo 2006); e Nossa Sra. Aparecida, Pinhão, Ribeirópolis e Carira (Censo 2017).

Há de se considerar o aumento da produção de milho em municípios onde o minifúndio é uma tendência, como Ribeirópolis e Macambira, o que pressupõe o avanço do agronegócio nestes espaços. Em 2006, a quantidade de grãos produzidos em Ribeirópolis foi a

maior em relação aos demais municípios do Agreste Central, apresentando 19.167 grãos, ultrapassando inclusive o município de Carira que produziu 14.484 grãos.

O que essa realidade nos chama a atenção? Apesar da grande quantidade de raízes produzidas (batata-doce e mandioca), a produção de milho, seguindo a cartilha do Agro, passa a ocupar espaços destinados à produção de alimentos de base camponesa. Todavia, em seu movimento oposto, o milho não conseguiu superar a produção das raízes em municípios que historicamente permanecem abastecendo a população: Itabaiana, Moita Bonita e Malhador.

E é nesse recorte que nos interessa a pesquisa da produção de batata-doce, pois mesmo com o avanço do milho entre o Sertão (em direção ao Agreste), assim como a pressão da cana no litoral, a produção de alimentos no Agreste ainda é resistente ao Agronegócio. Apesar disso, como a dialética pressupõe o movimento da contradição, mesmo a batata-doce (tal como a mandioca e o inhame), não sendo um produto do interesse do Agro e não se tornando uma *commodity*, a ânsia do mercado por lucro tem rebatido na monopolização da produção da raiz, haja vista que esse alimento não vem sendo destinado precipuamente à subsistência.

De acordo com o exposto, a persistente desigualdade territorial rural se tornou mais clarividente quando se contrapõe o Índice de Gini⁵⁹ referente à renda das famílias no conjunto dos municípios do Agreste Central de Sergipe (Tabela 07), à realidade agrária desse espaço. Os dados apontam uma média⁶⁰ de 0,4827 para o índice da região, ou seja, apresenta uma conjuntura na qual preserva os problemas estruturais que tem relação com a posse e propriedade da terra, bem como com a disposição do trabalho no campo nas principais atividades desenvolvidas, rebatendo na produção do espaço agrário do estado.

Tabela 07 - Índice de Gini da renda domiciliar *per capita* por município do Agreste Central Sergipano e evolução, 2000-2010

Municípios:	Índice de Gini 2000:	Índice de Gini 2010:	Evolução 2000-2010
Areia Branca	0,5114	0,4841	- 0,0273
Campo do Brito	0,5592	0,5433	- 0,0159
Carira	0,5205	0,4961	- 0,0244

⁵⁹ Criado pelo matemático italiano Conrado Gini, o Índice que leva o seu nome é uma ferramenta que mede o grau ou nível de concentração de renda em determinado grupo. Considerava a variação de 0 a 1, em que o valor 0 significa igualdade de renda e o valor 1, a sua concentração. É possível analisar e contrapor a diferença dos rendimentos entre os mais ricos e os mais pobres, de modo que permite uma leitura da concentração da riqueza.

⁶⁰ Somamos os índices de cada município e dividimos pela quantidade de municípios no ano de 2010 (ano do último Censo Demográfico), para obter a média correspondente à região Agreste Central de Sergipe.

Frei Paulo	0,6424	0,4907	- 0,1517
Itabaiana	0,5242	0,5312	+ 0,007
Macambira	0,4970	0,4323	- 0,0647
Malhador	0,5280	0,4563	- 0,0717
Moita Bonita	0,5426	0,4443	- 0,0983
Nossa Senhora Aparecida	0,5429	0,5539	+ 0,011
Pedra Mole	0,4673	0,5372	+ 0,0699
Pinhão	0,5348	0,4268	- 0,108
Ribeirópolis	0,5700	0,4590	- 0,111
São Domingos	0,4195	0,4140	- 0,0055
São Miguel do Aleixo	0,5744	0,4888	- 0,0856

Fonte: IBGE/Censos Demográficos, 2000 e 2010
Cálculo e elaboração: Lima, Mara Íris Barreto, 2022

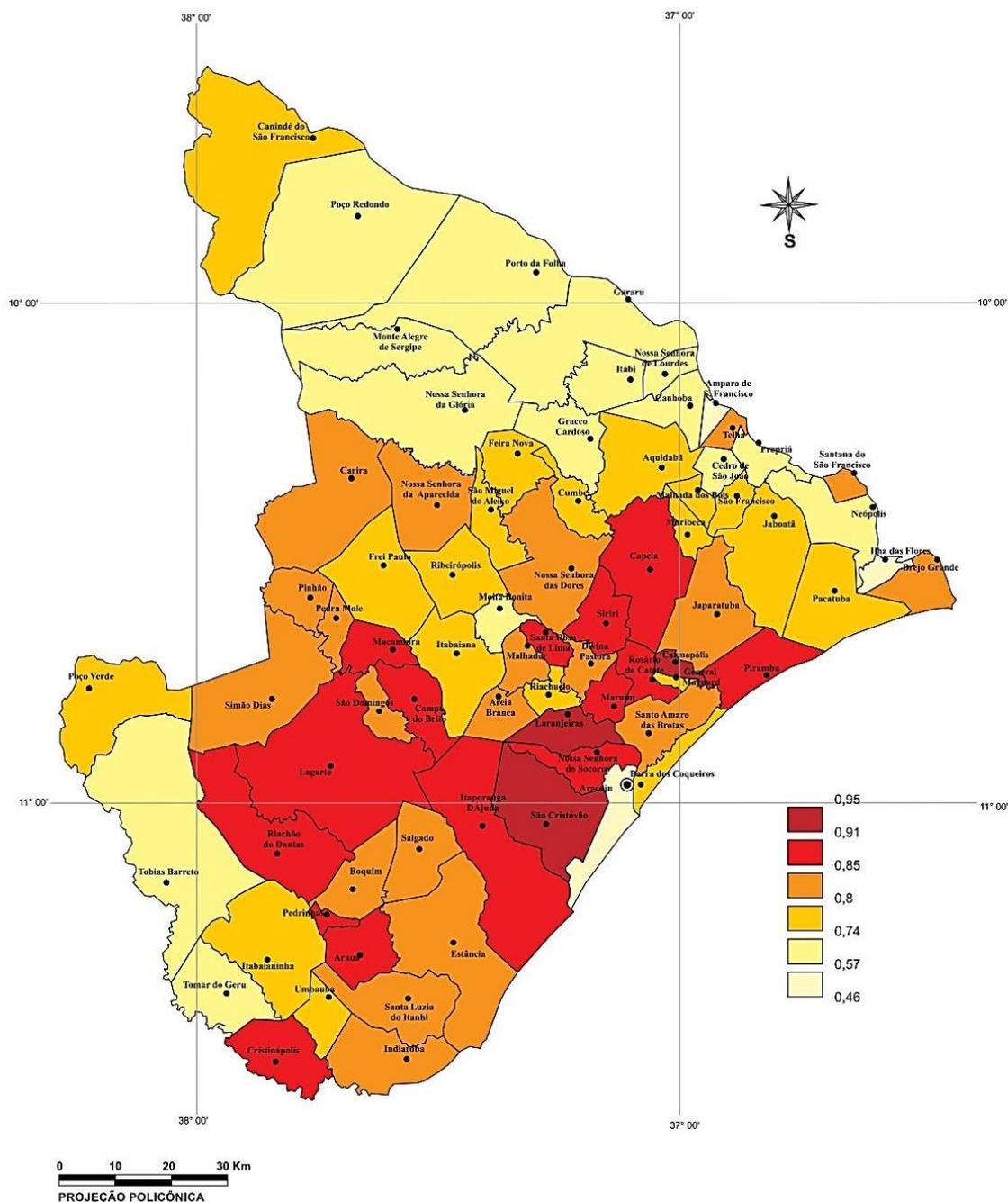
Os últimos Censos Demográficos registraram o Índice de Gini (renda *per capita*) dos 75 municípios sergipanos, dos quais os da região Agreste Central oscilaram entre o menor valor 0,4195 (São Domingos), e o maior valor 0,6424 (Frei Paulo), em 2000; e em 2010, de 0,4140 (São Domingos) a 0,5539 (Nossa Senhora Aparecida). Na maioria dos municípios em questão, revelou-se uma diminuição nos índices, com exceção de Itabaiana, Nossa Senhora Aparecida e Pedra Mole, que aumentaram seus índices entre 2000 a 2010.

Paralelo a isso, o Índice de Gini, utilizado para medir a concentração de riqueza, permaneceu praticamente inalterado nas últimas décadas no estado de Sergipe. Os dados nos esclareceram diferentes realidades (Mapa 04) e revelaram uma tendência de concentração de terras no Leste Sergipano, assim como no Centro Sul do estado, explicados pelos cultivos de cana-de-açúcar e de laranja, respectivamente. O Sul Sergipano e o Agreste Central apontaram índices medianos, e neste último a presença da produção de milho tem ganhado destaque.

Considerando os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2006, a tendência no Agreste Central de Sergipe era do valor de 0,74 em Moita Bonita; 0,8 em Itabaiana, Ribeirópolis, Frei Paulo e São Miguel do Aleixo; 0,85 em Areia Branca, Malhador, São Domingos, Pinhão, Pedra Mole, Carira e Nossa Senhora Aparecida; e 0,91 em Campo do Brito e Macambira.

Esses dados nos mostram concentração em municípios onde a pequena propriedade é uma marca latente.

Mapa 04 - Índice de Gini em Sergipe, 2006



Fonte: INCRA, 2006

Software de Cartomática: PHILCARTO

Elaboração: Lima, José Hunaldo, 2023

Com a Lei Agrária nº 8.629 de 1993, a classificação fundiária dos imóveis rurais passou adotar o Módulo Fiscal (MF) como importante no tamanho ideal das unidades camponesas (Brasil, 1993). As tipologias criadas definem a pequena propriedade, na qual sua área corresponde entre 1 e 4 módulos fiscais; a média propriedade, que diz respeito a área superior a 4 módulos até 15 módulos fiscais e a grande propriedade, que ultrapassa uma área

com mais de 15 módulos fiscais. No entanto, a realidade concreta não apresenta outro caminho.

Tal evidência aponta um quadro social diverso e que vem preservando índices medianos e baixos. Um fator preponderante é compreender essa relação com o domínio de terras e as atividades ali desenvolvidas. Ou seja, o que se pretendia com o Módulo Fiscal, considerando a dimensão territorial a partir das explorações existentes, não é presente no real concreto enquanto área mínima para assegurar a reprodução social das famílias camponesas.

Os dados referentes ao Módulo Fiscal nos municípios do Agreste Central explicitam tal realidade (Tabela 08):

Tabela 08 - Módulo Fiscal dos municípios do Agreste Central de Sergipe, 2012

Municípios:	Módulo Fiscal (ha):
Areia Branca	35
Campo do Brito	35
Carira	70
Frei Paulo	70
Itabaiana	20
Macambira	60
Malhador	30
Moita Bonita	20
Nossa Senhora Aparecida	70
Pedra Mole	70
Pinhão	70
Ribeirópolis	70
São Domingos	30
São Miguel do Aleixo	70

Fonte: INCRA, 2012
Elaboração: Lima, Mara Íris Barreto, 2022

Enquanto se mantém em 70 hectares o módulo dos municípios que compõem a Microrregião de Carira (Carira, Frei Paulo, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão, Ribeirópolis) no Sertão Sergipano, e da Microrregião de Nossa Senhora das Dores que congrega São Miguel do Aleixo, os demais valores oscilam entre 35 e 20 ha. No grupo que pertence o módulo de 35 hectares, apenas os municípios de Areia Branca e Campo do Brito,

no grupo de 30 ha, os municípios de Malhador e São Domingos, e no menor número referente ao módulo, ou seja, 20 ha, os municípios de Itabaiana e Moita Bonita.

Mesmo considerando o estabelecido pelo INCRA, não se alcança o pretendido, uma vez que há a prevalência de unidades familiares com até 10 ha. Essa realidade corresponde em mais de 80% do número de estabelecimentos totais nesse estrato de área, dada a presença de fracionamento da terra que vem acompanhada de precários índices sociais.

Por este sentido, a presença dos minifúndios é conflituosa ao trato com a terra, visto que a reprodução social do campesinato é essencial nesse *locus* de fecundidade e está permeado de desafios ordenados pelo capital ao longo do tempo. Lisboa (2019) assevera que:

[...] a produção agrícola demanda maior aporte de tecnologia, capital e força de trabalho para garantir renda. A ausência dessas condições pode ser parcialmente compensada quando a terra é maior e o camponês pode produzir as culturas tradicionais, para as quais o tamanho da propriedade pode relativizar a ausência de capital, como no caso da mandiocultura, o inhame, a batata, o feijão, o milho, etc (Ibid., 2019, p. 246).

Diante das evidências, assegura-se que para o campesinato produzir e ter sua renda ele necessita da contínua articulação dos trabalhadores e trabalhadoras em defesa da vida, da Soberania e Segurança Alimentar, do trabalho digno e da terra como sustentáculo de sua permanência no campo. Eles se encontram dentro de sua unidade de produção com poucos hectares e à mercê da lógica capitalista. Defrontamos-nos assim, com forte limitação imposta pela fragmentação da terra, *locus* da produção de alimentos e espaço de permanências do campesinato.

No Censo Agropecuário de 1995/96, o domínio de propriedades entre 0 a menos de 10 ha correspondia a 19.237 estabelecimentos agropecuários (de 22.578 unidades totais), totalizando mais de 85% das propriedades na região do Agreste Central (Tabela 09). É possível analisar também a diminuição de cultivos alimentares, como observamos em trabalhos de campo, pois com a subordinação imposta pelo capital e a necessidade da sobrevivência, os camponeses não conseguem diversificar a sua produção.

Tabela 09 - Distribuição dos estabelecimentos agropecuários do território do Agreste Central Sergipano, por grupos de área total e segundo a condição de produtor, 1995/96

Estratos de área (hectares)	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Total	
	Nº de Estab.	Área (ha)								

Menos de 1 ha	4.449	2.356	1.499	776	224	100	3.728	1.567	9.913	4.799
1 a menos de 2 ha	2.765	4.019	282	380	27	37	559	778	3.633	5.213
Resultado cumulativo	7.214	6.375	1.781	1.156	251	137	4.287	2.345	13.546	10.012
2 a menos de 5 ha	3.356	10.688	69	219	10	29	279	819	3.714	11.755
5 a menos de 10 ha	1.894	13.570	14	107	3	18	66	476	1.977	14.171
Resultado cumulativo	5.250	24.258	83	326	13	47	345	1.295	5.691	25.926
10 a menos de 50 ha	2.253	50.830	8	148	0	0	61	1.183	2.322	52.160
50 a menos de 200 ha	752	71.362	4	394	0	0	7	822	763	72.578
200 a menos de 500 ha	186	58.063	0	0	0	0	6	3.809	187	61.872
500 e mais ha	68	60.794	0	0	0	0	1	605	69	61.399
Total	15.723	271.682	1.876	2.024	264	184	4.707	10.059	22.578	283.947

Fonte: IBGE/Censo Agropecuário de 1995/96
Organização: Lima, Mara Íris Barreto, 2022

Entre o conjunto de produtores: proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes, a maior parte das unidades agropecuárias se concentrava entre os proprietários, possuindo 15.723 unidades de um total de 22.578. Seguidos dos ocupantes (4.707 unidades), arrendatários (1.876 unidades) e parceiros (264 unidades). Quanto ao tamanho da terra, em toda região o total se referia a 283.947 hectares, e destes, 271.682 ha pertenciam ao grupo de proprietários, ou seja, uma parcela significativa.

No entanto, os dados de 1995/96 também revelaram que mais da metade do total de unidades produtoras possuía até no máximo 2 hectares, o que significa dizer 13.546 estabelecimentos ocupando apenas 10.012 hectares (de 283.947 ha totais). Entre 2 a menos de 10 hectares eram 5.691 unidades compreendendo 25.926 ha, o que mantém ainda uma pequena apropriação da terra pelos produtores. Esse cenário denuncia, portanto, a redução da

terra de trabalho para o campesinato sergipano.

Em 2006, o Agreste Central apresentou no estrato de área (0 a menos de 2 ha) uma diminuição do número de estabelecimentos agropecuários, uma que vez em 1995/96 apresentava 13.546 unidades, passando para 11.753 em 2006. Manteve-se a mesma lógica em 2006, pois entre 0 a menos de 10 ha estavam 17.667 unidades (de 20.933 unidades totais), correspondendo a 85% das propriedades na região (Tabela 10).

Tabela 10 - Distribuição dos estabelecimentos agropecuários do território do Agreste Central Sergipano, por grupos de área total e segundo a condição de produtor, 2006

Estratos de área (hectares)	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Total	
	Nº de Estab.	Área (ha)	Nº de Estab.	Área (ha)	Nº de Estab.	Área (ha)	Nº de Estab.	Área (ha)	Nº de Estab.	Área (ha)
Menos de 1 ha	6.712	3.277	221	129	92	36	1.295	581	8.322	4.023
1 a menos de 2 ha	3.031	4.392	97	128	20	21	283	401	3.431	4.942
Resultado cumulativo	9.743	7.669	318	257	112	57	1.578	982	11.753	8.965
2 a menos de 5 ha	3.593	11.399	102	163	10	0	239	686	3.944	12.248
5 a menos de 10 ha	1.859	13.269	25	128	4	0	82	535	1.970	13.932
Resultado cumulativo	5.452	24.668	127	291	14	0	321	1.221	5.914	26.180
10 a menos de 50 ha	2.221	47.148	23	321	5	42	173	2.983	2.422	50.494
50 a menos de 200 ha	619	58.740	6	0	3	0	14	711	641	59.451
200 a menos de 500 ha	150	46.148	1	0	0	0	1	0	152	46.148
500 e mais ha	50	24.896	1	0	0	0	0	0	51	24.896
Total	18.235	209.269	344	869	134	99	2.087	5.897	20.933	216.134

Fonte: IBGE/Censo Agropecuário de 2006

Organização: Lima, Mara Íris Barreto, 2022

Pela condição do produtor (proprietário, arrendatário, parceiro e ocupante), novamente os proprietários concentravam a maior parte dos estabelecimentos agropecuários, possuindo 18.235 unidades. Há uma redução do número de unidades, ao mesmo tempo uma redução da área total destinada às propriedades de menos de 10 ha. Observa-se que se em 1995/96 havia mais terras para os arrendatários, em 2006 caiu consideravelmente o número de suas unidades, passando a aumentar o número de estabelecimentos entre os produtores proprietários e ocupantes.

Sobre o tamanho da terra, de um total de 216.134 hectares (67.813 ha a menos em relação ao Censo anterior), 209.269 ha pertenciam aos proprietários.

Em uma quebra histórica referente aos últimos Censos Agropecuários, entre 2006 e 2017, o último Censo apresentou uma série de informações incompletas, no tocante à leitura da Questão Agrária numa conjuntura de Golpe (Mitidiero Junior, 2022). Para o autor:

O fato de o golpe político de 2016 e a eleição de um governo de extrema direita ter tido apoio efetivo dos setores ruralistas, sob o signo do moderno agronegócio (ou “Agro”), deve ser considerado em qualquer análise da história de realização do Censo 2017. O chamado “agronegócio” constituiu a principal base de apoio político aos grupos que derrubaram a presidente eleita Dilma Rousseff, dilaceraram a democracia e elegeram, posteriormente, um presidente de aspirações fascistas e antidemocráticas (Ibid., 2022, p. 37).

Dada a conjuntura de distorção e incompletude dos dados, o Censo Agro 2017 tem uma metodologia que apresenta um desmonte em relação aos dados dos últimos Censos. Sem os dados mais efetivos referentes à produção camponesa é um desafio realizar qualquer análise sobre a estrutura da terra⁶¹, o que se tem produzido, bem como a distribuição dessas unidades conforme as últimas projeções vêm mostrando. Mais uma vez, acentua-se a subordinação ao mercado e ao fracionamento fundiário. Todavia, não há como mensurar os prejuízos referentes à falta de informações sobre a Questão Agrária considerando o projeto em curso empreendido por diferentes sujeitos e instituições (Ibid., 2022).

Cabe, desse modo, apontar os dados disponíveis na possibilidade de ler a realidade agrária sergipana numa conjuntura de ofensivas para toda a classe trabalhadora. A ausência de dados é uma resposta. Os interesses por parte do Estado e do Agronegócio se escancaram nos

⁶¹ Para Mitidiero Junior (2022, p. 27), os dados do IBGE ajudariam a entender as “injustiças e anomalias resultantes da distribuição de terras; a não realização da reforma agrária; a ausência e a falta de continuidade de políticas públicas específicas; e a produção de uma economia agropecuária dependente e submissa ao mercado internacional, sem vistas aos ideais (e necessidade) da segurança e soberania alimentar”.

últimos anos em todo o território brasileiro e, portanto, Sergipe não deixou de integrar a produção para benefícios destes e de tantas empresas que aboncanharam a maior fatia de terras existentes no estado. Mas essa conjuntura pode ser lida, sob o olhar crítico, nas entrelinhas de um quadro fundiário “apagado”, distorcido da realidade concreta.

Os dados revelaram uma diminuição drástica da quantidade de estabelecimentos agropecuários de 0 até 10 hectares na Região Agreste Central, o que demonstra o ocultamento da realidade fundiária, pois como seria possível uma queda de mais de 17 mil unidades em 2006 para 8.138 unidades em 2017? (Tabela 11).

Tabela 11 - Quantidade de estabelecimentos agropecuários do território do Agreste Central Sergipano, por grupos de área total e segundo a condição de produtor em relação às terras, 2017

Grupos de área total (hectares)	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Comodatário	Total
	Nº de Estab.					
Menos de 1 ha	3.405	12	31	43	411	3.902
1 a menos de 2 ha	1.552	2	20	14	128	1.716
Resultado cumulativo	4.957	14	51	57	539	5.618
2 a menos de 5 ha	1.549	8	14	13	126	1.710
5 a menos de 10 ha	752	4	5	5	44	810
Total	7.258	26	70	75	709	8.138

Fonte: IBGE/Censo Agropecuário de 2017
Organização: Lima, Mara Íris Barreto, 2022

A partir dos dados levantados considerando o Censo de 2017, compreendemos uma distorção nos resultados referentes às informações dos 14 municípios que integram o Agreste Central, dados por município e a soma total. Ou seja, do total analisado, apenas 8.138 era o número de estabelecimentos de menos de 1 ha até 10 ha, envolvendo proprietários, arrendatários, parceiros, ocupantes e comodatários.

Mesmo com essas informações incompletas, é possível verificar uma tendência: a maior parte das unidades de produção pertence aos proprietários, em seguida é expressivo o número de comodatários, que aparece como um novo sujeito no campo.

Enquanto que o proprietário possui a escritura da terra⁶², o comodatário aparece como um trabalhador dessa terra desde que exista um acordo entre ele e o proprietário, o comodante (proprietário) cede para o comodatário o uso de sua propriedade, ou parte dela. Esse tipo de relação, o comodato, é uma realidade presente nos municípios de Moita Bonita e Itabaiana.

Durante os trabalhos de campo, foi possível observar a presença de um pequeno produtor na condição de comodatário e por isso entendemos a sua ligação com a terra.

O Senhor B. M. B., de 38 anos de idade, em entrevista realizada em maio de 2023 informou que retira seu sustento, junto ao de sua família, graças ao acesso à terra que não é sua propriedade, mas sim com um acordo com a proprietária. Sobre sua relação com a posse da terra o relato foi elucidativo:

“Não sou o dono dessa terra, aqui são umas duas ou três tarefas que trabalho plantando rama de batata. A dona é tia de minha mulher, e planto aqui só batata, já plantei amendoim e vendi na feira, mas hoje é a batata-doce. Um dia compro mais tarefa para plantar mais” (Entrevista concedida em maio de 2023, Povoado Figueiras, Moita Bonita, Sergipe).

A fala do camponês nos mostra que mesmo não sendo o proprietário da terra, mas tendo o vínculo com ela por meio de sua relação com a família, lhe possibilita garantir renda produzindo batata-doce em menos de 1 hectare.

Entendemos o seu desejo em possuir mais terra, mesmo que a pequena propriedade viabilize a extração da renda na produção e comercialização do alimento, proporcionaria maiores condições de vida.

O argumento utilizado pelo pequeno produtor afirma a importância do campo para esse sujeito. Não se trata de uma simples aceitação da condição imposta pela estrutura fundiária, que tem lançado milhares de camponeses à condição de sem terra ou para áreas cada vez menores.

Também a pressão do mercado capitalista, que fez o camponês trocar a venda de amendoim na feira para produzir batata-doce, nos sinaliza uma situação de subordinação do campesinato ao capital frente à necessidade de melhorar suas condições de existência.

⁶² Ou tem a posse e propriedade da terra (fruto de herança ou compra), que comumente é registrada em documentos como recibos que são emitidos via cartório.

2.3. Produção para o mercado: monopolização da produção e subordinação do campesinato

O processo de desenvolvimento do capitalismo no campo trouxe à tona a subordinação dos pequenos produtores (Lênin, 1982).

Nos relatos dos camponeses durante as pesquisas de campo, observamos um quadro de sujeição da renda camponesa ao capital. De acordo com Oliveira (2007, p. 32) está se dando um movimento de apropriação da renda sem se ser o proprietário da terra. É um cenário em que o capital vai se reproduzindo “pela via não especificamente capitalista”.

Mesmo que o proprietário desse meio de produção não seja o mercado capitalista, mas sim o camponês, o capital tende a monopolizar, ou seja, ele concentra suas formas de alcançar o lucro e, dentre elas, a própria sujeição do campesinato na terra de trabalho.

Apesar de existir certa autonomia na produção camponesa, especialmente a partir da divisão do trabalho familiar que não necessita do sistema de assalariamento, a comercialização da batata-doce produzida pelo campesinato enquadra a renda da terra que beneficiará o mercado e não o campesinato, confirmando o que alerta Oliveira (2007, p. 32): “o capital tem atuado, contraditoriamente, no sentido de criar e recriar as condições para o desenvolvimento da agricultura camponesa, sujeitando, portanto, a renda da terra ao capital”.

A sujeição da renda camponesa extraída da produção de batata-doce, com a ampliação das áreas de cultivo tem provocado preocupações com a homogeneização da paisagem⁶³, especialmente no campo dos municípios de Moita Bonita e Itabaiana, no Agreste Central.

No ano de 2020, entre os maiores produtores de batata-doce do estado cinco dos municípios prevaleciam no Agreste, a saber: Itabaiana, Moita Bonita, Ribeirópolis, Malhador e Campo do Brito. No entanto, o Centro Sul também se destacava com a produção no município de Lagarto (Tabela 12).

No Agreste de Itabaiana, observa-se um quantitativo expressivo de toneladas produzidas em poucas terras, enquanto as grandes propriedades, na fronteira com os minifúndios, estão voltadas à produção de cana-de-açúcar, milho e laranja, principalmente.

Segundo Antonello (2001), essa realidade é explicada pela intensa subordinação do campesinato ao modo de produção capitalista, pois “na situação de despojado de condições materiais [...], o camponês não introjeta o espírito da produção capitalista, mas é introjetado” (Ibid., 2001, p. 169).

⁶³ Contribuição do Professor José Gilberto de Souza, durante a banca de Qualificação em 18 jul. 2022.

Tabela 12 - Batata-doce: área plantada e quantidade produzida em municípios de Sergipe, 2020

Municípios	Área plantada (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)
Itabaiana	1.900	23.750
Moita Bonita	1.400	22.400
Ribeirópolis	193	2.702
Malhador	200	2.800
Lagarto	86	1.376
Campo do Brito	80	1.280

Fonte: IBGE/PAM, 2020
Organização: Lima, Mara Íris Barreto, 2022

Esses dados revelam que a pequena propriedade através do trabalho camponês consegue produzir muitas toneladas de alimentos em pequenas áreas plantadas. Mas significa também, a expressividade que tem a produção de mercadorias em municípios conhecidos pela presença da policultura e do consorciamento em pequenas propriedades⁶⁴.

No curso histórico identificamos o crescimento do cultivo de batata-doce e a queda expressiva da produção de mandioca. O argumento referente à substituição desta última pela batata-doce deve ser respeitado, haja vista que a mandioca passa a integrar uma cadeia produtiva de força no município de Lagarto, onde a atividade incorporou mais tecnologia e está concentrada em poucos médios beneficiadores da farinha, que compram o produto in natura, contratam força de trabalho em condições precárias, produzem e beneficiam o produto e vendem a farinha em todo o estado.

Nesse último município há um movimento de monopolização da produção desse cultivo, que sempre foi carro chefe da produção camponesa em todo o Nordeste. O campesinato continua a plantar a mandioca, mas em Lagarto, ele é obrigado a vendê-la in natura e a vender trabalho ao capitalista que a beneficia e vende o produto, aprofundando a divisão da renda da terra e capturando as condições de reprodução de inúmeras famílias.

Por essa condição, foi possível entrevistar um senhor sobre os motivos da diminuição da produção de mandioca em áreas que existiam casas de farinha. O senhor Z. d. T., de 68 anos de idade, relatou-nos:

⁶⁴ Mais de 40.000 estabelecimentos rurais no espaço agrário sergipano têm o extrato de área (ha) inferior a 1 hectare, ou até 3,3 tarefas – medida agrária mais usual no estado. Uma tarefa são quatro quadros, equivalente a uma área aproximadamente de 4.356 m².

Aí quer dizer que hoje pra fazer farinha tem que tirar dinheiro pra fora. Porque fazer farinha hoje é 3 ou 4 pessoas, se chegar 20 se ocupa, mas menos de 4 não faz. Se for botar 100 reais o dia pra esses trabalhadores não compensa, porque cadê a energia? Cadê o esterco? Eu digo todo dia isso aí: lavoura a gente só depende disso, hoje eu só planto pra comer (Entrevista concedida em maio de 2023, Povoado Saquinho, Moita Bonita, Sergipe).

A fala de nosso entrevistado nos revela que existem mais custos do que ganhos para plantar mandioca e fazer a farinha, além de citar as despesas com o dia de trabalho dos trabalhadores temporários e os meios (equipamentos, energia) para a sua realização. O relato transmite ainda a importância de se plantar para comer.

O entrevistado nos informou também que compra a farinha de mandioca fora do povoado: “eu comprei 2 quilos por 15 reais, porque só sou eu e ela [mencionando a esposa]. A gente tem a casa de farinha aqui que é só pra família mesmo. Mas no fim eu acabo comprando porque não compensa fazer muita” (Ibid., 2023).

Era muito comum a presença de casas de farinha de produtores individuais e vinculadas às associações de moradores, até o início desse século. A presença desses prédios abandonados por todo o estado sintetiza a realidade da expansão de outros cultivos em virtude de a mandiocultura ter se transformado nos últimos 20 anos em atividade monopolizada por pequenos empresários que exploram trabalho e monopolizam a compra do produto, sobretudo na região de Lagarto.

Figura 11 - Antiga casa de farinha no Povoado Figueiras em Moita Bonita, Sergipe, 2023



Fonte: Lima, Mara Íris Barreto, 2023

A relação entre a dificuldade para continuar produzindo a mandioca e a expansão da batata-doce também foi questionada ao entrevistado:

- O senhor acredita que o aumento da produção de batata-doce se deve ao longo tempo para produzir e usufruir da produção da mandioca?

Em resposta, o entrevistado afirmou:

É porque a farinha de mandioca não dá preço e a batata é ligeiro. A batata ourinho só arranca com 4 meses, já a batata que estão plantando agora arrancam com 70 ou 80 dias. Com 3 meses já tá passado do tempo. Tem também uma batata roxa chamada coração de nego, ela é bem roxa, quem é boa é ela, agora só presta com 4 meses (Entrevista concedida em maio de 2023, Povoado Saquinho, Moita Bonita, Sergipe).

Assim, nos municípios de Itabaiana e Moita Bonita, observa-se que a produção de batata-doce (em toneladas) era superior a de mandioca entre os últimos censos agropecuários⁶⁵ (Tabela 13):

Tabela 13 - Itabaiana e Moita Bonita: produção de batata-doce e mandioca, 1995-2006

Cultivos	1995/1996		2006	
	Itabaiana	Moita Bonita	Itabaiana	Moita Bonita
	Produção (Ton.)	Produção (Ton.)	Produção (Ton.)	Produção (Ton.)
Batata-doce	9.277	4.269	79.495	6.410
Mandioca	7.423	5.048	17.414	3.545
Total	16.700	9.317	96.909	9.955

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários 1995-2006

Elaboração: Lima, Mara Íris Barreto, 2023

Como se visualiza na tabela, tanto no campo de Moita Bonita como em Itabaiana constam uma diminuição expressiva na produção de mandioca⁶⁶, entre 1995 e 2006.

O trabalho camponês sempre foi importante no município de Itabaiana, onde os principais feirantes do estado residem e produzem. Ainda que grande parte dos produtos comercializados nas feiras pelos itabaianenses seja importada de estados, sobretudo nordestinos, a produção de cereais e hortaliças sempre foi superior em Itabaiana, que em

⁶⁵ Em 1985, a porcentagem era de 31,90% de batata-doce e 63,17% de mandioca no município.

⁶⁶ O fechamento das casas de farinha no município é expressão da redução da produção da mandioca. As áreas que eram voltadas à plantação de mandioca deram lugar à plantação de batata-doce.

todos os demais municípios do estado.

Compreendendo a espacialização da produção de batata-doce e sua superioridade em relação aos demais produtos, nos municípios destacados, entre semear, lavar, ensacar e vender a raiz, a sua produção se insere num cenário de intensa fragmentação da terra que não ocorre sem contradições, aprofundando a Questão Agrária no estado.

O fracionamento das terras de trabalho dos camponeses, a terra “do ganha pão” e da moradia é indiscutivelmente produto da concentração fundiária, principalmente às terras dos municípios que compõem a Microrregião do Agreste de Itabaiana⁶⁷, onde o menor tamanho do Módulo Fiscal é de 20 hectares e onde predominam propriedades de tamanhos que variam entre 0 a menos de 5 hectares.

É indissociável pensar a produção e comercialização de batata-doce (Figuras 12 e 13) no Agreste de Sergipe sem o processo de fragmentação da propriedade camponesa e a subordinação destes sujeitos ao monopólio do mercado capitalista. Enquanto avançam as estratégias de controle do capital sobre a terra e o trabalho, a luta do campesinato se faz emergente num contexto de ofensivas contra a autonomia e a condição de reprodução social.

Figuras 12 e 13 - Sacos de batata-doce para o mercado em Moita Bonita, Sergipe, 2021



Fonte: Lima, Mara Íris Barreto, 2021

A presença da pequena propriedade é motivo de disparidades na renda camponesa, haja vista que as famílias se reproduzem sobremodo com o trabalho no cultivo e na pecuária (em poucas terras considerando o Módulo Fiscal), e são as responsáveis pela vasta produção

⁶⁷ Integra os municípios de Areia Branca, Campo do Brito, Itabaiana, Macambira, Malhador, Moita Bonita e São Domingos.

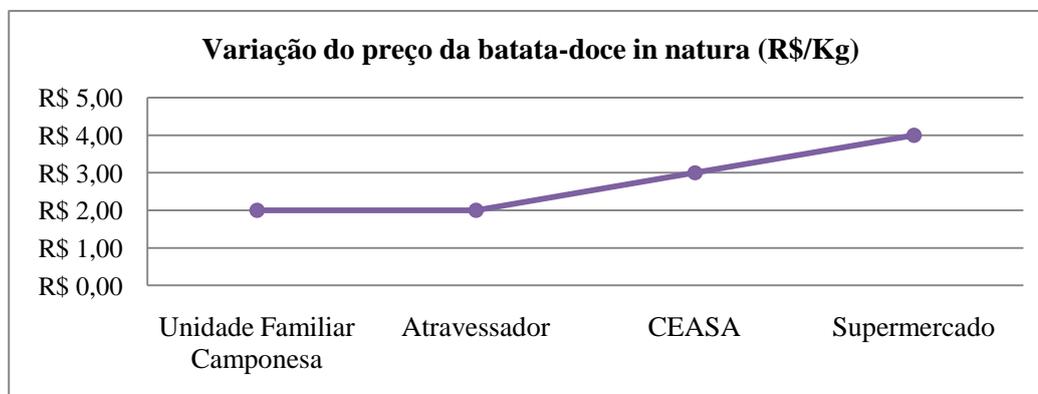
de alimentos em contraposição à produção de *commodities* (soja, cana-de-açúcar e milho, principalmente). Por sua vez, o campesinato está circunscrito no circuito do capital, e que pode ser explicado pelo processo de produção e circulação simples da mercadoria, como é elucidativo o exemplo da produção de batata-doce.

Neste circuito, observa-se que o mercado é interno e tem-se observado a presença de atravessadores. A cadeia produtiva inclui camponeses produtores e atravessadores, aqueles ligados ao trabalho na própria terra ou enquanto parceiro ou comodatário, e estes que levam o produto ao mercado, subordinando e se apropriando da renda camponesa.

As contradições aparecem desde a produção, quando o camponês precisa de insumos do mercado capitalista, desde a água da irrigação (bem natural) comprado, que exigiu ainda a compra de equipamentos; o nitrogênio, até a entrega da produção a atravessadores, quando ela não é realizada pela cooperativa (que às vezes atua como atravessadora); à entrada da mercadoria no mercado e a subordinação aos preços ali praticados. Entretanto, embora exista a subordinação direta desses trabalhadores ao fornecerem os seus produtos para a venda no mercado capitalista, a relação com a terra jamais se rompe.

Para tanto, compreendemos que a partir do momento que um alimento se torna mercadoria, dentro de uma cadeia de produção, os preços desse “produto” vão modificando conforme os sujeitos e os destinos da comercialização. À medida que avançamos nessa cadeia, desde a produção dentro da unidade camponesa, até o momento em que chega no supermercado, passando pelos atravessadores e as centrais de abastecimento nos é revelada a proporção que se tem dos preços estabelecidos e quem se apropria do excedente (Gráfico 01):

Gráfico 01 - Exemplo de custo da batata-doce (R\$/Kg) desde a unidade de produção no campo, em Moita Bonita, até o supermercado em Itabaiana, Sergipe, 2023⁶⁸



Fonte: Trabalho de campo, 2023

⁶⁸ Tomamos como exemplo a variação do preço da batata-doce (por quilo) em diferentes momentos de sua comercialização: da unidade de produção familiar até o supermercado (no mesmo período de tempo e região).

Elaboração: Lima, Mara Íris Barreto, 2023

Cada vez menos é o produtor camponês, quem se apropria da renda. Cada vez mais é o mercado capitalista, com a atuação do atravessador, na determinação dos preços definidos em diferentes escalas, quem se beneficia com a apropriação do excedente produzido. Notamos, antes de tudo, que o camponês é o sujeito mais explorado, arcando com o “grosso do trabalho”, portanto, eis o amargor da batata-doce: a produção é refém da lógica mercantil, tudo tem um preço e por esse motivo também se define a expansão do cultivo (Lima, 2021).

O percurso da batata-doce até chegar à prateleira do supermercado é simples, pois a venda do produto é in natura e nesse caso não estamos considerando o beneficiamento da raiz (o que iria alterar a dinâmica dos preços). Do lado da produção, o preço da batata (por quilo) é muito baixo (R\$ 2,00), forçando o aumento da produção para que o camponês consiga ter mais renda. Do lado do consumidor, o preço dobra (R\$ 4,00), o que faz com que os consumidores procurem as feiras numa tentativa de reduzir os gastos com alimentos.

No meio desse processo, a alteração dos preços desse alimento vem acompanhada de instabilidades da oferta, bem como das determinações da competição e demandas no mercado, que lançam os preços conforme seus interesses.

Os preços desse produto, que faz parte da cesta básica no Nordeste, oscilam em dois diferentes supermercados: o primeiro em Itabaiana, município produtor, em que o preço estava, em maio de 2022 por R\$ 3,99, enquanto em Recife⁶⁹, metrópole regional, no mesmo dia estava por R\$ 4,79. Em Sergipe, a batata-doce apresentou um preço médio de R\$ 90,00 (40 kg) no período de junho de 2022, o que apontava uma expressiva demanda da produção desse alimento considerando os demais estados.

Há uma relação de dependência e subordinação ao mercado, que obriga o camponês a trabalhar apenas com uma única cultura, nesse caso, a batata-doce no Agreste Sergipano com maior incidência. Os trabalhadores camponeses não podem variar os produtos observando-se as pequenas propriedades de terras (ou pequenas unidades familiares), o que inclui também o domínio de um único cultivo, como a produção de batata-doce em áreas conhecidas pela policultura e pelo consorciamento.

Esse quadro sinaliza um processo de subordinação da terra e do trabalho ao mercado, conforme apontamos ao longo do trabalho. A análise dessa realidade e as formas de organização dos camponeses para se defenderem é o que desenvolveremos na seção que segue.

⁶⁹ O preço de 500 gramas de batata-doce era equivalente a R\$ 4,79, e o quilo era equivalente a R\$ 9,58.

SEÇÃO III – A BATATA-DOCE SOB O AMARGOR: ENTRE A PRODUÇÃO CAMPONESA E A SUBORDINAÇÃO

“Entrou em nossa cozinha e perguntou onde havíamos colhido as batatas-doces. Meu pai respondeu que havíamos comprado na feira da cidade. Com que dinheiro, ele quis saber. [...] Lembrou a meu pai da terça parte que tinha que dar da produção do quintal. Da terra seca não brotava nem pasto, muito menos batata. E a secura era tanta que nem as várzeas estavam sendo cultivadas” (Torto Arado, Itamar Vieira Junior, 2019, p. 85).

Figura 14 - Comercialização de raízes na feira-livre de Itabaiana, Sergipe, 2023



Fonte: Lima, Mara Íris Barreto, 2023

Para iniciar a nossa última seção, consideramos a pertinência de situar a produção de batata-doce no estado de Sergipe (Tabela 14), pois priorizamos esse alimento entendendo a sua pujança nas unidades de produção familiares pesquisadas.

Tabela 14 - Produção de batata-doce em Sergipe por regiões, área plantada (ha), quantidade produzida (t) e produtividade média, 2006 - 2017

Regiões	2006***			2017		
	Área plantada (ha)	Quantidade produzida (t)	P.M. (t ha ⁻¹)	Área plantada (ha)	Quantidade produzida (t)	P.M. (t ha ⁻¹)

Agreste Central	2.700	30.640	11,34	3.208	38.146	11,89
Alto Sertão	-	-	-	-	-	-
Baixo São Francisco	7	56	8	3	24	8
Centro Sul	206	1.854	9	20	162	8,1
Grande Aracaju	55	590	10,72	144	1.702	11,81
Leste Sergipano	23	184	8	32	250	7,81
Médio Sertão	12	99	8,25	8	61	7,62
Sul Sergipano	140	1.109	7,92	50	520	10,4
Sergipe	3.143	34.532	10,98	3.465	40.865	11,79

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 2006-2017
Organização: Lima, Mara Íris Barreto, 2022

** P.M.: Produtividade Média

*** A produção de batata-doce no referido ano estava incluída como Horticultura

Acompanhando os dados da produção nos Censos Agropecuários do IBGE, assim como os da produção agrícola anual (Tabela 15) nas regiões em Sergipe em 2020, observamos o aumento da quantidade de batata-doce produzida em relação ao último Censo de 2017:

Tabela 15 - Produção de batata-doce em Sergipe por regiões, área produzida (ha), quantidade produzida (t) e produtividade média, 2020

Regiões	2020		Produtividade média (t ha ⁻¹)
	Área produzida (ha)	Quantidade produzida (t)	
Agreste Central	3.833	53.892	14,06
Alto Sertão	-	-	-
Baixo São Francisco	1	8	8
Centro Sul	86	1.376	16
Grande Aracaju	90	992	11,02
Leste Sergipano	43	362	8,41
Médio Sertão	5	39	7,8
Sul Sergipano	8	80	10
Sergipe	4.066	56.749	13,95

Fonte: IBGE/Produção Agrícola Municipal, 2020
Organização: Lima, Mara Íris Barreto, 2022

Novamente o Agreste se destacou com uma produção de 56.749 toneladas produzidas no estado. No entanto, o que a realidade por trás dos números nos revelou é que esse aumento surgiu como uma demanda do mercado capitalista, e não como uma produção para subsistência. Para sobreviver, os camponeses adentraram numa produção desenfreada, sujeitando-se assim à dinâmica da produção e circulação das mercadorias. A renda camponesa, cada vez mais dividida, impera nas relações de trabalho no campo e observamos como os camponeses produtores lidam com a presença dos atravessadores e da cooperativa.

As estratégias e formas utilizadas pelo campesinato são resistências quanto ao avanço do capital no espaço agrário, ao mesmo tempo em que a relação de dependência ainda é sintomática, sobretudo com as ofensivas capitalistas que assolam o campo. A produção de batata-doce, ainda que seja demandada pelo mercado, tem garantido a reprodução social de inúmeras famílias camponesas nos municípios investigados em nossa pesquisa.

Com esse intuito, não consideramos a monopolização da produção de batata-doce como sinônimo de monocultura, mas sobretudo a sua homogeneização na paisagem, enquanto produção de um único cultivo.

A batata-doce não é *commodity*, é alimento, e como tal não podemos incluí-la nesse rol de relações, mesmo que ela esteja incorporada à circulação de mercadorias controlada pelo mercado capitalista. Tão logo, pretendemos, dessa forma, compreender as relações entre o semear e o vender dessa raiz que vem se tornando mais uma mercadoria, na terra de trabalho e o amargor da produção de batata-doce no espaço agrário de Sergipe.

3.1. Entre o minifúndio e o aumento da produção de batata-doce no espaço agrário sergipano

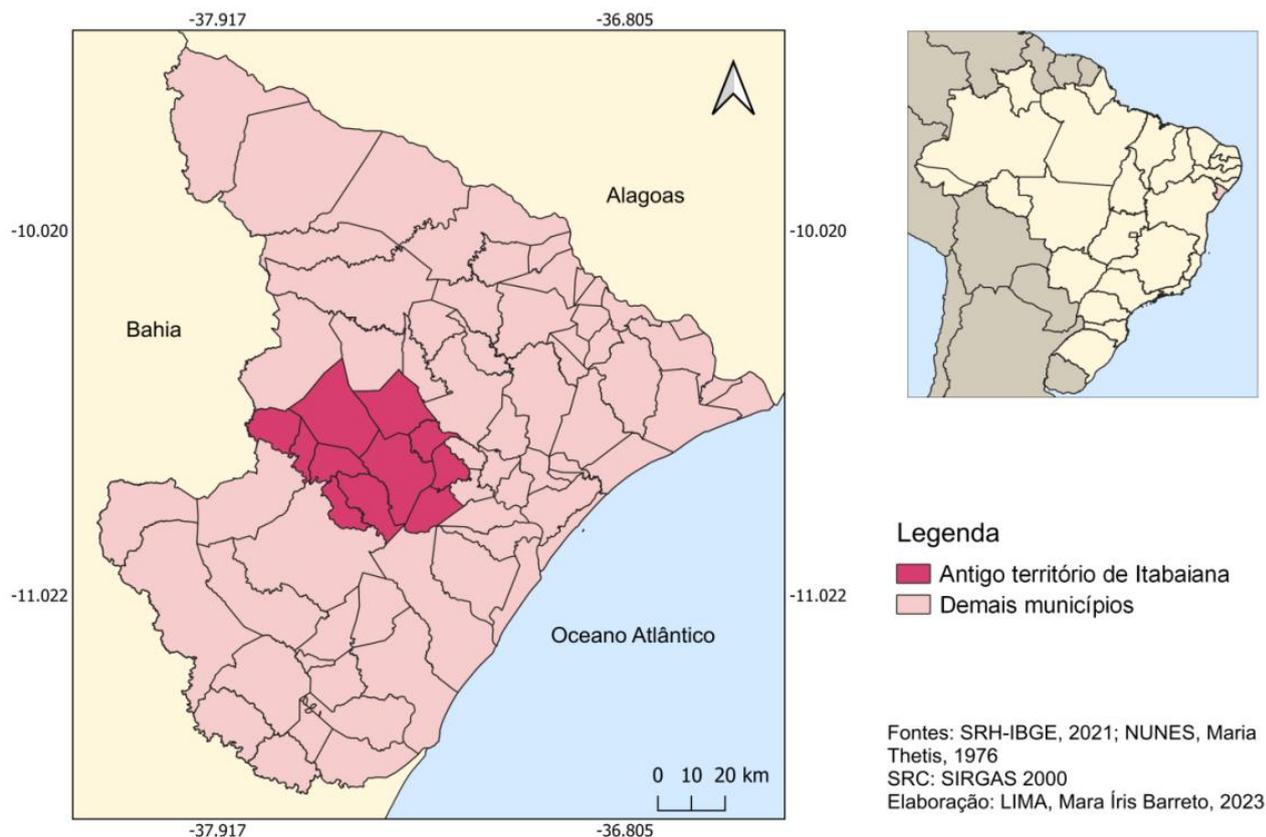
Como foi visto anteriormente, o Agreste Central é marcado pela proeminência das pequenas propriedades. A reprodução do campesinato sergipano nesse espaço vem se desenvolvendo a partir das propriedades com este perfil, com forte característica da produção de alimentos, que além de ser histórica, centralizou o modo de vida desse sujeito e manteve a permanência de suas relações no campo.

Por ser uma das vilas e unidades político-administrativas mais antigas em que se dividiu o território sergipano, a Vila de Itabaiana, em decorrência da autonomia que lhe foi conferida nos anos 1696, tornou-se uma Comarca desligada da Bahia (Nunes, 1976; Freire, 1977). Segundo Nunes (1976), ao tempo em que a agricultura se desenvolvia fixando o

colono, a base dessa economia se fazia pela presença dos sítios.

Os limites territoriais de Itabaiana⁷⁰ eram extensos, ocupando uma área considerável do território sergipano. O mapa a seguir projeta a dimensão real de como era a antiga área de Itabaiana antes de seu desmembramento (Mapa 05):

Mapa 05 - Mapa de localização da antiga área de Itabaiana, Sergipe, 2023



Fontes: SRH-IBGE, 2021; Nunes, Maria Thetis, 1976
Elaboração: Lima, Mara Íris Barreto, 2023

O estopim de sua divisão territorial se iniciou com a produção de algodão, que ganhava destaque na economia, além de ser impulsionada pela grande demanda dos mercados internacionais. Para Nunes (1976), o auge da expansão do cultivo ocorreu quando a máquina a vapor, para descarregar o algodão, chegou a Itabaiana por volta de 1870⁷¹. Apesar da

⁷⁰ No entanto, lento foi o desenvolvimento da Vila, em razão da presença dos holandeses, que em disputa com os portugueses, destruíram as áreas de cultivo agrícola e as áreas que se prestavam ao gado (Freire, 1977). Conforme foi se desenvolvendo a agricultura, sobretudo nas terras de seu entorno, a disputa entre lavradores e criadores permaneceu. Nos séculos seguintes, sua extensão ainda era considerável, pois “inicialmente, abrangia a Vila de Itabaiana uma área de cerca de 200 léguas quadradas” (Nunes, 1976, p. 409).

⁷¹ Neste caminho, por meio da instalação dessa máquina, começou a se despontar uma nova povoação: no centro das matas o local conhecido como Chã de Genipapo (atualmente Frei Paulo), tornava-se a primeira porção a se desmembrar de Itabaiana (Ibid., 1976).

prosperidade econômica das terras serranas, novos núcleos de população cresciam e fragmentava a centralidade de Itabaiana formando novos centros comerciais⁷²:

Dela se desdobraram novos Municípios como Frei Paulo, Campo do Brito, Carirá, Macambira, Ribeirópolis, Pinhão, Pedra Mole, Moita Bonita, ou complementando outros que se foram desmembrando dos municípios vizinhos. Ficaria, assim, a antiga Vila de Itabaiana reduzida a 420 Km², um terço, aproximadamente, de sua área inicial avaliada, em 1817, pelo Ouvidor José da Matta Bacella (Ibid., 1976, p. 420, grifo nosso).

Nos municípios onde ocorreu a emancipação (política e territorial) da área de Itabaiana, encontram-se Moita Bonita e Malhador, que juntos ao primeiro foram referências em nossas pesquisas, além do município de Riachuelo no Leste de Sergipe (limite com Malhador). A realidade nos apresentou a base da agricultura camponesa como substrato da vida dessas famílias, onde a estrutura da terra é marcada fortemente pelos minifúndios.

Nessa área, a hidrografia tem favorecido esta realidade, pela presença dos Perímetros Irrigados Jacarecica (I e II) e Poção da Ribeira⁷³, que juntos, ultrapassam 4.300 hectares beneficiando mais de 8.255 pessoas, de acordo com a Companhia de Desenvolvimento Regional de Sergipe (CODERSE).

O Perímetro Jacarecica I, localizado em Itabaiana, envolve 124 lotes familiares e 2 de pesquisa, onde se destacam os cultivos de batata-doce, frutas e hortaliças. A presença da barragem no Povoado Agrovila é fundamental para a população que vive da agricultura. O Jacarecica II, localizado no município de Malhador (limite entre Areia Branca e Riachuelo), irriga 344 lotes, dos quais 8 são empresariais e 336 familiares, além de mais de 600 famílias assentadas sob a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe (FETASE). A realidade nos apresenta a dependência de cultivos como batata-doce, inhame, amendoim e banana.

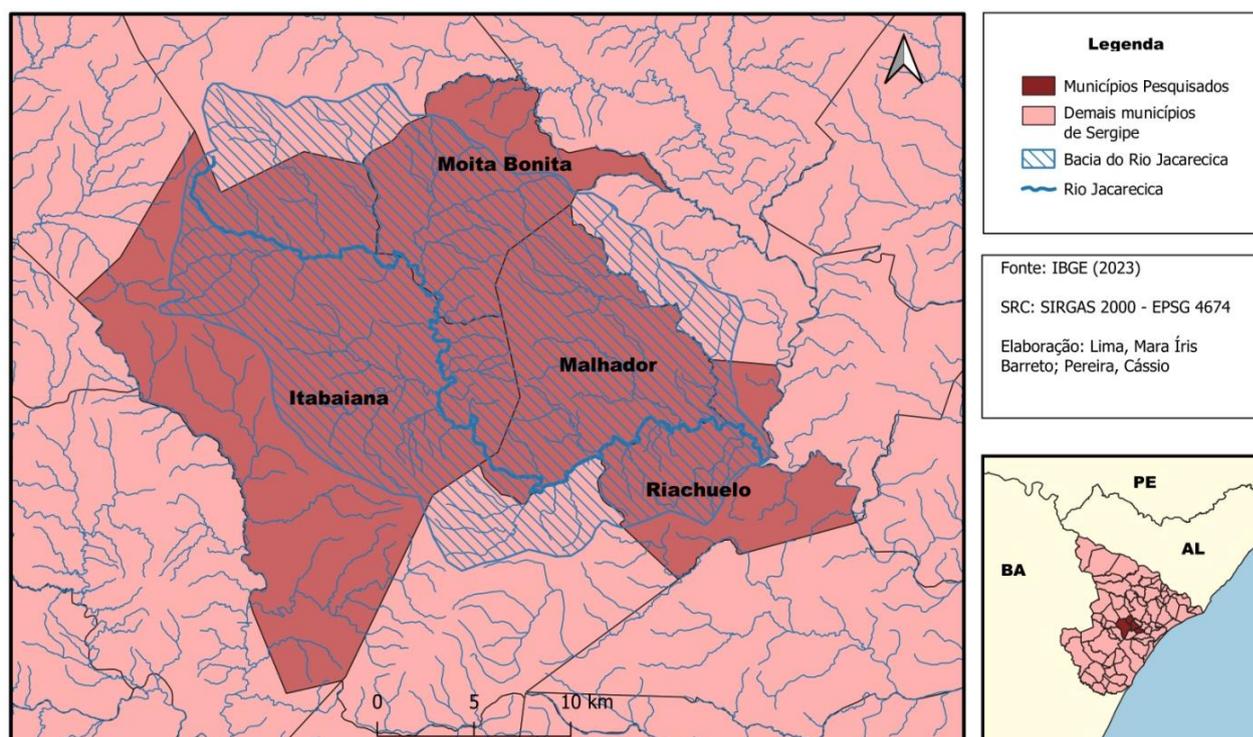
A bacia do Rio Jacarecica⁷⁴, por exemplo, favorece a produção agrícola na região:

⁷² Emancipação dos municípios, a saber: Areia Branca (1963, desmembrado de Itabaiana, Riachuelo e Laranjeiras), Carira (1953, desmembrado de Frei Paulo), Campo do Brito (1912, desmembrado de Itabaiana e se tornando sede para os povoados: Macambira, Ribeira, Pedra Mole e Pinhão), Frei Paulo (1920), Macambira (1953, desmembrado de Campo do Brito), Malhador (1953, desmembrado de Riachuelo e Itabaiana), Moita Bonita (1963), Pedra Mole (1963, desmembrado de Pinhão e Campo do Brito), Pinhão (1953, desmembrado de Campo do Brito), Ribeirópolis (1933) e São Domingos (1963, desmembrado de Campo do Brito).

⁷³ O Perímetro Irrigado Poção da Ribeira, localizado no município de Itabaiana, segundo a CODERSE, compreende 466 propriedades beneficiando mais de 4.600 pessoas. O projeto de irrigação da Ribeira é formado por uma barragem no Rio Traíras. Os principais cultivos praticados são batata-doce, alface, coentro e quiabo.

⁷⁴ A área de drenagem abrange parcialmente seis municípios: Ribeirópolis (nascente), Itabaiana, Moita Bonita, Areia Branca, Malhador (área total) e Riachuelo (desaguando no Rio Sergipe). Ocupa uma área que ultrapassa 500 m² e tem uma extensão de 59 km.

Mapa 06 - Bacia do Rio Jacarecica, Sergipe, 2023



Fonte: IBGE, 2023

Elaboração: Lima, Mara Íris Barreto; Pereira, Cássio, 2023

O uso da irrigação é o maior responsável pelo aumento da produção de batata-doce no estado, tornando-se o motor propulsor para a produção e o consequente “êxito” na venda do/no mercado. A introdução dos aparatos modernizadores na produção agrícola na região ressaltou as mudanças de comportamento dos produtores locais, tendo em vista que as relações com o mercado passaram a ser mais constantes.

A materialização dessas mudanças se deve, sobretudo, aos pacotes tecnológicos e projetos de irrigação⁷⁵ principalmente em Itabaiana, com os perímetros irrigados da Ribeira e Jacarecica I⁷⁶.

A área irrigada, além das condições edafoclimáticas, viabiliza o aumento da produção de alimentos, mas também não ocorre sem contradições: o controle é realizado por um órgão público, a COHIDRO, mas a apropriação é privada. Mesmo que as famílias camponesas

⁷⁵ De acordo com a Companhia de Desenvolvimento Regional de Sergipe (Coderse), as barragens dos perímetros irrigados da Ribeira e Jacarecica I, em Itabaiana; Jabiberi, em Tobias Barreto e Jacarecica II em Malhador, tiveram a outorga d’água concedida em agosto de 2012 pela SRH e delimitou, como uso racional da água, a irrigação para 1.100, 252, 111 e 802 hectares, respectivamente, em cada um destes pólos de irrigação da Cohidro, pelo período de dois anos.

⁷⁶ A produção de batata-doce no município ocorre predominantemente nos Perímetros Irrigados assistidos pela Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (COHIDRO), de onde vem também orientação técnica para os produtores tanto de batata, quanto dos demais cultivos ali produzidos.

estejam contempladas no perímetro, ainda assim existe o movimento de grandes proprietários que utilizam dessas águas para benefícios próprios.

Em Itabaiana, Poção da Ribeira e Jacarecica I e II lideraram a produção em 2021 com 17,5 t de batata-doce para o mercado. Os lotes irrigados proporcionam aos camponeses produtores a diversificação da batata-doce, a exemplos da branca e roxa, ourinho, roxa-italiana, italiana, com polpas alaranjadas e entre outras.

O preço atrativo da raiz vem estimulando os camponeses em sua produção, como é o caso também do Perímetro Irrigado Califórnia, em Canindé de São Francisco. No Alto Sertão, onde as condições edafoclimáticas dificultam a produção de alimentos, o cultivo de batata-doce é irrigado pelas águas do Rio São Francisco, proporcionando no ano de 2021 cerca de 514 toneladas de batata-doce produzidas, e que são vendidas para a população de Canindé como expressão do trabalho e da renda camponesa na região sertaneja.

Em Moita Bonita sobressai a ocorrência dos poços semi artesianos, construídos para esse fim. A figura que segue apresenta a importância da irrigação na plantação da batata-doce:

Figura 15 - Sítio com plantação de batata-doce irrigada em Moita Bonita, Sergipe, 2021



Fonte: Lima, Mara Íris Barreto, 2021

Com a ampliação das áreas destinadas à cultura, a agricultura reafirma sua significância como principal fonte de renda para as famílias camponesas. Atualmente, a plantação de batata-doce absorve trabalhadores e trabalhadoras em todos os processos de produção. Em tempo, os camponeses produtores reafirmam sua ligação com a terra.

Economicamente, todos os municípios analisados na pesquisa dependem da

agricultura camponesa⁷⁷, especialmente na produção de batata e mandioca, além da criação de bovinos, suínos, muares e criação de aves.

Entre as características do Agreste Central Sergipano, a prática da policultura é marcante, conforme a produção dos principais cultivos no espaço agrário em nossos municípios pesquisados (Tabelas 16, 17, 18 e 19):

Tabela 16 - Moita Bonita: produção dos principais cultivos, 1995-2017

Cultivos	1995/1996		2006		2017	
	Produção (Ton.)	%	Produção (Ton.)	%	Produção (Ton.)	%
Amendoim	101	0,87	246	2,06	102	0,84
Banana	64	0,55	1.563	13,14	274	2,27
Batata-doce	4.269	36,81	6.410	53,91	10.136	84,01
Fava	1	0,01	1	0,01	1	0,01
Feijão	110	0,94	79	0,60	9	0,07
Mandioca	5.048	43,53	3.545	29,81	878	7,27
Manga	1.921	16,56	-	-	X	-
Milho	82	0,70	46	0,38	665	5,51
Total	11.596	100	11.890	100	12.065	100

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários 1995-2017
Elaboração: Lima, Mara Íris Barreto, 2023

Tabela 17 - Itabaiana: produção dos principais cultivos, 1995-2017

Cultivos	1995/1996		2006		2017	
	Produção (Ton.)	%	Produção (Ton.)	%	Produção (Ton.)	%
Amendoim	414	1,75	3.011	2,97	208	1,00
Banana	63	0,26	170	0,16	338	0,15
Batata-doce	9.277	39,31	79.495	78,59	13.624	65,29
Fava	16	0,06	3	0,01	0	-
Feijão	283	1,21	362	0,35	51	0,24
Mandioca	7.423	31,45	17.414	17,21	1.640	7,86
Manga	5.784	24,51	25	0,02	X	-
Milho	338	1,43	663	0,65	5.004	23,98
Total	23.598	100	101.143	100	20.865	100

⁷⁷ Coexistindo com uma estrutura cada vez mais moderna a partir dos projetos de tecnificação para o campo.

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários 1995-2017
Elaboração: Lima, Mara Íris Barreto, 2023

Tabela 18 - Malhador: produção dos principais cultivos, 1995-2017

Cultivos	1995/1996		2006		2017	
	Produção (Ton.)	%	Produção (Ton.)	%	Produção (Ton.)	%
Amendoim	64	0,69	3.094	8,58	150	1,95
Banana	407	4,40	7.107	19,72	1.814	23,65
Batata-doce	292	3,15	5.542	15,37	2.869	37,41
Fava	10	0,10	1	0,01	8	0,10
Feijão	23	0,24	562	1,55	27	0,35
Mandioca	7.810	84,44	19.531	54,19	2.780	36,24
Manga	448	4,84	X	-	X	-
Milho	195	2,10	202	0,56	21	0,27
Total	9.249	100	36.039	100	7.669	100

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários 1995-2017
Elaboração: Lima, Mara Íris Barreto, 2023

Tabela 19 - Riachuelo: produção dos principais cultivos, 1995-2017⁷⁸

Cultivos	1995/1996		2006		2017	
	Produção (Ton.)	%	Produção (Ton.)	%	Produção (Ton.)	%
Amendoim	-	-	X	-	2	0,17
Banana	12	11,12	41	32,03	150	13,46
Batata-doce	-	-	1	0,01	729	65,43
Fava	-	-	-	-	-	-
Feijão	2	1,86	1	0,01	1	0,01
Mandioca	86	80,37	76	59,37	232	20,82
Manga	1	0,01	-	-	X	-
Milho	6	5,60	10	7,81	X	-
Total	107	100	128	100	1.114	100

⁷⁸ Para um município que não tinha dados de produção de batata-doce entre os Censos de 1995/96 e 2006, passando a produzir 729 toneladas no Censo de 2017, é importante considerar a participação e presença de camponeses produtores de Moita Bonita que ampliaram o cultivo nessa área.

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários 1995-2017
Elaboração: Lima, Mara Íris Barreto, 2023

Entre os Censos Agropecuários de 1995/96, 2006 e 2017, é expressivo o aumento da produção de batata-doce em todos os municípios citados, mas em contrapartida, houve a redução da produção de mandioca e feijão. Em Moita Bonita, Itabaiana, Malhador e Riachuelo, a produção de batata-doce em 1995/96 era de 36%, 39%, 3% e sem informação, respectivamente, aumentando para 84%, 65%, 37% e 65%, respectivamente em 2017.

A situação da mandioca é expressiva. A produção reduziu consideravelmente em 1995/96 nos municípios: 43%, 31%, 84% e 80%, respectivamente, diminuindo em 2017 para 7%, 7%, 36% e 20%. Esta realidade pode ser observada na paisagem e nos relatos dos trabalhadores camponeses.

Sobre esses relatos, é comum ouvir que se plantavam mais de forma “consorciada⁷⁹” o milho, a fava, o feijão, o amendoim e a mandioca, porém a atualidade direciona para a predominância do cultivo de batata-doce por ser um produto que se tornou mais rentável ao camponês e que segue as regras do mercado.

Anteriormente, a batata-doce era um cultivo que assumia especialmente a função de autoconsumo alimentar acompanhando outras raízes como a mandioca e o inhame. O aumento da produção na série histórica dos censos agropecuários demonstra a sua importância na base da economia familiar camponesa.

No entanto, em seu movimento dialético, rompe com a possibilidade de diversificação das demais culturas alimentares, ampliando o peso da batata-doce no conjunto da produção agrícola municipal e reafirmando uma relação conflitante entre sobrevivência *versus* dependência da comercialização desse alimento.

Em relação aos demais alimentos nos municípios, observamos também o aumento da produção de milho em áreas de produção de raízes (Figura 16), principalmente em Moita Bonita e Itabaiana, bem como o aumento da produção de banana em Malhador e Riachuelo. Além disso, notamos a tendência de redução da produção de feijão e fava, que pode ser explicada pela demanda da produção do tubérculo, assim como pelo curto período de cultivo gerando uma maior renda para o campesinato.

Nos relatos dos camponeses é expressiva a mudança ao longo dos anos, antes a produção de feijão era maior. Na atualidade, a compra de feijão é comumente realizada em

⁷⁹ O trabalho consorciado se refere ao aproveitamento das pequenas áreas (roças, malhadas e etc.), em que consistem as plantações de diferentes culturas de forma simultânea. No entanto, não significa que o plantio de um cultivo, como, por exemplo, o milho, vai ocorrer na mesma época que outro cultivo, a exemplo do feijão.

outros municípios do estado, especialmente São Domingos e Campo do Brito, ou mesmo em municípios da Bahia, a exemplo de Paulo Afonso.

Figura 16 - Cultivos de batata-doce e milho em Moita Bonita, Sergipe, 2023



Fonte: Lima, Mara Íris Barreto, 2023

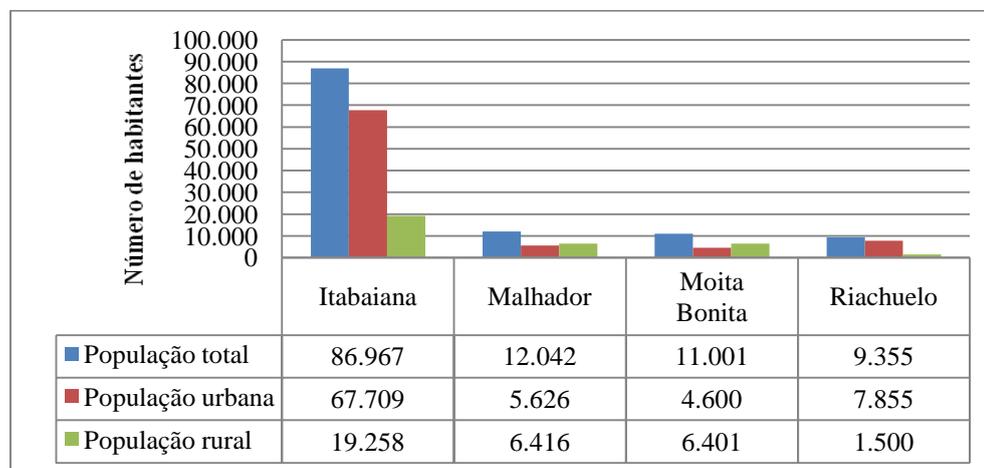
Nos dados analisados no que diz respeito ao Módulo Fiscal, identificamos que nos municípios de Moita Bonita e Itabaiana não existe nenhuma propriedade camponesa que ultrapasse os 20 Módulos Fiscais (ha) estabelecidos pelo INCRA. Em Malhador e Riachuelo os módulos são de 30 e 35 ha, respectivamente.

Ao mesmo tempo, predominam as pequenas e médias propriedades nesses municípios. Em tempo, destaca-se a preponderância absoluta de propriedades com estrato de até 1 hectare e nessas propriedades, a produção de batata-doce vem proporcionando renda para as famílias camponesas.

Sobre a população, no último Censo Demográfico de 2010 os municípios apresentaram diferenças consideráveis. Enquanto Itabaiana⁸⁰ e Riachuelo tinham uma população urbana maior, com 67.709 e 7.855 habitantes, respectivamente; os municípios de Malhador e Moita Bonita apresentavam o contrário: a maior parte de sua população era rural, com 6.416 e 6.401 habitantes, respectivamente (Gráfico 02). Esses dados demonstram a importância do campo para inúmeras famílias.

⁸⁰ Apesar da proeminente população urbana do município, principalmente ao contrapor o número de habitantes da zona rural, a agricultura é ponto forte no município de Itabaiana. É o conjunto de seus povoados que mantém a sua economia, além de abastecer as principais cidades do estado. A feira livre de Itabaiana é um excelente exemplo para situar esta realidade.

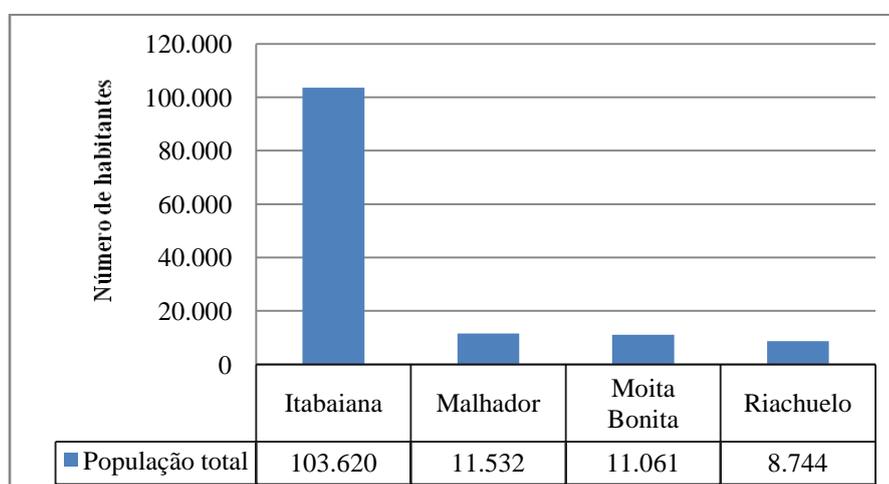
Gráfico 02 - População total, urbana e rural dos municípios de Itabaiana, Malhador, Moita Bonita e Riachuelo, Censo Demográfico de 2010



Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010
Elaboração: Lima, Mara Íris Barreto, 2023

Nos resultados preliminares do Censo Demográfico de 2022, realizado numa conjuntura de ofensivas durante o desgoverno de Jair Bolsonaro, notamos as lacunas nos dados haja vista os desmontes nos órgãos públicos e o mascaramento da realidade concreta. No Censo, o município de Itabaiana aumentou sua população, passando para 103.620 habitantes, assim como houve um crescimento irrisório no município de Moita Bonita com 11.061 habitantes. Quanto à redução, os municípios de Malhador e Riachuelo apresentaram 11.532 e 8.744 habitantes, respectivamente (Gráfico 03):

Gráfico 03 - População total dos municípios de Itabaiana, Malhador, Moita Bonita e Riachuelo, Censo Demográfico de 2022



Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2022
Elaboração: Lima, Mara Íris Barreto, 2023

Essas informações nos esclarecem a manutenção do quantitativo da população nos municípios elencados, com exceção de Itabaiana, em virtude de seu crescimento e das condições que proporcionaram as mudanças no município. Apesar de não ter sido disponibilizada a divisão da população em rural e urbana⁸¹, compreendemos que há permanência da população que vive no campo e como a terra condiciona a sua sobrevivência.

Ademais, a título de entendimento sobre a distribuição dos estabelecimentos agropecuários (as unidades de produção familiares), por grupos de área total (ha) e pela condição do produtor (proprietário, arrendatário, parceiro e ocupante), realizamos a análise dos dados entre os Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006 para os municípios de Moita Bonita e Itabaiana, os dois maiores produtores de batata-doce de Sergipe.

Os dados não erram: a tendência é de fracionamento da terra⁸². Em Moita Bonita, no Censo de 1995/96, tem-se a diminuição referente a 2.612 estabelecimentos agropecuários ocupando uma área de 8.220 hectares (Tabela 20). Nos estratos de área de 0 a menos de 10 ha eram 2.454 estabelecimentos ocupando uma área de 4.014 ha. Além disso, de 0 a menos de 5 ha correspondem a 2.267 estabelecimentos entre proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes, ou seja, mais de 80% dos estabelecimentos se constituem em minifúndios.

Tabela 20 - Distribuição dos estabelecimentos agropecuários, por grupos de área total e segundo a condição de produtor no município de Moita Bonita, 1995/96

Estratos de área (hectares)	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Total	
	Nº de Estab.	Área (ha)								
Menos de 1 ha	500	257	8	4	122	53	736	269	1.366	583
1 a menos de 2 ha	332	480	0	0	10	13	86	124	428	617

⁸¹ Prévias da População – Censo Demográfico de 2022 sobre os Municípios por Unidade da Federação. Coletados até 25 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=35938&t=resultados>. Acesso em: 30 jun. 2023.

⁸² No município, de acordo com os dados dos Censos Agropecuários, o ano de 1985 congregava 3.782 estabelecimentos agropecuários ocupando 8.339 hectares. Entre os estratos de área de 0 a menos de 10 ha eram 3.625 estabelecimentos distribuídos em 4.956 hectares. No estrato de área de 0 a menos de 1 ha eram 2.380 estabelecimentos agropecuários ocupando uma área de 1.014 ha.

2 a menos de 5 ha	435	1.378	3	10	2	5	33	95	473	1.488
5 a menos de 10 ha	182	1.291	0	0	0	0	5	34	187	1.326
10 a menos de 50 ha	139	2.701	0	0	0	0	5	92	144	2.793
50 a menos de 200 ha	12	990	0	0	0	0	1	131	12	990
200 a menos de 500 ha	1	292	0	0	0	0	0	0	1	292
500 e mais ha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1.601	7.390	11	14	134	71	866	746	2.612	8.220

Fonte: IBGE/Censo Agropecuário 1995/96
Organização: Lima, Mara Íris Barreto, 2022

No Censo de 2006, ocorreu um aumento de 6.785 estabelecimentos agropecuários ocupando 18.780 hectares (Tabela 21). E entre os estratos de área de 0 a menos de 10 ha eram 6.274 estabelecimentos distribuídos em 8.435 ha. Do total de propriedades, a condição de produtor incluía não somente os proprietários, como também ocupantes, parceiros e arrendatários. No que concerne o estrato de 0 a menos de 5 ha, eram 5.940 estabelecimentos agropecuários, o que corresponde a 87% a partir do processo de fracionamento da terra.

Tabela 21 - Distribuição dos estabelecimentos agropecuários, por grupos de área total e segundo a condição de produtor no município de Moita Bonita, 2006

Estratos de área (hectares)	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Total	
	Nº de Estab.	Área (ha)								
Menos de 1 ha	853	438	1.316	592	59	27	1.695	743	3.923	1.800
1 a menos de 2 ha	438	628	290	412	7	9	316	449	1.051	1.508
2 a menos de 5 ha	466	1.474	242	686	2	0	256	726	966	2.886

5 a menos de 10 ha	163	1.132	82	535	1	0	88	574	334	2.241
10 a menos de 50 ha	121	2.347	173	2.983	0	0	177	3.059	471	8.389
50 a menos de 200 ha	9	534	14	711	0	0	15	711	38	1.956
200 a menos de 500 ha	1	0	1	0	0	0	1	0	2	0
500 e mais ha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	2.050	6.563	2.118	5.919	69	36	2.548	6.262	6.785	18.780

Fonte: IBGE/Censo Agropecuário 2006
Organização: Lima, Mara Íris Barreto, 2022

O destaque se refere às pequenas propriedades, haja vista que em 1985 existiam apenas 2 estabelecimentos no estrato de área de 100 a menos de 200 ha (ocupando 302 ha), enquanto mais de 80% dos estabelecimentos se concentravam entre 0 a menos de 1 hectare (ocupando apenas 1.014 ha). Duas décadas depois, passaram a existir 10 estabelecimentos no estrato de área de 100 a menos de 200 ha (ocupando 968 ha), enquanto mais de 50% destes se referiam entre 0 a menos de 1 hectare (ocupando somente 1.800 ha). Em 2017, o município apresentou 727 estabelecimentos no estrato de 0 até 10 ha em que 655 eram de proprietários, 6 parceiro e 65 comodatários⁸³.

Em Itabaiana, entre os anos 1995/96 existiam 4.718 estabelecimentos agropecuários ocupando uma área de 28.111 hectares (Tabela 22). Nos estratos de área de 0 a menos de 10 ha eram 4.294 estabelecimentos ocupando uma área de 8.853 ha. Entre 0 a menos de 5 ha correspondem a 3.806 estabelecimentos divididos pela condição de produtor (proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes), ou seja, mais de 80% dos estabelecimentos eram minifúndios, conforme os dados:

Tabela 22 - Distribuição dos estabelecimentos agropecuários, por grupos de área total e segundo a condição de produtor no município de Itabaiana - 1995/96

Estratos de área	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Total	
	Nº de	Área	Nº de	Área	Nº de	Área	Nº de	Área	Nº de	Área

⁸³ A partir do Censo Agropecuário 2017 passou a incluir a categoria comodatário como condição de produtor.

(hectares)	Estab.	(ha)	Estab.	(ha)	Estab.	(ha)	Estab.	(ha)	Estab.	(ha)
Menos de 1 ha	826	459	18	7	59	26	967	364	1.870	856
1 a menos de 2 ha	769	1.121	8	11	9	13	105	141	891	1.285
2 a menos de 5 ha	963	3.028	3	9	5	16	74	216	1.045	3.269
5 a menos de 10 ha	461	3.254	4	35	2	12	21	141	488	3.442
10 a menos de 50 ha	334	7.040	0	0	0	0	18	374	354	7.437
50 a menos de 200 ha	51	4.458	0	0	0	0	4	479	55	4.937
200 a menos de 500 ha	13	3.933	0	0	0	0	5	1.787	13	5.721
500 e mais ha	2	1.165	0	0	0	0	0	0	2	1.165
Total	3.419	24.458	35	84	75	67	1.194	3.502	4.718	28.111

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/96
Organização: Lima, Mara Íris Barreto, 2022

Em 2006, ocorreu um aumento de 7.708 estabelecimentos agropecuários ocupando 31.414 hectares (Tabela 23). E entre os estratos de área de 0 a menos de 10 ha eram 7.084 estabelecimentos distribuídos em 11.217 ha. Na totalidade das propriedades, as terras divididas entre proprietários, ocupantes, parceiros e arrendatários no que concerne o estrato de 0 a menos de 5 ha, eram 6.575 estabelecimentos agropecuários, ultrapassando 85%. No ano de 2017, Itabaiana apresentava 1.719 estabelecimentos no estrato de 0 até 10 ha em que 1.362 eram de proprietários, 8 arrendatários, 29 parceiros, 319 comodatários e 1 ocupante.

Tabela 23 - Distribuição dos estabelecimentos agropecuários, por grupos de área total e segundo a condição de produtor no município de Itabaiana - 2006

Estratos de área (hectares)	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Total	
	Nº de Estab.	Área (ha)								

Menos de 1 ha	1.147	590	1.303	584	4	0	1.441	634	3.895	1.808
1 a menos de 2 ha	676	987	293	414	5	7	307	434	1.281	1.842
2 a menos de 5 ha	890	2.720	242	686	4	0	263	761	1.399	4.167
5 a menos de 10 ha	327	2.217	84	535	1	0	97	648	509	3.400
10 a menos de 50 ha	198	3.897	173	2.983	0	0	177	2.983	549	9.863
50 a menos de 200 ha	30	2.536	14	711	0	0	14	711	58	3.958
200 a menos de 500 ha	11	3.484	1	0	0	0	1	0	13	3.484
500 e mais ha	4	2.892	0	0	0	0	0	0	4	2.892
Total	3.283	19.323	2.110	5.913	15	7	2.300	6.171	7.708	31.414

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006
Organização: Lima, Mara Íris Barreto, 2022

A condição de produtores no municípios em questão nos mostra a proeminência dos camponeses proprietários, seguido de ocupantes e arrendatários nas unidades camponesas em Itabaiana. Em Moita Bonita a situação permanece no Censo de 1995/96, mas no Censo de 2006 a realidade é alterada, pois a maior parte dos produtores eram ocupantes, seguido de arrendatários e proprietários de terras.

A distribuição dos estabelecimentos entre os produtores indica que o uso atual das terras nos municípios parte de uma questão camponesa, haja vista que o uso da terra mantém uma unidade quando analisamos a produção de horticultura, culturas temporárias e permanentes. É possível correlacionar que a monopolização da produção do cultivo de batata-doce no campo está circunscrita numa relação de dependência da competição capitalista, mas, sobretudo, na subordinação da produção à circulação dos alimentos.

O maior destaque em produtividade considerando a área é o município de Moita Bonita, conhecida como Capital Estadual da batata-doce via projeto de Lei⁸⁴ em 2018. No

⁸⁴ A Lei nº 8.423/2018, sancionada pelo Governo do Estado, intitulou o município de Moita Bonita como Capital

Segundo Landau, Valadares e Silva (2020):

Os municípios com maior produção de batata-doce em 1990 foram: Barra do Ribeiro-RS, Bom Conselho-PE, Alagoa Nova-PB, **Itabaiana-SE**, Rio Fortuna-SC, São José dos Pinhais-PR, Indaial-SC, Santa Maria-RS, Pelotas-RS, Rio de Janeiro-RJ (respectivamente, 12.000, 10.800, 9.600, 9.405, 8.750, 8.400, 7.800, 7.500, 7.280, 6.512 toneladas); e em 2016 foram: **Itabaiana-SE**, Piedade-SP, Presidente Prudente-SP, Quatá-SP, Mariana Pimentel-RS, Braúna-SP, São José dos Pinhais-PR, **Moita Bonita-SE**, Matias Cardoso-MG, Touros-RN (respectivamente, 20.120, 14.400, 14.400, 14.160, 12.000, 11.520, 10.900, 10.500, 10.000, 9.400 toneladas). **Os municípios com maior densidade de produção (produção por área) nas décadas de 1990 e 2000 foram Moita Bonita-SE, e Alagoa Nova-PB. Na década de 2010, os dois primeiros citados inicialmente e Braúna-SP foram os que apresentaram maior produção relativa de batata-doce no Brasil** (Ibid., 2020, p. 448, grifos nossos).

É importante ter dimensão da relevância da produção dos municípios de Moita Bonita e Itabaiana no contexto nacional, sem perder de vista as mudanças ocorridas no espaço agrário brasileiro nas últimas décadas para atender as novas exigências do mercado. Na particularidade de Sergipe, sem perder de vista o aumento da *commodity* milho no mesmo período, houve a expansão da produção de batata-doce modificando as relações do/no campo.

Nas últimas décadas, a concentração da produção da raiz foi se ampliando no Agreste Sergipano, o que significa a permanência de suas relações históricas. Na leitura dos Censos Agropecuários, a cultivar tem tido destaque de produção na região em todos os censos recentes (1995/1996, 2006 e 2017⁸⁵).

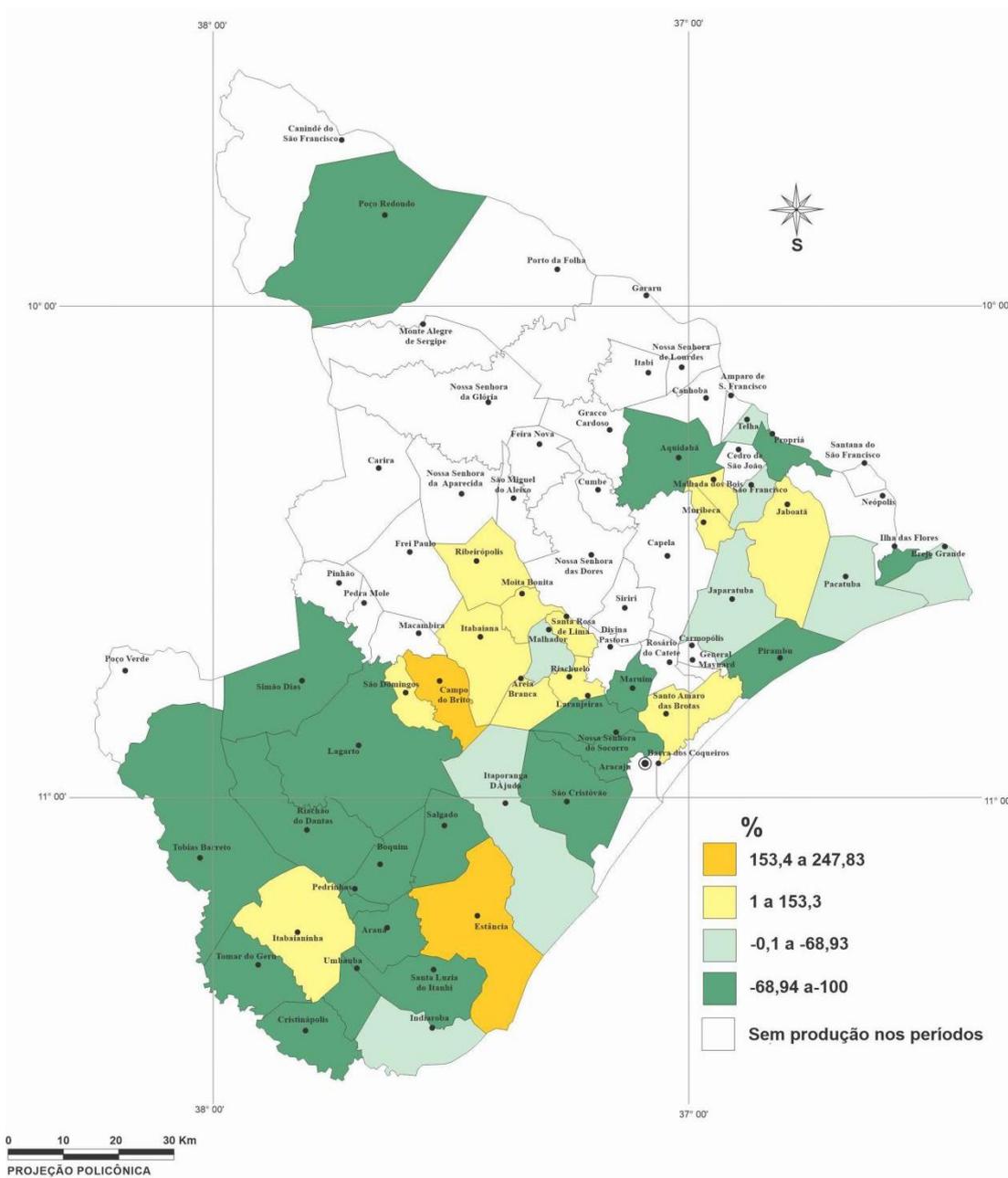
De acordo com as informações da Produção Agrícola Municipal (PAM/SIDRA-IBGE), a década de 1980 apresentou crescimento da produção de batata-doce no estado. Na variável área colhida (em hectares), Sergipe apresentou 1.281 ha com 11.623 toneladas de batata-doce. Em 1985, aumentou a área colhida para 3.225 ha e 33.781 toneladas produzidas. Entre os municípios produtores, Itabaiana, Moita Bonita e Lagarto foram os destaques.

Em relação ao aumento da área destinada ao plantio de batata-doce no estado entre os anos de 1990 até 2020, percebemos um aumento de 1.967 hectares de área plantada em 1990 ampliando para 4.066 ha em 2020. O crescimento da área plantada acompanhou uma evolução gradativa da quantidade de toneladas produzidas, ou seja, em 1990 foram 18.727 t, passando para 56.749 t, em 2020. O mapa a seguir nos mostra a variação absoluta em

⁸⁵ Há uma defasagem nos dados do Censo Agropecuário 2017, não só pelos cortes e ataques sofridos, mas por apresentar uma metodologia de dados tendenciosa aos interesses do Agronegócio e por escamotear as questões-chave para a compreensão crítica da realidade agrária brasileira.

porcentagem da produção da raiz nos últimos Censos Agropecuários no estado:

Mapa 10 - Variação Absoluta (%) da produção de batata-doce, Censos Agropecuários 1995/96 - 2006 - 2017, Sergipe⁸⁶



Fonte: SIDRA-IBGE, Censos Agropecuários 1995-2017
 Software de Cartomática: PHILCARTO
 Elaboração: Lima, José Hunaldo, 2023

⁸⁶ Observando que ao longo dos Censos Agropecuários (1995-2017) a produção absoluta de batata-doce cresceu em municípios como Estância e Campo do Brito, pode ser explicada pela seguinte realidade: em Campo do Brito a ampliação ocorre em razão do Perímetro Irrigado Poção da Ribeira e a presença da barragem entre Itabaiana e o município. Vale ressaltar que historicamente o município se destaca com a produção de raízes, principalmente com a mandioca. Em Estância, a produção também é em virtude da irrigação, sobretudo do Rio Piauí, apesar de ser incipiente a produção agrícola em relação ao Agreste Central Sergipano, a cultura vem ganhando destaque.

Essa produção sergipana está inserida na dinâmica de produção de batata-doce em todo o país. Em território nacional, a produção do tubérculo só aumentou. Essa tendência de expansão da produção teve um grande destaque até 2016, ano de maior comercialização com mais de 600 mil toneladas.

Contraditoriamente, embora seja cultivada pela agricultura camponesa se constituindo como cultura temporária, a batata-doce que serve à alimentação humana e animal vem sendo estudada recentemente para a produção de álcool (Alves, 2014). E neste caminhar, a quem interessaria essa produção de álcool (no Brasil, e no caso de Sergipe)? Quais seriam os impactos para os camponeses e suas famílias partindo desses discursos falaciosos?

Os projetos que visam à produção de etanol por meio da batata-doce em Moita Bonita partem das justificativas de que a cultivar tem menor ciclo em relação à cana-de-açúcar (safra de 6 meses); maior produtividade com cerca de 170 litros por tonelada em relação a 150 litros da cana; menor volume de água durante o plantio em comparação à cana; a requisição de solos de baixa fertilidade; processamento a baixo custo e que pode ser utilizado como matéria-prima nas indústrias fármaco-químicas, bebidas e outros, além de servir como ração animal. O discurso falacioso é de integrar a agricultura familiar agregando “vantagens” por se tratar da produção em pequenas e médias propriedades⁸⁷.

Entendemos assim que essa proposta parte de um projeto incentivado pela Embrapa, notadamente como mecanismo de aumentar a produtividade no campo e abrir espaço para novas fronteiras agrícolas, como vem ocorrendo com a SEALBA⁸⁸, ou seja, a junção entre os estados de Sergipe, Alagoas e Bahia.

Dessa maneira, a defesa desse discurso é de estimular uma potencialidade econômica e “rusticidade” da cultivar praticada pelos camponeses em que a mecanização é inserida. Ademais, o interesse do mercado pela produção de batata-doce segue a lógica do controle de preço dos alimentos advindos da agricultura camponesa, e entra em desvantagem quanto à produção agroexportadora (financiamentos e quantidades produzidas em benefício do capital).

Ou seja, não interessa ao mercado se a população está passando fome ou se recebe uma renda irrisória, mas interessa o lucro e a produção de mercadorias que visam atender as suas metas, de modo que a produção de batata-doce tenha grande procura e rentabilidade para continuar circulando. Para isso, explora-se o campesinato em todas as dimensões concretas.

⁸⁷ Mas não se questiona a injusta distribuição fundiária, notadamente pelas grandes propriedades que se destinam, por exemplo, à produção de cana-de-açúcar e de milho no espaço agrário sergipano.

⁸⁸ Segundo a Embrapa, é considerada uma região de alto potencial agrícola, produção agropecuária de sequeiro, principalmente de grãos, no Nordeste brasileiro envolvendo três estados (Sergipe, Alagoas e Bahia).

3.1.1. A divisão do trabalho na produção de batata-doce

No processo de produção de batata-doce existe uma divisão do trabalho entre os camponeses. Existe uma tendência, apesar de não ser uma regra cristalizada: de um lado, os homens ficam responsáveis pela retirada do tubérculo e o ensacamento deste, além do poder de negociação quando o vende para os atravessadores. Do outro, as mulheres, em sua maioria, são as responsáveis pela lavagem das batatas (Figura 17), apesar de estarem também presentes no processo de semeadura de suas ramas.

Figura 17 - Mulheres na lavagem de batata-doce no Povoado Figueiras em Moita Bonita, Sergipe, 2023



Fonte: Lima, Mará Íris Barreto, 2023

Tal situação pode ser explicada pelas seguintes hipóteses: as mulheres vêm ocupando a condição secundária em relação às decisões de comercialização da raiz, posta em trabalhos que exigem “menos” esforço físico e mais cuidado na limpeza (lavagem). Além disso, tal questão levanta outra hipótese: a partir dessa realidade, sustenta-se a ideia de Lênin (1982) quanto à reprodução da base patriarcal nas famílias camponesas.

Marx (2017) já sinalizava que para uma família sobreviver, todos os integrantes não apenas forneciam trabalho ao capital, como também mais-trabalho. Ou seja, conquanto o patriarca da família vendia a sua força de trabalho, era importante para o capitalismo vender também a força de trabalho da mulher e dos filhos. Na agricultura, mesmo que o campesinato

faça uso da força de trabalho familiar, como foi visto nas discussões anteriores, aqui não se separa a relação estabelecida entre a família camponesa, pois todos possuem um vínculo com a terra, sem, contudo, romper com a exploração capitalista.

Ademais, isso quer dizer que mesmo que haja certa autonomia na organização de base familiar do campesinato, a divisão sexual do trabalho é marcante. Existe uma diferenciação no trabalho entre homens e mulheres. No campo, e no caso da produção de batata-doce, é visível a separação das funções e do dinheiro pago pelo labor realizado. Não é uma relação de assalariamento, como ocorre nas relações capitalistas, mas sim uma relação de pagamento em dinheiro pelo trabalho temporário.

A tabela a seguir nos mostra como se diferenciam os valores diários pagos no trabalho de homens e mulheres na produção de batata-doce:

Tabela 24 - Valores diários pagos no trabalho de homens e mulheres na produção de batata-doce no Agreste Central em Sergipe, 2023⁸⁹

Trabalhadores:	Trabalho:	Valor pago (R\$):	Período/Diária:
Homens	Ensacar	100,00	Manhã e tarde
Mulheres	Lavagem	70,00	Manhã e tarde

Fonte: Trabalho de campo, 2023
Organização: Lima, Mara Íris Barreto, 2023

Apesar da produção do tubérculo garantir trabalho e renda para as famílias camponesas, ainda assim a divisão dos valores pagos são questionáveis, dada a situação de sobretrabalho das mulheres que além da lavagem (ou mesmo na retirada das ramas), preparam o almoço dos seus companheiros e levam para as unidades familiares no dia de trabalho.

Em nossos campos notamos nos relatos dos camponeses outra questão: o emprego da força de trabalho de terceiros. Além dos integrantes da família, esses camponeses produtores (em sua maioria proprietários das terras onde se produz a batata), precisam pagar trabalhadores temporários para finalizar a produção, principalmente na lavagem e no ensacamento da raiz. A fala de nossa entrevistada, A. O. J., de 33 anos de idade, foi elucidativa: “na plantação de batata o trabalho é familiar com mais duas pessoas por fora, porque só sou eu e meu marido, aí precisa de mais gente pra arrancar e lavar” (Entrevista concedida em maio de 2023, Assentamento Santa Maria, Riachuelo, Sergipe).

⁸⁹ Os valores podem variar conforme os lugares e especificidades. Há de se considerar também a sazonalidade.

Os camponeses são contratados⁹⁰ para diferentes funções: “tombar” a terra (arar), semear as ramas de batata-doce, aplicar veneno, “arrancar” a batata (colher), lavar e ensacar. À mulher, resta-lhe as tarefas do cuidado e nas quais o zelo doméstico potencializa essa tarefa, além de intensificar a jornada de trabalho. Ao homem, destina-se o trabalho “mais pesado”, rústico, especificamente no ensacamento das raízes, no uso da enxada e arado. A figura a seguir (Figura 18) é ilustrativa quanto ao trabalho na unidade de produção:

Figura 18 - Homem arando a terra para a plantação de batata-doce no Povoado Cajaíba em Itabaiana, Sergipe, 2022



Fonte: Lima, Mara Íris Barreto, 2022

A divisão do trabalho presente na agricultura é totalmente diferente das relações capitalistas de produção, nas quais incorporam a força de trabalho de homens e mulheres de modo a alcançar o lucro, explorando-os e se beneficiando de sua mais-valia. No processo de produção da batata-doce, entendemos que não há nenhuma relação de assalariamento, portanto não seria uma divisão do trabalho típica do chão da fábrica, por exemplo, mas sim a divisão e relação comuns do campesinato empregar força de trabalho de toda sua família.

De acordo com Oliveira (2007), a força de trabalho familiar é o propulsor do processo de trabalho na unidade de produção, entendendo que a família camponesa é um verdadeiro trabalhador coletivo. A ajuda mútua entre os camponeses também constitui uma relação típica desta classe em sua unidade; esse processo aparece na produção de alimentos com frequência quando há troca de dias de trabalho entre esses trabalhadores. A lavagem de batata-doce, por vezes, também inclui essa prática no campo (Figura 19).

⁹⁰ Compreende-se também como trabalho acessório realizado por estes camponeses.

Figura 19 - Lavagem de batata-doce no assentamento Grupo dos 20 no município de Malhador, Sergipe, 2023



Fonte: Lima, Mara Íris Barreto, 2023

As falas dos camponeses e camponesas nos assentamentos Grupo dos 20, em Malhador, e Santa Maria, em Riachuelo, e nos campos em Moita Bonita e Itabaiana, revelam-nos a realidade do trabalho no campo sob o crivo da produção de mercadorias. Contudo, em seu movimento dialético, possibilita também a permanência do campesinato como signos de luta e resistência.

Oliveira (2007) apresentava entre os elementos estruturais da organização camponesa a força de trabalho, a ajuda mútua com a troca de dias de trabalho entre camponeses da mesma família ou não, o mutirão e entre outros exemplos⁹¹. No entanto, há de se considerar que mesmo prevalendo estas relações, com a tendência de diminuição do trabalho coletivo, a troca de trabalho entre os camponeses na contramão do discurso de modernização do campo, torna-se uma forma de resistência aos avanços do capital sobre o espaço agrário.

Outrossim, quando o filho ou a filha desse camponês vai para a cidade a procura de estudos e outros meios de trabalho, essa família vai precisar suprir essa ausência. Não quer dizer que seja negativa essa saída do campo, mas existe um impacto, e a questão principal é quando ocorre a negação da condição camponesa, quando o discurso parte de que a terra não tem nada a oferecer. Todavia, o que a realidade mostra é o campo sustentando a cidade, é o trabalho no espaço agrário quem proporciona a garantia da sobrevivência do espaço urbano.

⁹¹ A parceria é outra característica da produção camponesa em decorrência da ausência de condições econômicas para o camponês pagar salários aos trabalhadores em sua propriedade. Ela é uma estratégia para os pequenos produtores na ampliação de sua área de cultivo e de aumento de sua renda, beneficiando a si e a outros camponeses (Ibid., 2007).

3.2. O cooperativismo como estratégia de apropriação da renda camponesa

O sentido de cooperativismo perpassa por uma série de concepções de diferentes autores em distintos contextos. Para Marx,

Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardid; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, conseqüências inevitáveis da produção capitalista – que será isso, cavalheiros, senão comunismo, comunismo ‘realizável’ (Marx, 1953, p. 84).

A reflexão sugerida é de que o cooperativismo é instrumento transitório para a emancipação. Um dos mecanismos da supressão da relação capital/trabalho no capitalismo. A cooperativa imporia a ruptura com o monopólio da produção, mas que não pode ocorrer no interior de uma organização apenas, pois precisa ter um caráter nacional, no sentido de abarcar a escala do país sem a presença de capitalistas individuais, ou donos de meios de produção. Deve contemplar a socialização da direção pelo conjunto dos trabalhadores, abrindo-se para a emergência do trabalho associado, de forma coletiva, em detrimento do trabalho assalariado, com o propósito final de combater a produção capitalista.

Marx fez a crítica às exigências do Partido Operário Alemão, que defendia o estabelecimento de cooperativas de produção via Estado. A compreensão de Marx se direcionava na crítica ao modelo de cooperativa que se formava, pois era refutável (mesmo entre os operários) a produção de cooperativas controladas pelo Estado ou pela burguesia. Em condição oposta, a defesa do trabalho cooperativo para o autor alemão partia do entendimento que, “no que diz respeito às sociedades cooperativas atuais, elas apenas têm valor enquanto forem criações autônomas dos trabalhadores e não forem protegidas nem pelo governo nem pelos burgueses⁹²” (Ibid., 2000, p. 15).

Para Rosa Luxemburgo, as cooperativas de produção são instituições de natureza híbrida dentro do sistema capitalista de produção, visto que mesmo sendo uma produção socializada elas estão inseridas numa relação de concorrência e troca capitalista. Nesse sentido, “constata-se assim que a existência das cooperativas de produção está ligada atualmente às cooperativas de consumo; daí resulta que as cooperativas de produção se devem

⁹² Presente em “Crítica do Programa do Partido Operário Alemão”/Programa de Gotha (1875).

contentar, na melhor das hipóteses, com pequenos mercados locais [...]”⁹³ (Ibid., 2000, p. 21).

A concepção de Luxemburgo (1986) partiu da ideia de que as cooperativas deveriam se voltar aos produtos de primeira necessidade, preferencialmente os alimentares. A crítica presente da autora tem relação com os limites das cooperativas, haja vista que elas poderiam se tornar empresas capitalistas ou se dissolveriam com a atuação do operariado, ou ainda poderiam compor a base possível de uma reforma socialista quando passariam a minar o ramo principal da produção capitalista. As cooperativas de consumo atingiriam, sobretudo, o capital comercial de modo que minariam as forças das empresas capitalistas e poderiam se constituir em projetos de revolução socialista (Ibid., 1986).

Na concepção de Kautsky (1980), as cooperativas seriam resultado das conquistas do proletariado. A organização do trabalho e da vida ali presentes conduziria a revolução e o rompimento da propriedade privada da terra e das formas de exploração existentes nela.

[...] Antes, o regime capitalista estabelece as condições preliminares da grande exploração cooperativa. Não apenas cria um exército de operários privados dos meios de produção. Dá forma, também à produção social, suscitando e exasperando a luta de classe entre capitalistas e assalariados. Os trabalhadores, assim, são compelidos à substituição da propriedade capitalista pela propriedade social dos meios de produção. **Não é por intermédio dos que possuem, mas dos que não possuem, que se fará a passagem à produção cooperativa.** Isto não quer dizer, contudo, que os camponeses só possam fazê-lo por um único meio, qual seja o da transição pela fase temporária do proletariado, que devam ser necessariamente expropriados pelo capital, que a produção socialista seja impossível enquanto existirem. Nada menos exato. Significa, isto sim, que só o proletariado vitorioso poderá tomar uma iniciativa de tal envergadura e estabelecer as condições que permitam a passagem dos artesãos e camponeses - não apenas idealmente, como hoje, mas de fato - à grande produção cooperativa (Ibid., 1980, p. 149, grifos nossos).

Para o referido autor, a viabilidade da grande exploração capitalista (presente na indústria e na agricultura) deveria passar pelo proletariado, em que a proeminência das cooperativas romperia com os estigmas e desconfianças do campesinato. Assim, a grande revolução socialista só seria possível pelas mãos da classe operária, quando formasse a cooperativa socialista capaz de suplantar a propriedade privada da terra.

Entende-se que Kautsky (1980) se preocupava com a acessibilidade por parte do camponês à grande exploração cooperativa, em momentos que as grandes empresas superavam as pequenas - no sentido do comércio e da circulação (Martins, 2000). Nesse

⁹³ Presente no capítulo “Os sindicatos, as cooperativas e a democracia política” do livro “Reforma ou Revolução?” de Rosa Luxemburgo (1986).

movimento, o cooperativismo surge dentro de um contexto de afirmação dos interesses privados e coletivos, em que pese o sentido da concentração da renda oriunda da indústria.

Entre as primeiras décadas do século XIX há um crescente aumento de cooperativas por toda a Europa, processo este que esteve articulado aos projetos nacionais com financiamentos estatais. Eis a contradição: o que seria produto da luta coletiva e, portanto, produção coletiva, a cooperativa passa a ser uma instituição (formal) controlada pelo Estado, e poderia assegurar os interesses do mercado capitalista. A cooperação se processava como forma de promover a socialização de alguns setores da produção, em sua maioria, realizados no domínio industrial (Oliveira, 2011).

No campo, as primeiras tentativas de implantação da cooperativa agrícola ocorreram na Europa, como o caso da Irlanda⁹⁴, onde as normas do sistema cooperativo deveriam ser seguidas entre seus associados, dentre elas,

O excedente do lucro, após o pagamento do arrendamento, deveria ser propriedade dos membros da sociedade [...] os membros da sociedade deviam trabalhar durante o mesmo espaço de tempo, despender a mesma energia e receber o mesmo salário [...] todas as questões eram resolvidas por um conselho de arbitramento (Kautsky, 1980, p. 144-146).

De acordo com Kautsky (1980), as condições de vida dos associados haviam melhorado e o número de filiados chegou a aumentar consideravelmente, porém, por motivos de dívidas e confisco de terras algumas cooperativas se dissolveram. Em contrapartida, a presença dos cooperativistas que influenciaram, sobremaneira, o desenvolvimento das comunidades de cooperação, que se definiram como autogestoras, foi bastante significativa e se projetou em diferentes espaços e épocas.

Partindo da realidade da Europa, o cooperativismo agrícola que se espalhou pelo mundo permeou o sentido daquelas práticas organizacionais seguindo diferentes características e origens. Com o desenvolvimento da agricultura capitalista, o modelo cooperativista se estendeu para outros países no decorrer do tempo, conforme Oliveira (2011):

Ao reportar ao surgimento das práticas organizativas no Brasil, verifica-se que seu maior desenvolvimento se deu no campo. Trazidas pelos imigrantes europeus, essas práticas possuem, em sua natureza, características peculiares, construídas em consonância com o desenrolar da

⁹⁴ “Na propriedade de Sir Vandaleur em 1830, segundo os preceitos de Owen, introduzindo-lhes algumas modificações para se adequar as circunstâncias, 40 operários agrícolas, mais ou menos, dispuseram-se a participar de seus planos e, assim, ele formou uma sociedade da qual se reservou a direção e a fiscalização” (Kautsky, 1980, p. 144, apud Oliveira, 2011, p. 73).

história do país. Sua estreita relação com o capitalismo e o impulso maior para sua implantação por meio do Estado demonstram a disparidade em seus objetivos se comparado aos ideais que as fizeram surgir na Europa dos séculos XVIII e XIX (Ibid., 2011, p. 74, grifo nosso).

Sendo assim, a concepção que se tem é a intervenção do Estado na formação de associações e cooperativas no campo brasileiro, e mesmo que o objetivo seja a organização coletiva, o trabalho de base e a participação dos envolvidos, contraditoriamente as cooperativas adentraram na lógica do capitalismo e na competição do mercado, recebendo incentivos financeiros frutos de políticas públicas e agrícolas que envolviam tais sujeitos. De forma explícita, o movimento cooperativista no Brasil tinha o caráter da instrumentalização da modernização agrícola no campo (Oliveira; Lisboa, 2012). Por meio das cooperativas, o sistema de crédito, o maquinário e a implantação de cultivos foram introjetadas pelo mercado.

No século XX, significativas mudanças se especializaram, no que concernem as práticas organizacionais no espaço agrário, com suas implicações, e que

Dos diversos segmentos cooperativos implantados, o de maior expressividade no cenário nacional, foi sem dúvida, aquele voltado para o setor agropecuário. **As cooperativas e associações voltadas para esse segmento da economia se destacaram especialmente a partir de políticas voltadas para o campo que faziam parte do projeto de modernização da agricultura empreendido pelo país após a década de 1960.** A partir desse período, as cooperativas no campo se multiplicaram em um espaço muito curto de tempo, enquanto isso o associativismo ganha destaque na década de 1980, especialmente a partir de sua inserção em programas governamentais (Oliveira, 2011, p. 75, grifo nosso).

Por esta razão, “o cooperativismo e o associativismo tomaram corpo no Brasil como um movimento de Estado, especialmente após a economia brasileira fixar suas bases na agricultura” (Ibid., 2011, p. 76). E nesse limiar, o expansionismo das cooperativas em todo o país – a princípio na região Sul, especialmente com a influência alemã e italiana – posteriormente através de projetos oriundos de políticas públicas, a exemplo do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) na década de 1985, disseminou-se principalmente por toda região Nordeste (Oliveira; Lisboa, 2012).

À medida que se expandiram os números de associações e cooperativas na região (atreladas aos investimentos públicos e arrefecimento das lutas do/no campo⁹⁵), o Estado se incumbiu de controlar e garantir a circulação das mercadorias produzidas por tais instituições

⁹⁵ Principalmente durante a Ditadura Militar (1964-1985), quando os militares por meio do Estado utilizavam de estratégias para neutralizar os conflitos sociais no campo brasileiro.

e pelo campesinato não organizado. Nesse viés, o sistema da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), torna-se “oficial” no país, devido ao respaldo jurídico-institucional que possuía como representante do cooperativismo brasileiro.

Em tempo, insurgem também cooperativas organizadas de forma autônoma, pelos camponeses organizados. São chamados de cooperativismo alternativo. Eles tem origem nos movimentos sociais e organizações não-governamentais da sociedade civil. Esses movimentos contribuíram para a construção de uma vertente alternativa denominada por vezes como **cooperativismo popular ou solidário** (Ibid., 2011, grifo nosso).

Conforme concretamente materializado no movimento cooperativista no país, a proposta se fez presente como uma concepção claramente empresarial. Assim, o sistema de cooperativas apresentou contradições, distanciando-se do caráter coletivo e emancipatório idealizado por pensadores marxistas, e trouxe consigo conflitos reais, dentre eles a aproximação com os discursos de competitividade e de livre-mercado. Diante disso, o cooperativismo agrícola mesmo nascendo enquanto espaço de resistência ao modo de produção capitalista, manteve o seu cordão umbilical com a economia do mercado/capital.

3.2.1. A Cooperativa Agrícola e a comercialização da produção no Agreste Sergipano: o caso de Moita Bonita

Compreendendo que o modelo de cooperativismo agrícola no Brasil não é o mesmo do que se desejava construir na leitura socialista, analisamos que todo tipo de organização camponesa é dependente das relações capitalistas, ou seja, não é efetivamente livre e independente do mercado. Pelo contrário, em grande medida as cooperativas, associações e sindicatos têm sido alvos da competição imperada pelo capital.

Isto posto, no município de Moita Bonita, Sergipe, visualizamos que parte da produção alimentar, notadamente a de batata-doce, envolve os trabalhadores camponeses organizados sob a forma de uma cooperativa que por vezes atende aos interesses coletivos, e em parte aos interesses particulares/privados.

Criada em 2007, a Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Cooperafes), tem alcançado o controle da economia local, ao viabilizar a venda direta ao consumidor e incorporando demandas a posteriori. Além da produção da raiz comercial, via Cooperativa, há o beneficiamento da batata-doce com vistas a agregar valor ao produto e aumentar a renda camponesa de seus filiados.

São produzidas por ela a farinha de batata-doce (Figura 20) e recentemente a produção

de cachaça (Figura 21) para fins comerciais:

Figuras 20 e 21 - Farinha e cachaça de batata-doce produzidas pela Cooperafes em Moita Bonita/SE



Fontes: Lima, Mara Íris Barreto, 2022
Arquivo pessoal da Cooperafes, 2023

Além da batata-doce in natura, bolos e demais alimentos que são destinados à merenda escolar⁹⁶ municipal (e em outros municípios do estado), que beneficiam a todos os cooperados que cultivam a raiz e tem uma fonte de renda fixa para as suas famílias. A figura é ilustrativa:

Figura 22 - Bolinhos de batata-doce da merenda escolar produzidos pela Cooperafes em Moita Bonita/SE



⁹⁶ Resultado do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), financiado pelos recursos do Ministério da Cidadania, e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que é financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), englobando a produção local oriunda da agricultura camponesa. Por meio da Lei nº 11.947/2009, cerca de 30% do valor proveniente do PNAE foi investido na compra direta de produtos advindos da agricultura familiar, medida que visa estimular a economia das comunidades.

Fonte: Lima, Mara Íris Barreto, 2023

Conforme o destaque que o cultivo de batata-doce vem assumindo no campo, a única cooperativa agrícola voltada à produção na região deve ser compreendida considerando também as contradições que a permeia.

Em grande medida a cooperativa surge como freio à comercialização dos atravessadores, todavia, ela também surge como atravessadora de alimentos para o mercado. Além disso, a cooperativa se apresenta como estratégia de divisão da renda camponesa e por isso também a necessidade de investigá-la, notadamente por sua relação com o campesinato. Para Martins (1981, p. 144): “Os pequenos proprietários têm procurado organizar-se em cooperativas e sindicatos, e têm desenvolvido sua luta em torno da questão dos preços agrícolas, dos juros bancários, etc., como forma de preservar a propriedade familiar”.

Parte da produção de batata-doce não é comercializada pela cooperativa de Moita Bonita, tendo em vista a presença dos atravessadores e principalmente porque são poucos os sujeitos envolvidos na comercialização via Cooperafes. No entanto, a cooperativa vende sua produção para a Prefeitura Municipal quando participa de editais de chamadas públicas para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Em janeiro de 2023 a Prefeitura Municipal realizou um contrato⁹⁷ com a Cooperafes para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar (Figura 23). Ao todo foram nove (9) produtos, ultrapassando 17.000 itens comercializados pela cooperativa, o valor total do fornecimento foi de R\$ 207.410,00 (duzentos e sete mil quatrocentos e dez reais). Valor significativo dada a realidade de renda da população do município.

Entre os produtos comercializados observamos a presença de 2.000 unidades de batata-doce in natura (valor unitário de R\$/Kg 4,00) e 1.000 unidades de bolos de batata-doce (valor unitário de R\$ 10,00). O contrato ocorreu no período de início do ano letivo escolar.

Em visita técnica entrevistamos o Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável (SMDS) de Moita Bonita, que sobre a comercialização de batata-doce no município nos relatou que a cooperativa se tornou uma atacadista, uma empresa que concentra a comercialização agrícola:

“A política pública de Moita é totalmente voltada para a cooperativa. Quando se falava em agricultura, em comércio, tudo era feito para a cooperativa. Quando a Prefeitura faz um edital de chamada pública, ela tem prioridade porque ela é daqui, e os pequenos produtores vão vender a quem

⁹⁷ O documento foi disponibilizado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Sustentável, e está disponível no site oficial da prefeitura no portal da transparência - aba licitações.

se tem a cooperativa?” (Entrevista concedida em junho de 2023, Sede da SMDS em Moita Bonita, Sergipe).

A Cooperafes trabalha também com a comercialização de outros cultivos. A produção da batata tem permitido que o produto esteja nas gôndulas de supermercados e indústrias esportivas, na comercialização em feiras livres e centrais de abastecimento (CEASAs). Além da produção da batata-doce em si e seu preparo diversificado (batata cozida, assada, grelhada, em receitas doces e salgadas), há o beneficiamento da farinha que é vendida em todo estado⁹⁸. Esse beneficiamento é realizado também pela cooperativa.

Figura 23 - Contrato do PNAE entre a Prefeitura de Moita Bonita e a Cooperafes, 2023



0295
06

ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE MOITA BONITA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	BANANA PRATA , tipo prata, tamanho médio (110g), in natura, de 1ª qualidade, com características integras. Sabor doce, aspecto e cheiros próprios, tamanho e coloração uniformes, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, em grau médio de maturação, isenta de enfermidades, material terroso, umidade externa anormal, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte e sinais de apodrecimento.	4000	R\$ 4,00	R\$ 16.000,00
6	BATATA DOCE , rosada, de 1ª qualidade, compacta e firme, sem lesões de origem física e mecânica (rachaduras e cortes), tamanho uniforme, devendo ser graúda.	2000	R\$ 4,00	R\$ 8.000,00
8	BOLO SABOR BATATA DOCE : Aspecto/cheiro/sabor próprio, cor: própria, livre de bolor. Embalagem Primária: o produto deverá estar acondicionado dentro de embalagem plástica atóxica e lacrada, contendo aproximadamente 100g. Secundária: caixa de papelão lacrada, contendo até 100 unidades. Produto válido por 3 dias armazenado em local fresco e arejado.	1000	R\$ 10,00	R\$ 10.000,00
9	BOLO SABOR CENOURA : Aspecto/cheiro/sabor próprio, cor: própria, livre de bolor. Embalagem Primária: o produto deverá estar acondicionado dentro de embalagem plástica atóxica e lacrada, contendo aproximadamente 100g. Secundária: caixa de papelão lacrada, contendo até 100 unidades. Produto válido por 3 dias armazenado em local fresco e arejado.	1000	R\$ 10,00	R\$ 10.000,00
10	BOLO SABOR LARANJA : Aspecto/cheiro/sabor próprio, cor: própria, livre de bolor. Embalagem Primária: o produto deverá estar acondicionado dentro de embalagem plástica atóxica e lacrada, contendo aproximadamente 100g. Secundária: caixa de papelão lacrada, contendo até 100 unidades. Produto válido por 3 dias armazenado em local fresco e arejado.	1000	R\$ 10,00	R\$ 10.000,00
11	BOLO SABOR OVOS : Aspecto/cheiro/sabor próprio, cor: própria, livre de bolor. Embalagem Primária: o produto deverá estar acondicionado dentro de embalagem plástica atóxica e lacrada, contendo aproximadamente 100g. Secundária: caixa de papelão lacrada, contendo até 100 unidades. Produto válido por 3 dias armazenado em local fresco e arejado.	1000	R\$ 12,00	R\$ 12.000,00
14	CARNE BOVINA PRIMEIRA QUALIDADE : É a porção comestível proveniente do corte apropriado sem osso, sem aparas, oriunda de estabelecimento sob inspeção oficial. Deverá apresentar cor: vermelha.	2000	R\$ 36,33	R\$ 72.660,00

Página 2 de 5

⁹⁸ Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2020/02/23/produtores-de-batata-doce-de-sergipe-se-unem-para-tornar-a-atividade-mais-rentavel.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2022.

Fonte: Prefeitura Municipal de Moita Bonita, 2023

Da energia que brota da Natureza ao amargor da subordinação camponesa ao mercado, o sentido cooperativista é conflitante ao mesmo tempo em que se apresenta como permanência por parte dos camponeses produtores. Se de um lado entendemos que o movimento é consubstancialmente contrário ao capitalismo por ser uma produção de participação coletiva (em que todos os cooperados recebem a mesma renda através de suas produções), do outro lado também entendemos que não há ruptura com a lógica do mercado.

Nesse processo, a Cooperafes atua com a diversificação:

Quem somos: somos uma cooperativa formada por produtores de batata doce, porém também temos outras produções, tais como amendoim, milho, folhagens, banana, inhame, aipim, produzimos também peixe, boi, frango, ovos, e somos pioneiros na industrialização da batata doce transformando-a em farinha e também em bolinho (Informação verbal)⁹⁹.

Ela trabalha com variedade na produção de alimentos (incluindo além das raízes, as frutas, sementes, produtos da aquicultura, pecuária e derivados) e ênfase na industrialização de pequeno porte. É importante ressaltar que a mobilização dos camponeses produtores, no processo de formação da cooperativa, decorreu do auxílio da administração municipal (através de assessoria e capacitação) no conjunto das primeiras ações. O quadro inicial de sócios era de 31 cooperados, e ao longo do tempo passou a integrar 76 cooperados¹⁰⁰ (em sua maioria agricultores familiares ligados ao PRONAF).

No início, a produção se concentrava na batata-doce, mandioca e inhame, e nos anos seguintes aumentou a diversidade de produções que passaram a atender os mercados institucionais, a Fundação Pedro Paes Mendonça (em Ribeirópolis) e às feiras na região.

A Cooperafes

Foi a primeira cooperativa do país a atender os requisitos de participar da Chamada Pública da Agricultura Familiar para alimentação escolar, já participou da organização da Festa da batata-doce I e II, organizou o 1º Festival da batata-doce de Moita Bonita, e a idealizadora da Central de Cooperativas da Agricultura Familiar do estado de Sergipe, e da Central de Distribuição da Agricultura Familiar do estado de Sergipe, e vem ao longo desses doze anos de existência gerando emprego e renda para os agricultores familiares do município de Moita Bonita e região, e **principalmente buscando parcerias para trazer novas tecnologias, variedades e formas**

⁹⁹ Texto extraído da Vitrine da Agricultura Familiar.

Disponível em: <https://sistemas.agricultura.gov.br/vitrine/produtor/09460210000137/index.html>. Acesso em: 05 jun. 2022.

¹⁰⁰ Informação disponibilizada pela presidente da Cooperafes.

de industrialização e comercialização dos produtos da agricultura familiar de Moita Bonita e região (Informação verbal)¹⁰¹.

Para a cooperativa, a busca de parcerias que estimulam a comercialização (via tecnologias e industrialização) é um dos objetivos a ser alcançados. E nesse sentido, observamos o recebimento de investimentos públicos através do Governo de Sergipe (Figura 24), para a produção da cooperativa nas pequenas propriedades que produzem batata-doce.

Figura 24 - Placa com investimento do Governo de Sergipe para produção de batata-doce no Povoado Oiteiros em Moita Bonita/SE



Fonte: Lima, Mara Íris Barreto, 2022

Em pesquisa de campo no povoado Oiteiros, no município de Moita Bonita, a realidade é clarividente: na placa consta informações de investimento no valor de R\$571.799,66 (prazo: 2019 a 2020), de execução da Empresa Facilita com o apoio da SEDURBS, Banco Mundial e EMDAGRO em tarefas pertencentes ao Presidente (na época) da Cooperafes. Essa informação revela a proporção de recursos que a cooperativa recebe.

É importante destacar que os investimentos públicos são decisivos na produção, percebendo a dependência de financiamentos públicos corroborando com a sujeição da renda da terra ao capital. Todavia, não nos aprofundamos nessa questão, apenas a indicamos para

¹⁰¹ Texto extraído da Cooperafes Força da roça - Moita Bonita/SE.

Disponível em: https://forcadaroca.com/index.php?route=information/information&information_id=4. Acesso em: 05 jun. 2022.

análises futuras.

Apreende-se, desse modo, que a agricultura capitalista está direcionada aos moldes do mercado que tem o controle dos preços e determina o que deve ser produzido para atender a lógica do lucro a partir da exploração do/no campo¹⁰². Por sua vez, os investimentos públicos também estão voltados à iniciativa de implementação de uma mini usina de etanol (para a produção de álcool a partir da batata-doce) resultante de emenda participativa no valor de R\$ 490.000,000 recebido em 2020.

Por conseguinte, cabe pontuar que grande parte da produção da raiz no município é comercializada por camponeses (na condição de proprietários de terras, parceiros e comodatários) sem nenhum vínculo com a Cooperafes.

Um dos motivos em não se associar à cooperativa se deve à desconfiança por parte desses sujeitos no recebimento do pagamento de sua produção, pois o pagamento é feito na maioria das vezes posteriormente (principalmente quando há produção para o PNAE, por exemplo). O que diferencia da relação já estabelecida entre os camponeses com os atravessadores, pois o pagamento é realizado no momento da entrega dos sacos de batata.

Além disso, outra dificuldade se deve à documentação exigida para ser filiado, pois é comum a desconfiança quanto à assinatura de documentos para filiação à Cooperativa, haja vista o receio do corte de benefícios como o Bolsa Família, além da preocupação quanto às formas de endividamento com bancos e demais impasses entre os camponeses e suas famílias.

Em entrevista realizada em setembro de 2022, a presidente da Cooperafes nos respondeu as seguintes questões:

“A Cooperafes possui as informações do tamanho das propriedades de cada cooperado?”

- “Tipo um estudo não, mas são propriedades pequenas. Acho que a maior deve dar 15 ou 20 tarefas, o resto são menores, de 10 tarefas pra baixo”.

“A Cooperativa comercializa batata-doce para quem?”

- “O nosso maior foco é o PNAE, que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, mas temos também um ponto de venda no Mercado Augusto Franco em Aracaju, que foi conseguido através de parcerias e lá funciona um pavilhão da agricultura familiar”.

“Como é a relação com os atravessadores na comercialização de batata-doce?”

¹⁰² Nesse momento consideramos válida a crítica às iniciativas da EMBRAPA e do SEBRAE, que se projetam no campo impondo um discurso falacioso de inovação tecnológica para os camponeses produtores de alimentos, além de dissimular a dinâmica estabelecida entre os camponeses e a sua terra de trabalho.

- **“Infelizmente ainda hoje os nossos cooperados ainda dependem do atravessador.** Porque quando a cooperativa foi criada o objetivo era escoar a produção dos cooperados... **Hoje, quase 15 anos depois de formada ainda não conseguimos absover totalmente a produção desses cooperados,** porque a produção é muita, e **infelizmente ainda hoje eles dependem do atravessador”** (Entrevista concedida em setembro de 2022, Sede da Cooperafes, Sítio Piabas, Moita Bonita, Sergipe).

Em tempo, entendemos que há um espaço de disputa entre os atravessadores e a cooperativa na comercialização da raiz. As falas revelam uma competição para escoar a produção, e conforme as palavras do Secretário da SMDS de Moita Bonita: “nós somos os maiores produtores de batata-doce [por área plantada], mas nós não somos os maiores consumidores”. Esse quadro nos direciona para a lógica do mercado capitalista que força esses sujeitos a competirem entre si e fazer circular o alimento que se tornou mercadoria.

Do mesmo modo que a maioria do campesinato se encontra desorganizada no que concerne à cooperativa, notamos também o distanciamento no que se refere à filiação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (STRAAF), tanto no município de Moita Bonita, quanto em Itabaiana.

A realidade apresentada é de fragmentação das organizações e forças coletivas entre os trabalhadores no Agreste Sergipano, estimulada pela competição do mercado e fetichização da mercadoria.

Ademais, o município de Itabaiana mesmo não possuindo uma cooperativa que objetiva a organização dos trabalhadores que envolva a produção de batata-doce (referente à distribuição da renda de modo mais justo), também recebe investimentos públicos para estimular a produção, destacando-se sobretudo na grande quantidade de toneladas produzidas em propriedades maiores que as de Moita Bonita (IBGE, 2006). Dessa forma, concentra a maior parte da produção de batata-doce.

Para a comercialização, Itabaiana estabelece relações com a Cooperafes, na medida em que comercializa a produção da batata-doce in natura e a sua farinha que são vendidas na rede de supermercados no município e em outras partes do Agreste Central.

A existência do movimento cooperativo é uma estratégia que freia a sujeição da renda camponesa para o mercado, com a atuação dos atravessadores, tendo em vista o destino dessa renda de modo mais favorável aos camponeses produtores sem comprometer a sua produção.

No entanto, a presença de uma cooperativa de tendência empresarial, com sentido capitalista, nega a condição do campesinato que não parte do lucro como objetivo, pois o sentido camponês não tem relação com a lógica do mercado, embora seja constantemente

subordinado a ele para a sua própria sobrevivência através da exploração de seu trabalho. O movimento cooperativista deveria atender de fato às condições reais do campesinato local.

3.3. O atravessador e a apropriação da renda no campo

Na medida em que o campesinato é subordinado à dinâmica capitalista¹⁰³, “a tendência do capital é dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção e, pouco a pouco, ele o faz” (Martins, 1981, p. 160). Em nosso entendimento, além de subordinar as relações de trabalho na produção, subordina também as relações de circulação das mercadorias.

Por compreender os destinos de comercialização da batata-doce, bem como os interesses do mercado, os atravessadores/intermediários são os responsáveis pela compra, transporte e venda dos diferentes produtos do campo, e nessa relação investigamos a produção e comercialização da batata-doce. No campo, eles conseguem controlar o preço direto da produção camponesa, tendo em vista o rebaixamento do valor das mercadorias em seu processo inicial (conseguindo auferir maior renda posteriormente), além do poder de negociação com o consumidor final.

Entendemos ainda que esses atravessadores são os maiores beneficiados na apropriação da renda camponesa, existindo assim uma relação de subordinação. A tentativa de uni-los nas relações de trabalho existentes no campo, sobretudo no processo de produção até o processo de comercialização da raiz, nega a relação de exploração exercida por eles, pois os atravessadores são, na maioria dos casos, produtores e comerciantes capitalizados que possuem uma visão mais ampla sobre o funcionamento do mercado.

Ademais, existe uma leitura sobre o conflito entre os camponeses e atravessadores, e como tal é importante a sua análise. A presença do capitalismo nessa relação deve ser respeitada, haja vista que esses sujeitos se encontram em posições diferentes quanto à apropriação da renda no campo. O que ocorre com o atravessador é justamente o sentido que ele tem enquanto sujeito capitalista, qual nega a condição da classe camponesa.

Em contrapartida, as falas do Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável reforçam uma situação de oposição, ou seja, naturalizando a exploração desses atravessadores:

“Cria-se muito um discurso de “nós contra eles [os atravessadores]”. Eu não

¹⁰³ É importante ressaltar que na dinâmica capitalista, os setores da produção incluem a distribuição e a comercialização, sem perder de vista que o seu consumo não se reduz apenas a um “estágio” final do processo produtivo, mas presente em todas as fases.

gosto disso, porque pra mim todo mundo tem a sua importância. Se a gente não tivesse esses atravessadores essa batata nossa iria pra onde? Todos os produtores tem a capacidade de venda fora? Então... Se a gente tirasse o atravessador de jogo, a gente aqui conseguiria escoar a produção? Na cabeça de muita gente os atravessadores ganham muito dinheiro, mas não se pergunta que horas eles saem, os perigos de roubo e acidentes na estrada, a compra de material e a semana que eles ficam fora de casa. O atravessador roda 24 horas seguidas até chegar aqui [Moita Bonita], mas essa gente só olha o produto”. (Entrevista concedida em junho de 2023, Sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Moita Bonita, Sergipe).

No relato, entende-se que há uma naturalidade acerca da presença do atravessador na comercialização da produção camponesa, reforçando inclusive a inacessibilidade de escoamento por parte dos camponeses. Essa ideia precisa ser ponderada, principalmente pela realidade de sujeição que só existe porque os trabalhadores camponeses não possuem condições materiais suficientes para comercializar seus produtos para além de sua unidade produtora, o que significaria maior renda e ausência do atravessador nessa dinâmica. Todavia, os discursos que nos são apresentados demonstram a visão de que o atravessador é um “pobre trabalhador” e que está na mesma situação do camponês.

Os camponeses, enquanto se mantêm trabalhando na terra, são explorados direta e indiretamente pelo mercado capitalista, e nesse sentido, os atravessadores são mecanismos que estão ligados à produção e à circulação das mercadorias. A renda extraída, dada a natureza de dependência e subordinação, tem sido em grande parte apropriada pelo mercado e, por este ângulo, a batata-doce se torna amarga sob a égide das relações capitalistas no espaço agrário sergipano (Lima, 2021), como apontamos anteriormente.

A respeito destes atravessadores, Oliveira (2007) já ressaltava a sua atuação desde a transição da agricultura do feudalismo para o capitalismo, pois

Tornava-se, assim necessário o intermediário, comerciante, que passou a figurar entre o produtor e o consumidor. Assim, o produtor perdia o contato com os consumidores e perdia também a visão do próprio mercado. O comerciante aproveitava-se dessa situação para explorar o camponês (Ibid., 2007, p. 18).

Conforme Oliveira (2007), o produtor camponês passava a ser subordinado à lógica desse comerciante. Embora o intermediário se tornava subordinado ao mercado, na definição dos valores, na oscilação dos preços da mercadoria, assim como na determinação dos produtos mais rentáveis produzidos no campo, não obstante, a presença do atravessador significa uma maior apropriação e divisão da renda camponesa sobre a produção agrícola.

Em nossa pesquisa, compreendemos que esse sujeito tem um vínculo com o trabalho realizado na terra, onde é dominado por ele através do comércio de batata-doce. Nessa realidade, discutimos a participação do atravessador na produção da raiz, principalmente no processo de comercialização, e como ocorre a ligação desse atravessador com o mercado capitalista, como é notória na fala de um atravessador entrevistado que mora no campo, o senhor J. J. B., de 49 anos de idade:

“O preço de comercializar conta muita coisa, porque tem tudo: tem custo, tem saco, tem empregado, tem tudo. Quando a batata tá barata, tipo uns 30 reais o saco, o custo é mais alto. Quem controla o preço das batatas hoje é o mercado. No CEASA de Salvador quem manda nos preços é ele. Mas também quando a feira bóia não dá bom não”. (Entrevista concedida em junho de 2023, Povoado Figueiras, Moita Bonita, Sergipe).

Mediante essa compreensão que nos esclarece, objetivamente, o peso da fala desse sujeito, e como ele se situa na relação com a venda de batata-doce, de onde ele subtrai a renda camponesa, que consideramos a importância do discurso imperativo que o atravessador tem no processo de circulação da mercadoria. Em tempo afirma também a condição de ser um grande comerciante que depende da produção do camponês para continuar existindo, pois por intermédio do trabalho no campo é possível se reproduzir apesar das contradições inerentes a essa realidade.

Outro apontamento relatado pelo atravessador foi sobre a clandestinidade no transporte dos sacos de batata-doce que sai de Sergipe. Nosso entrevistado, por exemplo, é registrado e possui nota fiscal, mas nos relatou que os atravessadores que vendem em Salvador, Feira de Santana e Juazeiro na Bahia, não possuem nota fiscal¹⁰⁴.

Pela continuidade do assunto, foi importante questionar:

“O senhor acredita que o tamanho da terra (por ser pequena) é um empecilho para produzir batata-doce?”

Em resposta, o atravessador nos respondeu:

“Não... Porque se fosse mais terra ia ser poucas pessoas tomando de conta. Então é até melhor a terra ser pequena, porque tem mais produtor e não fica um só”. Essa afirmação nos revela o posicionamento do atravessador: a presença de poucos produtores concentra a produção e dificulta uma maior diversidade de produtores que possam garantir renda, repartindo-a, e, ao mesmo tempo, indica a monopolização nas mãos destes atravessadores.

¹⁰⁴ É visível a queixa do atravessador sobre essa realidade, além da competição entre eles no processo de comercialização. Em sua fala ele relata que comercializa no Rio de Janeiro (RJ) e em Curitiba (PR), onde a nota fiscal é obrigatória para entrar na Central de Abastecimento (CEASA).

Ainda assim, o atravessador se contenta com a pequena unidade familiar e não questiona sobre o processo de fracionamento/divisão da terra, visto que já está naturalizada a aceitação dessa realidade.

Entrevistamos também outro atravessador, mas que reside na cidade, o senhor J. S. A., de 43 anos de idade, que respondeu sobre a importância da venda de batata-doce: “o forte aqui é a batata. Eu vendo há mais de 20 anos já, é a minha principal fonte de renda. Mais de 10 mil toneladas eu levo só numa feira¹⁰⁵, meu mesmo é umas 60 mil toneladas de batata pro CEASA”.

O nosso entendimento parte de outra premissa: os atravessadores são capitalizados, por vezes detentores de todos os meios de produção, e o enxergamos como um paralelo ao Agronegócio, pois o atravessador tem uma relação direta com a exploração do trabalho do campesinato, notadamente porque o atravessador não nega a lógica capitalista. Consideramos que o atravessador mergulha na dinâmica do mercado visando atender a obtenção do “lucro”, mantendo assim a desigual renda camponesa na produção dos alimentos comercializados.

É necessário identificar que, a partir de uma concepção errônea de “lucratividade” no campo para a classe camponesa se encontra impregnada uma ideia de lucro na sua produção, quando na verdade o que se tem é a renda extraída do trabalho e no produto deste. Para o atravessador, essa renda é de fato capturada para si, enquanto que o camponês é explorado.

O camponês não conseguiria lucrar¹⁰⁶, visto que não é capitalista e está desprovido de condições materiais (para além da venda de sua força de trabalho), mas o atravessador¹⁰⁷ além de explorar a força de trabalho do camponês, obtém mais vantagens na comercialização do produto final. Para o campesinato o que se tem é a extração da renda e não o lucro.

O que ocorre no campo com a produção de alimentos é o seu oposto, pois a geração de renda é sempre uma relação de desigualdade entre os diferentes sujeitos, e no caso da batata-doce no Agreste Central Sergipano, o campesinato se sujeita ao atravessador, além de se encontrar subordinado também ao mercado capitalista, ou seja, ao capital.

Em nossos trabalhos de campo conseguimos observar uma tendência: 98% dos camponeses comercializam com os atravessadores, pois a minoria consegue diretamente vender nas feiras, por exemplo. Nessa realidade, o atravessador escoar toda a produção de batata-doce que sai das unidades de produção familiares, especialmente nos municípios de

¹⁰⁵ O relato nos revela a frequência do poder de compra e venda que o atravessador possui.

¹⁰⁶ O lucro faz parte de uma concepção empresarial e capitalista em que a sua margem é sempre esperada.

¹⁰⁷ Esse sujeito é um comerciante que em muitos casos tem terra para produzir. O fato dele ter maiores e melhores condições de mobilidade e o poder de contratar trabalhadores temporários, significa que é um sujeito antagônico ao camponês. É inclusive uma forma de afirmar que o campo lhe possibilita uma riqueza social.

Moita Bonita (Figura 25) e Itabaiana (Figura 26), os dois maiores produtores do estado. Todavia, devemos considerar também que muitos atravessadores compram a batata até mesmo no campo de outros municípios e comercializam fora de Sergipe, beneficiando-se com essa relação estabelecida há anos com os camponeses produtores.

Figura 25 - Transporte de sacos de batata-doce na cidade de Moita Bonita, Sergipe, 2021



Fonte: Lima, Mara Íris Barreto, 2021

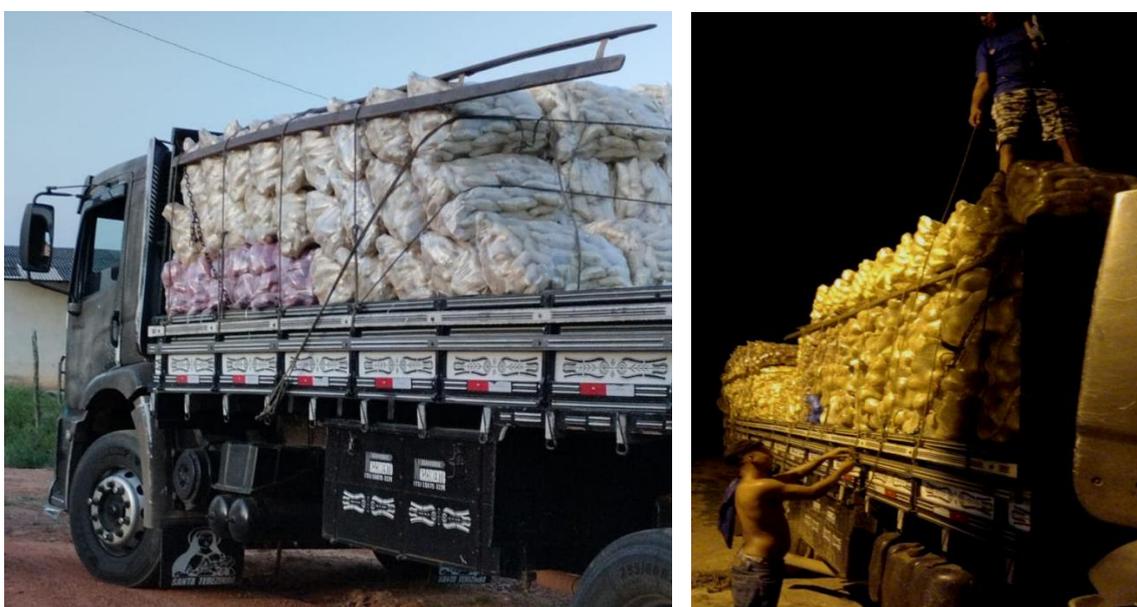
Figura 26 - Transporte de sacos de batata-doce no Povoado Terra Vermelha em Itabaiana, Sergipe, 2023



Fonte: Lima, Mara Íris Barreto, 2023

Os intermediários/atravessadores (também chamados de mangaeiros no Agreste Sergipano) provocam uma relação de domínio no espaço agrário, em tempo que reforça a dependência dos camponeses aos seus ditames. Isso ocorre não apenas sobre o preço de cada alimento, como também na determinação no poder de transporte. O atravessador é o maior responsável pela mobilidade das mercadorias (Figuras 27 e 28). As figuras que se seguem ilustram essa realidade de exploração:

Figuras 27 e 28 - Carregamento dos sacos de batata-doce no Povoado Figueiras em Moita Bonita, Sergipe, 2022



Fonte: Lima, Mara Íris Barreto, 2022

Na realidade dos municípios estudados, são eles que exercem as maiores condições de interferir na comercialização da produção camponesa, encarecendo-a e mantendo o cordão umbilical da dependência. Isso tudo vem provocando o aumento da produção agrícola às exigências do mercado. Os atravessadores, por meio das negociações, conseguem manter um vínculo negativo com os pequenos produtores na produção do alimento-mercadoria.

Comumente existe uma falsa ideia de “parceria” entre o produtor camponês e o atravessador, haja vista que este último promete comprar todas as mercadorias produzidas pelo camponês, assegurando-lhe essa compra em boas ou em más colheitas. Mas o que ocorre é justamente uma relação de troca injusta onde o trabalhador camponês será o maior prejudicado. Entre os relatos do senhor Z. d. T., de 68 anos de idade, ele nos mostra o descontentamento com a atuação dos atravessadores na comercialização de batata-doce:

“Só que eu cismeï com a venda da batata, porque você trabalha a vida toda, você compra esterco caro, você compra adubo caro, você bota trabalhador caro, você bota trabalhador pra arrancar batata, aí o cara bota a batata no saco e em cima do carro e não lhe paga? É o que acontece, aí por isso eu cismeï, e é o que mais acontece por aqui dentro no povoado é isso aí, acontece sempre”. (Entrevista concedida em maio de 2023, Povoado Saquinho, Moita Bonita, Sergipe).

A experiência acima citada entre o camponês e o atravessador só confirma o não cumprimento do acordo estabelecido entre eles, pois em casos frequentes o atravessador passou a não comprar a mercadoria proveniente da unidade de produção familiar, retirando-a da terra e não pagando pelo serviço prestado, relação que frustra o produtor camponês. Ainda assim, significa uma perda imensurável para o produtor e toda a sua família, que trabalha desde a sementeira das ramas, no cuidado com a incidência de pragas ou doenças, bem como na colheita que ocorre ainda com a participação de trabalhadores temporários (ou trabalho acessório), para fins de comercialização.

Essa situação é bastante incômoda para quem vive da agricultura e da terra de trabalho, retirando o seu principal sustento. Nessa linha de raciocínio pelo menos um terço (1/3) do valor total da mercadoria é do atravessador, e em outros exemplos essa relação sobe para um meio (1/2), o que se mostra mais rentável para quem atravessa do que para quem produz essa mercadoria.

A realidade nos mostra que a falta de organização é um dos principais motivos pelas perdas dos pequenos produtores camponeses, que em sua maioria não consegue levar os alimentos que produzem para outros lugares, além de não serem assistidos pelos órgãos públicos, notadamente quanto aos incentivos de políticas públicas. No entanto, entendemos que a saída não ocorre com as relações capitalistas de produção, pois o incentivo dessas organizações deve partir do conjunto da classe trabalhadora tomando os meios de produção e tornando possível o controle do que é produzido e que deveria ser justamente socializado.

Na atualidade, essa exploração indica uma natureza de dependência dos sujeitos pobres no campo, o que compreende o estranhamento do trabalhador na produção de alimentos e na desigual apropriação/divisão da renda camponesa, visto que é usurpada inteira ou parcialmente pelos mecanismos de subordinação e exploração do capital. Nesse caso, o atravessador aparece como um desses mecanismos sem que o campesinato perceba. Por conseguinte, entendemos que é possível reafirmar uma questão: a terra garante a reprodução da vida para o trabalhador camponês, enquanto o atravessador se beneficia com a exploração de seu trabalho.

3.4. A terra como território de vida

Compreendemos que a produção de alimentos é parte de uma totalidade maior: a terra de trabalho. É ela quem garante a renda aos trabalhadores, como também afirma a sua importância na reprodução social camponesa. Nos escritos de Martins (1981), a luta pela terra é em razão da conversão da terra de trabalho, utilizada para trabalhar e produzir, em terra de especulação e exploração capitalista.

É possível entender, conforme as discussões iniciais dessa pesquisa, que a terra tem outro sentido para a classe camponesa: a condição de sobrevivência e existência dos trabalhadores do/no campo. Há de se considerar que ela dispõe de tudo: trabalho, alimento, água e reprodução para milhares de famílias e, por isso, ela é um bem irreproduzível. A terra é, para a classe trabalhadora, território de vida. É território porque parte das relações de poder, é uma relação dialética que inclui o espaço de lutas entre suas classes sociais (Souza, 2009).

Além de sua materialidade, possui uma dimensão particular para a classe camponesa, ressignificada em cada pedaço de chão. “Havia sido parido pela terra”, conforme as palavras de Itamar Vieira Junior em Torto Arado (2019). A aptidão dos camponeses para a lavoura só é possível pela mediação dos sujeitos entre a terra e o trabalho, e ambos são substratos intrínsecos à vida social. A produção de batata-doce, um alimento basilar para a população que vive no campo, é exemplo da coesão entre a terra de trabalho e a sua família, embora esteja mergulhada na lógica do mercado, isto é, ao signo da mercadoria (Figura 29):

Figura 29 - Plantação de batata-doce no assentamento Santa Maria no município de Riachuelo, Sergipe, 2023



Fonte: Lima, Mara Íris Barreto, 2023

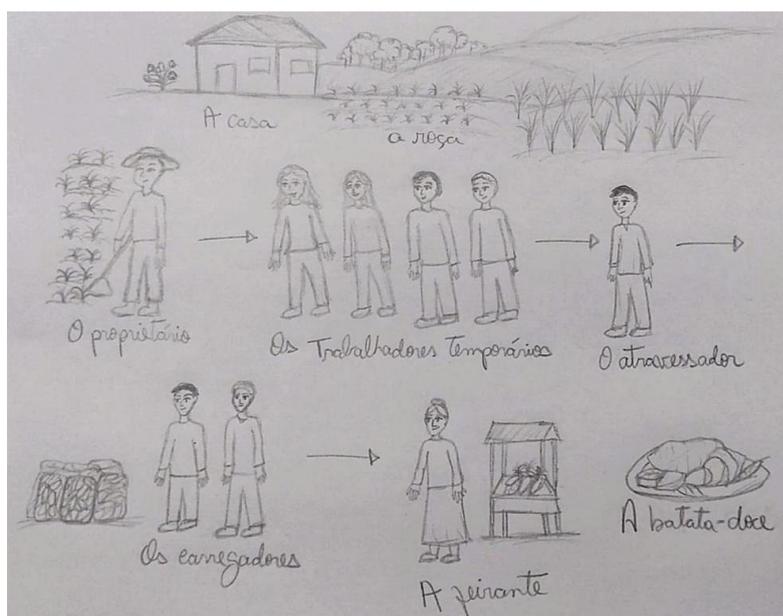
No capitalismo, a propriedade da terra tem um preço, mas para o campesinato o seu valor é imensurável. O alimento na base da economia familiar camponesa se efetiva na terra de trabalho, mesmo que a terra esteja dividida e concentrada. Seja em assentamentos rurais de Reforma Agrária Popular ou em propriedades com as unidades de produção familiares, a terra cumpre sua função social: a de produzir. De acordo com Stédile (2012), a luta pela terra é para a resolução do problema de alimentar todo o povo.

Nesse sentido, sobre a terra de trabalho e a principal fonte de renda da família ser o cultivo de batata-doce, a fala da entrevistada V. S. J., de 35 anos de idade, é significativa, pois para ela a raiz: “é uma fonte de renda boa pra gente né. É o que a gente ganha. A batata dá trabalho a muita gente por aqui, dá trabalho pra lavar, pra ensacar, pra tudo. Batata-doce é tudo!” (Entrevista concedida em junho de 2023, Povoado Figueiras, Moita Bonita, Sergipe).

Na área de produção, na pequena propriedade, a batata-doce perpassa por muitas mãos (Figura 30) e faz um percurso em que muitos sujeitos são beneficiados em sua produção: desde a roça com o seu proprietário até chegar a feira livre, por exemplo.

A produção de batata-doce torna possível a renda de inúmeros sujeitos, ela consegue manter os trabalhadores na terra. Ela garante que muitas famílias consigam ter o que se alimentar. Mesmo na pequena propriedade, cada vez mais dividida, como discutimos ao longo desse escrito, a produção da cultivar tem significância.

Figura 30 - Trabalho e renda: o percurso da batata-doce, Sergipe, 2023



Elaboração: Lima, Mara Íris Barreto, 2023

Ainda assim, sobre a condição camponesa o senhor J. S. J., de 67 anos de idade, foi cirúrgico em suas palavras:

“Nós trabalhava no sítio toda vida desde pequeno, nascemos no sítio e hoje estamos aqui. As outras coisa não, a gente parou a mandioca e não tinha renda, e foi que acabou com a mandioca, hoje em dia a gente não planta mais, por aqui você vê é difícil você vê uma roça de mandioca. E a batata-doce você planta, quando é com 3 meses, 4 meses, você já tá desfrutando do dinheiro dela. E a mandioca é daqui a um ano”. (Entrevista concedida em maio de 2023, Povoado Saquinho, Moita Bonita, Sergipe).

Também foi importante perguntar:

“O que é a terra para o senhor? E o que significa a produção de batata-doce para a sua família?”

As palavras, em meio às histórias de vida e junto ao peso do trabalho no sítio, nos mostrou a concretude do significado da vida no campo:

- “É o meu viver, é o que eu tenho pra viver é da batata. É dessa terrinha mesmo, tudo que eu arrumar é daqui mesmo. E agradecer a Deus pelo o que a gente tem né?”.

A terra possibilita a efetividade das relações entre camponeses e camponesas, que se mantendo no campo reafirmam a sua existência e resistência. A condição do campesinato é de permanência em suas poucas tarefas de terra. É a forma encontrada diante dos avanços do capitalismo sobre o espaço agrário sergipano num contexto de subordinação. Diante de tantas ofensivas e exploração do trabalho camponês.

Apesar disso, consideramos ainda que nesse movimento, a pequena produção familiar está sujeita à agricultura capitalista, tanto na exploração do trabalho do campesinato na produção de batata-doce, deixando-o a mercê da dependência, quanto na apropriação da terra. Na pequena unidade familiar o camponês é um alvo direto na apropriação do capital:

Do nosso lado, ao constatar que os sujeitos que produzem mais alimentos são os que possuem menos terra (geralmente terras menos favorecidas do ponto de vista da fertilidade, acesso à água, localização geográfica, etc.) e são menos assistidos pelo Estado, enfatizamos que a visão social que domina é a de justiça social e de crítica radical à ordem estabelecida (Mitidiero Jr.; Barbosa; Sá, 2017, p. 58).

Nesse horizonte, consideramos como as unidades camponesas asseguram a produção de alimentos em nosso estado, dada a diversidade de cultivos entre as produções de horticultura, culturas permanentes e culturas temporárias. A batata-doce faz parte dessa

diversidade de alimentos, que somada aos demais cultivos reafirma a sociabilidade existente entre as famílias camponesas em Sergipe, notadamente nos municípios analisados.

Entre o semear e o vender, a batata-doce se tornou amarga pela lógica da mercadoria, em que pesam as necessidades dos camponeses produtores que dependem do seu cultivo para sobreviver. A figura nos mostra o primeiro ato de labor na produção do campo:

Figura 31 - Semeadura de ramas de batata-doce em Moita Bonita, Sergipe, 2023



Fonte: Lima, Mara Íris Barreto, 2023

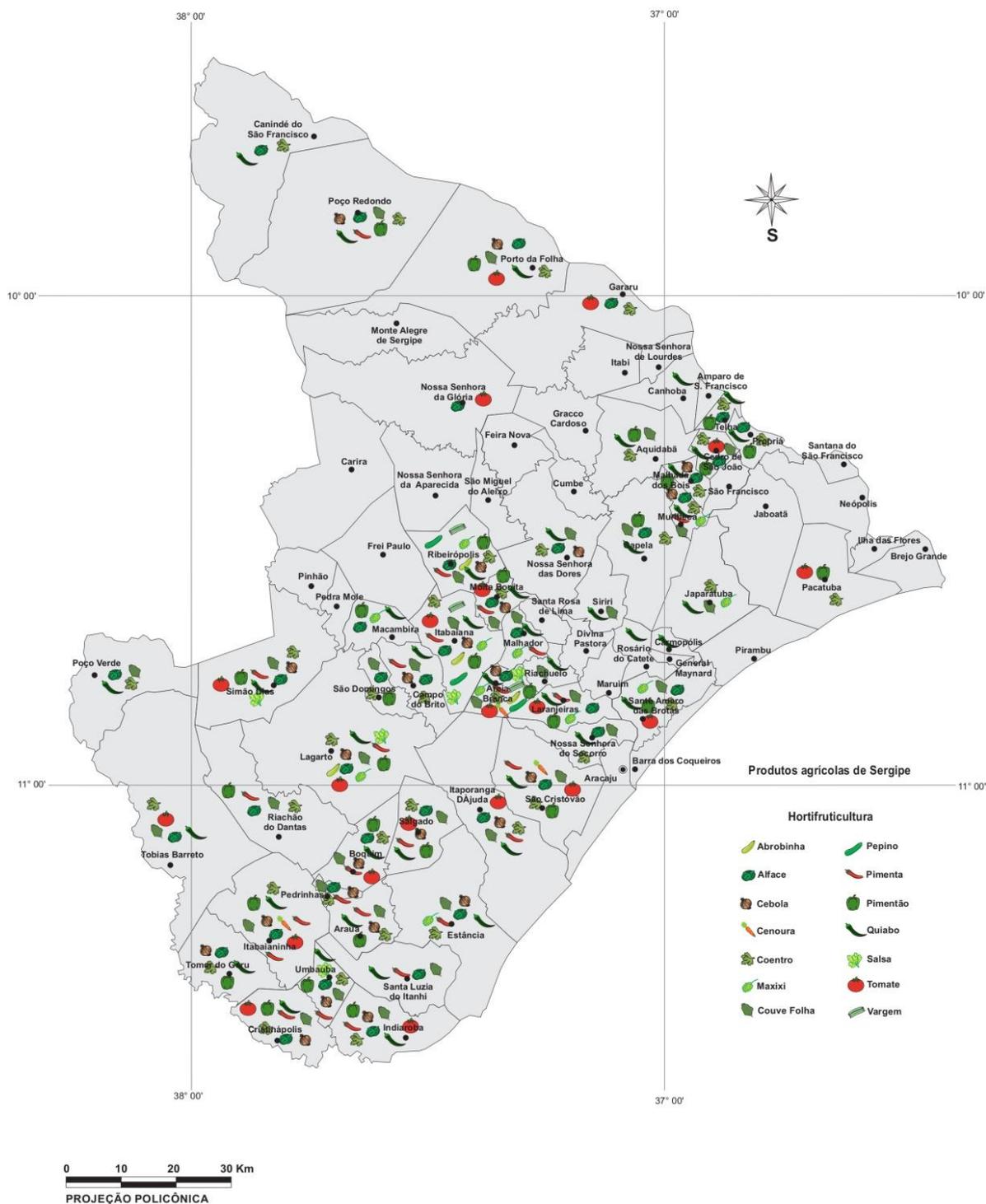
Por entender o peso social do campesinato, que para se reproduzir se sustenta na tríade: *terra-família-trabalho*, e partindo da produção de alimentos na base da economia dessa classe, tão fundamental para a sua existência, entendemos também que é importante dar maior visibilidade à produção (diversificada) de alimentos (raízes, frutas, grãos, legumes e verduras) produzidos em nosso estado, uma vez que é o camponês que leva a comida do campo à mesa de milhares de trabalhadores e trabalhadoras.

Trata-se, portanto, de uma leitura dialética sobre a questão camponesa e a produção de alimentos na contramão da realidade de sujeição imposta pelo capital com a produção da mercadoria. Entendemos ainda que essa realidade só é possível na concreticidade das relações reais entre os diferentes sujeitos da nossa pesquisa, enfatizando sobretudo a importância da classe camponesa na reprodução social e na luta para permanecer no campo.

A seguir, elaboramos mapas para ilustrar a riqueza que é a produção camponesa no tocante aos principais alimentos produzidos no espaço agrário sergipano:

1. Horticultura:

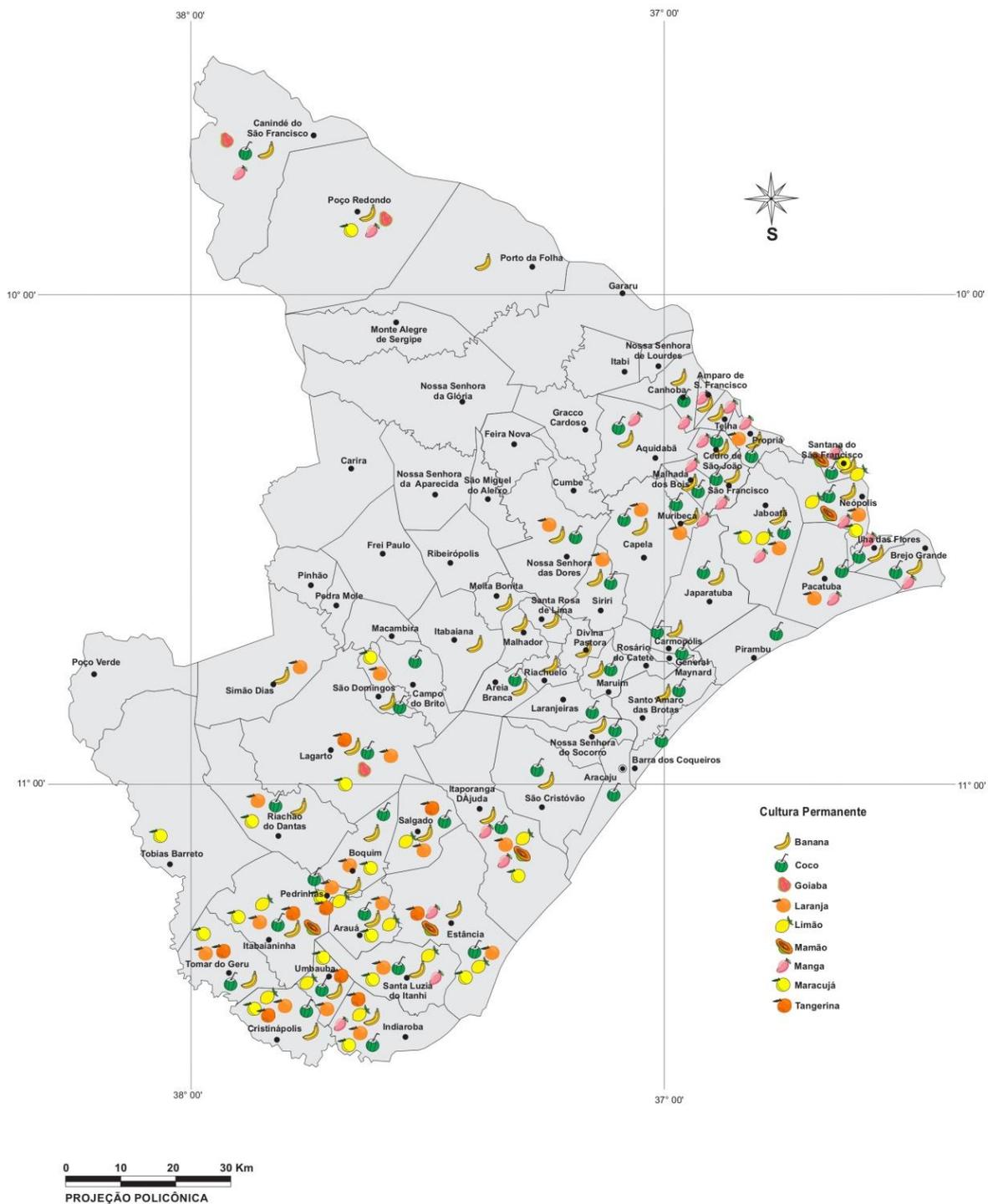
Mapa 11 - Produção da Horticultura - 2017, Sergipe, 2023



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017
 Software de Cartomática: PHILCARTO
 Elaboração: LIMA, José Hunaldo, 2023

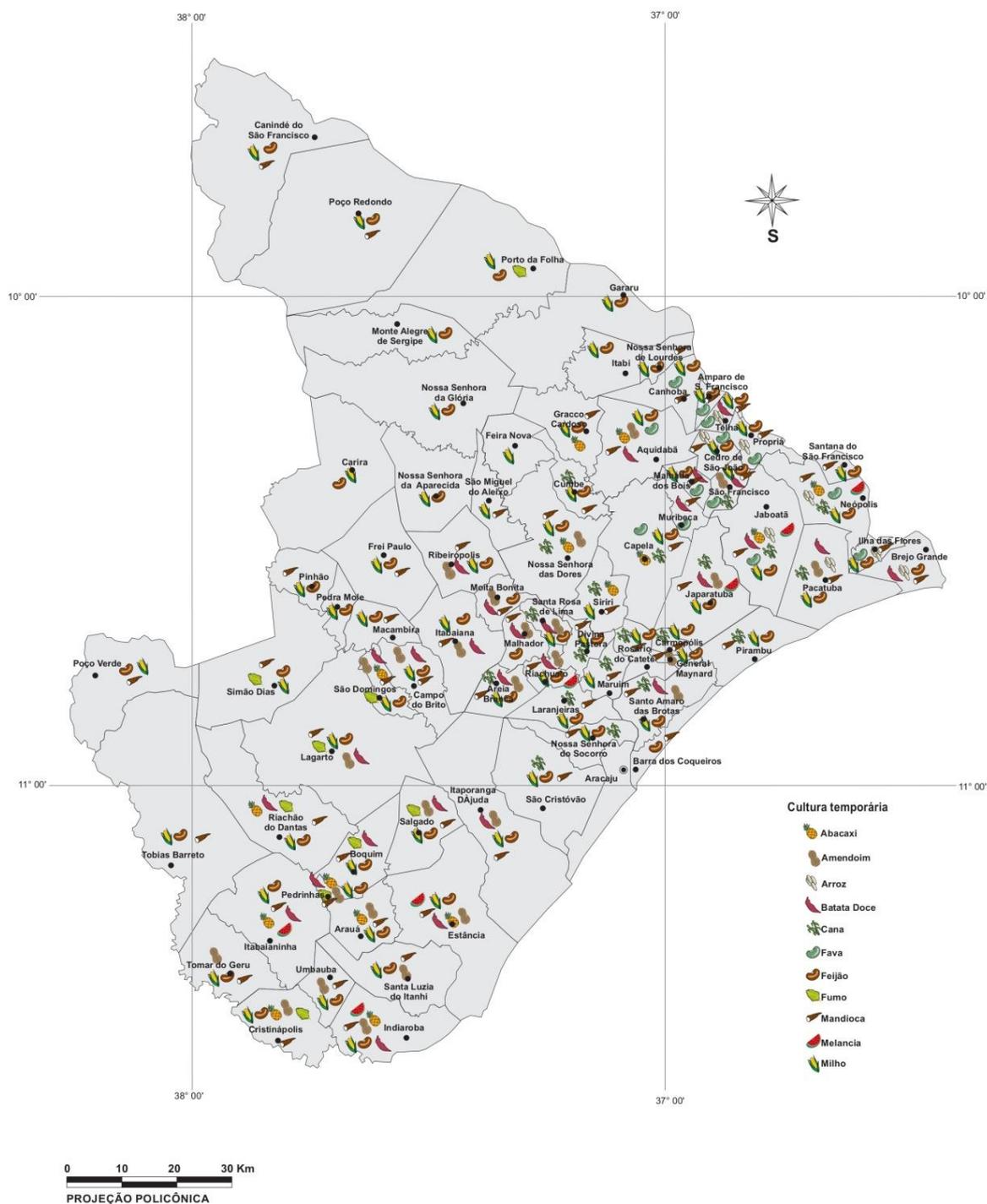
2. Culturas Permanentes:

Mapa 12 - Produção de Culturas Permanentes - 2017, Sergipe, 2023



3. Culturas Temporárias:

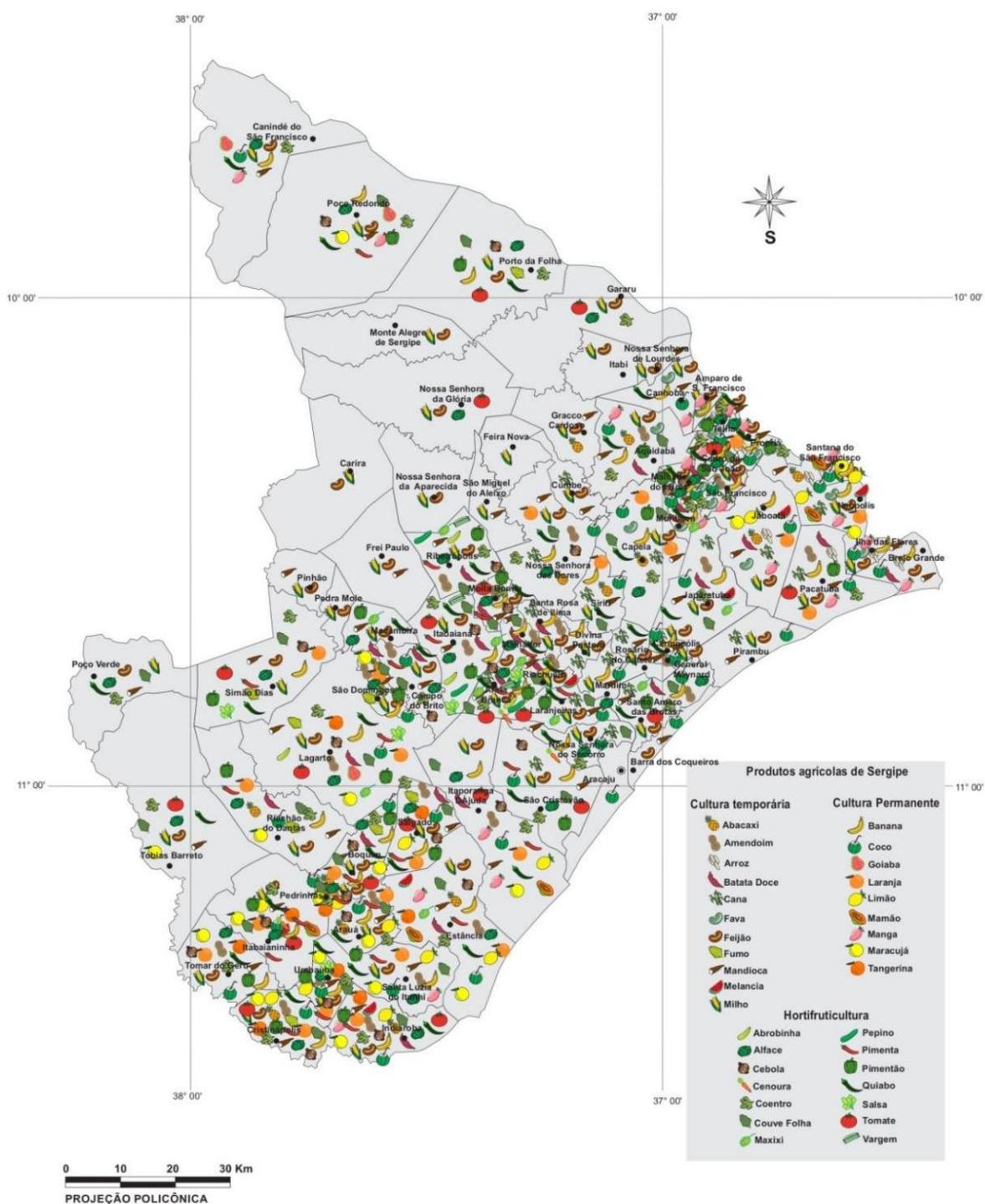
Mapa 13 - Produção de Culturas Temporárias - 2017, Sergipe, 2023



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017
 Software de Cartomática: PHILCARTO
 Elaboração: Lima, José Hunaldo, 2023

4. Todos os cultivos:

Mapa 14 - Produção Agrícola: Culturas Temporárias, Culturas Permanentes e Horticultura - 2017, Sergipe, 2023



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017
 Software de Cartomática: PHILCARTO
 Elaboração: Lima, José Hinaldo, 2023

Nesse ínterim, a produção camponesa se legitima e se entrelaça na base familiar e na forte ligação que possui com o trabalho, com a lida no campo e a ampla variedade de produção sustentada por esta importante classe social em movimento. De acordo com Marques (2008, p. 60): “a centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais”.

Consequentemente, o campesinato, na relação estabelecida com a unidade de produção familiar se reafirma enquanto classe em si e para si no decurso histórico e na produção de alimentos no campo sergipano, como discurremos no presente escrito.

E, finalmente, recorreremos a este sentido do ser camponês conforme analisamos a produção do espaço agrário, como expressão da permanência que se constitui como sustentáculo necessário para a contínua luta do/no campo. A produção de alimentos em Sergipe refletiu e reflete a terra do ganha pão, do trabalho, sobretudo enquanto signo da reprodução da vida, tão logo, signo da esperança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alimentar-se: eis um ato político importante. Todavia, é importante a garantia de um alimento saudável para dispor de condições que contemplem as necessidades básicas da existência humana, com dignidade e esperança. E é o camponês quem produz os alimentos fundamentais para a nossa reprodução social. É ele quem alimenta o povo.

Observamos, contudo, que sob o modo de produção capitalista, ou melhor, o modo de destruição capitalista, as necessidades básicas não são prioridades, pois se prioriza a mercadoria, e dela, o lucro para alguns e a exploração para a classe trabalhadora. É com esse movimento da circulação da mercadoria que o capital sobrevive explorando milhões de trabalhadores no mundo inteiro. É através da exploração do trabalho concreto que o capitalismo legitima o seu poder.

Ademais, consideramos que os sujeitos sociais determinam as suas relações, ainda que mediadas pela correlação de forças entre as classes. Mas quem são esses sujeitos? Quem concentra a riqueza e quem se mantém na pobreza? Como a realidade agrária, o campo, vai sendo construída (o) a partir da mediação realizada por estes sujeitos? É o movimento da história que os acompanha e os define.

Em nossas pesquisas, o trabalho do campesinato, do atravessador e da cooperativa foram discutidos. Esses sujeitos e mediadores, entrelaçados pela lógica capitalista, estão subordinados pelo capital na produção de mercadorias. Compreendemos que a produção de alimentos resulta no trabalho e na renda para os camponeses do/no campo, mas que suas atividades vêm sendo subsumidas a reboque dos interesses do mercado capitalista. A pesquisa referente à subordinação do campesinato na produção de batata-doce em Sergipe nos apontou esse direcionamento.

O trabalhador camponês é inserido nas novas dinâmicas da circulação da mercadoria, capturado pelos fetiches do capital que pressupõe a tentativa de destruição das relações tradicionais de produção. As relações de trabalho históricas do ser camponês (a) subexistem através das formas variadas de resistências desse sujeito social em movimento.

Com efeito, a produção de mercadorias antecede a existência do modo de produção/destruição capitalista, mas é ele quem provocou a sua generalização e intensificação. Com o desenvolvimento do capitalismo mundialmente, o sistema ampliou a produção para o mercado nos diversos setores e áreas. Tudo é mercadoria.

Marx (2017), em sua crítica à Economia Política dedica um capítulo à discussão da mercadoria, bem como ao seu caráter fetichista. Para o autor, a riqueza das sociedades que se

fundam com o capitalismo se constitui como o acúmulo dessa (Ibid., 2017). E conforme Paulo Netto e Braz (2012, p. 91): “nascemos, crescemos e vivemos (e morremos) em meio a mercadorias; aprendemos a comprar e a vender – para isso, usamos o dinheiro; e desde a infância sabemos que a riqueza se expressa pela abundância de mercadorias [...]”.

Na realidade investigada, analisamos como o movimento da dialética nos mostra a transformação de um alimento, a batata, em mercadoria. Em tempo que é a própria negação da unidade camponesa e a sua condição de sobrevivência ao *modus operandi* dominante.

A centralidade, acompanhada da expansão de um único cultivo, como a batata-doce, expôs dificuldades importantes para o campesinato: entre elas a injusta distribuição da propriedade da terra, a força dos minifúndios, dificultando inclusive a ocorrência da policultura, do consorciamento; para além das subordinações realizadas, como a extração da renda camponesa que beneficia a lógica do capital (travestido em mercado).

Garantir alimento para o povo, para saciar a fome, não é uma tarefa fácil. Isso porque sob o comando das forças capitalistas a lógica não é acabar com a fome no mundo, o capitalismo se preocupa, em primeiro e principal lugar, com o lucro, não importando com quantas pessoas vivem na insegurança alimentar e quantas não conseguem ter uma vida com dignidade. O capital se ocupa em produzir a pobreza, pois se alimenta dela. A retórica da pobreza é útil para a apropriação e condição de existência do modelo de sociedade capitalista, dividida em classes antagônicas.

Numa realidade em que se apreende o avanço do capital, que expropria milhares de camponeses e impõe discursos falaciosos de modernização para o campo, a presente análise se propôs num contexto em que o mercado capitalista dita e controla os preços da produção camponesa. Esse mesmo mercado condiciona esses trabalhadores a uma constante dependência, sujeição e exploração. Conforme nos mostrou Ribeiro (2020):

Na subordinação da produção camponesa e de seu modo de vida ao mundo da mercadoria legitima-se a precarização e precariedade como universais e formas generalizadas de labor na atualidade. A terra é usurpada direta e indiretamente pelos mecanismos de expropriação da renda, cada vez mais restrita e insuficiente para suprir as necessidades do sujeito camponês (Ibid., 2020, p. 134).

Essa realidade do campo afirma a importância do trabalho camponês para sua existência como tal, assim como para a acumulação, reafirmando formas diversificadas de subsunção do capital. As relações de trabalho camponesas são diferentes do sistema avassalador capitalista. O capital é expressão da alienação e miséria no espaço agrário. Como

ele detém recursos e controla o mercado, as tecnologias e as políticas agrícolas/fundiárias, os trabalhadores camponeses ficam subalternos ao seu poderio hegemônico. Portanto,

a degradação do sujeito que trabalha no campo se estabelece tanto por meio da expropriação da terra e de sujeição da renda camponesa aos ditames do mercado, quanto na precarização das formas de assalariamento, bem como, por meio do ressurgimento de formas pretéritas de trabalho – a exemplo do trabalho por produção, em domicílio, familiar, parcelar ou mesmo das relações análogas à escravidão [...] (Souza; Conceição, 2019, p. 55, grifo nosso).

E nesse movimento, ainda que haja a sujeição da renda camponesa ao mercado capitalista, entendemos que com a produção de batata-doce, como parte da produção de alimentos, não há destituição do trabalho camponês. No entanto, “o capital cria formas de capturar a produção do campo, inclusive camponesa, por meio da definição do que e do como plantar, se apropriando dos resultados do trabalho social posteriormente” (Souza; Conceição, 2019, p. 58). À vista disso, a luta é para permanecer na terra, que se constitui como espaço de trabalho, de moradia e de produção de alimentos.

Não obstante, a luta não se faz sem contradições, haja vista que o problema é estrutural: a concentração da terra e a monopolização capitalista. A luta é contra a propriedade privada dos meios de produção (terra, trabalho, água), que se ergueu sob a violência e o derramamento de sangue de incontáveis sujeitos sociais. A luta é para combater o capital que joga a classe trabalhadora a condições precárias, à exploração em distintos espaços no movimento dialético da história.

Em que pese a importância e limitações das organizações camponesas, que para sobreviver adentram na lógica mercadológica, a realidade evidencia as contradições e os espaços de disputas. Possuir terra é poder. Ter a posse e/ou propriedade das grandes extensões territoriais, o latifúndio, é riqueza e alienação. Ter a posse e/ou propriedade das pequenas extensões territoriais, o minifúndio, é condição de permanência e sobrevivência para o camponês e sua família.

Nesse viés, o problema do/a fracionamento/fragmentação da terra, que se amplia conforme passam os anos e a Questão Agrária não é resolvida, coloca-se como um entrave na diversificação da produção incluindo a produção para subsistência. O consorciamento sempre foi uma prática real no campo sergipano que em grande medida vem sendo alterada nos diferentes municípios, onde produtos demandados pelo mercado vêm assumindo protagonismo e monopolizando a produção no território. E em relação ao mercado,

entendemos que ele é expressão e forma concreta da classe dominante em nossa sociedade fraturada, é expressão também da materialidade do capital no espaço agrário.

Nesse quadro, a estrutura fundiária marcada pela intensidade dos minifúndios não favorece a autonomia camponesa para diversificar a sua produção. E mesmo que favorecesse, não é possível ser livre no modo de produção do capital, pois somente em outra sociabilidade um outro caminho seria possível. O minifúndio é o espaço da persistência e reflexo das contradições inerentes à Questão Agrária Brasileira.

O controle dos meios de produção das condições objetivas e subjetivas é característica umbilical do modo de produção capitalista, que precariza não só o trabalho, mas a vida em sua múltiplas determinações.

Em seu movimento oposto, consideramos a permanência do campesinato em sua terra de trabalho com a produção de batata-doce nos municípios analisados em Sergipe. Ainda assim, consideramos também que a homogeneização da paisagem pela produção da raiz tem implicado no cerceamento de outras culturas, como o feijão, a mandioca, o amendoim e tantos outros, obrigando os camponeses a comprarem esses alimentos fora, pois cada vez menos se produz a diversidade de cultivos para alimentar a população. No capitalismo, a prioridade do uso das terras é para a produção de soja, milho e cana-de-açúcar em larga escala, mas nunca para saciar a fome da população pobre com a produção de alimentos.

Diante da centralidade econômica da produção de batata-doce no campo nos municípios da área de estudo, antigas e novas relações de trabalho condicionam novos modos de organização social: a organização via cooperativismo no interior das relações capitalistas, seus desafios e contradições, a ampliação do mercado com a forte atuação dos atravessadores que se apropriam da renda camponesa, a expansão do agronegócio com a venda de venenos (além dos pacotes tecnológicos e forte substituição do trabalho humano pela mecanização no campo), são apontamentos da ofensiva do capital no espaço agrário que estão atrelados ao caráter nocivo do mercado e da insanidade do lucro.

Outrossim, nos municípios de Moita Bonita, Itabaiana, Malhador e Riachuelo, o que tem se intensificado é a apropriação da renda que envolve a produção de batata-doce, sujeitando os camponeses à dinâmica capitalista. A maior fatia dessa renda vai se concentrar no mercado, enquanto o camponês que é explorado e comercializa a raiz a preços vis, extrai a menor fração, mergulhando-se num ciclo vicioso como discutimos nesse trabalho.

Neste sentido, a problemática se apresenta como ramificação de novas e velhas questões, modificando as relações de trabalho e de produção social, tal como impõe novas determinações territoriais seguindo a perversidade do capital ao desumanizar os sujeitos e

humanizar o lucro como projeto do/no campo.

Por sua vez, apreende-se também a condição de luta de classe, pois é por meio dela que será possível enxergar a realidade através da submissão camponesa à própria irracionalidade do capital. É visível que toda estratégia de luta, seja por terra e pela produção de alimentos, é delineada no sentido da luta contra a acumulação capitalista e seu signo de destruição da condição social (Antonello, 2001).

Consideramos também que as relações existentes na estrutura social que temos hoje são cordões umbilicais ligados à fragmentação da luta de classe. O sentido de consciência de classe também é uma tarefa a ser enfrentada, pois é a única alternativa para os trabalhadores sobreviverem, dadas as condições de alienação de nossa sociedade e da ideologia burguesa que domina. Por esse ângulo, a divisão do trabalho para a classe camponesa surge como um imperativo da lógica do capital, uma vez que este tenta fragmentar a unidade da luta empreendida por essa classe em movimento.

Posto que sabemos como se processou o surgimento da condição fundamental de existência do campesinato, conseguimos contemplar a diversidade das formas e determinações na relação espaço-tempo, e como sua presença é necessária na totalidade das relações concretas.

O ser camponês, segundo Martins (1981):

não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu **lugar social**, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na **estrutura da sociedade**; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também **a designação de um destino histórico** (Ibid., 1981, p. 22-23, grifos nossos).

Ao se compreender o campesinato nas relações concretas, nos permitimos entendê-lo como sujeitos sociais históricos - que se organizam e se deslocam para permanecer camponês. Constituem-se enquanto classe, que luta pelo direito à terra de vida, no movimento histórico. Permite entender que o seu lugar, a terra, tem uma função social e que por isso, vai além de uma definição, uma cristalização, sobretudo no fortalecimento da classe enquanto condição de sua perdurabilidade, apesar da existência dos conflitos e das contradições.

As estratégias utilizadas pelos trabalhadores do/no campo para se reproduzir e para permanecer na terra de trabalho são expressões reais da questão camponesa, especialmente a questão da produção de alimentos. Na terra e no ato de laborar, o camponês planta a semente com a esperança de colher um futuro mais justo e mais digno de sua existência.

“A terra, o trigo, o pão, a mesa, a família (a terra); existe neste ciclo, dizia o pai nos seus sermões, amor, trabalho, tempo” (Lavoura Arcaica, Raduan Nassar, 1989).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Pe. Aurélio Vasconcelos de. **Vida do Primeiro Apóstolo de Sergipe**. Padre Gaspar Lourenço. RIHGS. Nº 21, [s.d.], p. 169.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis, 2007.
- ALVES, Renata Batista. **Agropecuária de beira de estrada em Sergipe**: um estudo da BR 235. São Cristóvão, 2015. 165p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS.
- ALVES, Rodrigo Pereira. **Diversidade morfológica, agronômica e potencial para produção de etanol de germoplasma de batata-doce**. São Cristóvão, 2014. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Sergipe - UFS.
- ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao feudalismo**. Tradução de Beatriz Sidou. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- ANTONELLO, Ideni Terezinha. **A metamorfose do trabalho e a mutação do Campesinato**. São Cristóvão: NPGeo, UFS, 2001.
- BRASIL. **Lei Agrária nº 8.629 de 1993**. Brasília, DF, fev. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm. Acesso em: 20 dez. 2021.
- _____. **Lei nº 4.504 de 1964**. Brasília, DF, fev. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm#. Acesso em: 20 dez. 2021.
- CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **Pobreza e exclusão feminina nos territórios do agronegócio - O caso de Cruz Alta/RS**. Porto Alegre, 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.
- CHAYANOV, Alexander Vasilievich. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CIP. **International Potato Center**: sweetpotato. Lima, Peru, [s.d.]. Disponível em: <https://cipotato.org/sweetpotato/>. Acesso em: 20 jun. de 2020.
- COGGIOLA, Osvaldo. A colonização da América e a acumulação originária do capital. In: **Jus Humanum: Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Cruzeiro do Sul**. São Paulo, v. 1, n. 1, jul./dez. 2011, p. 140-174.
- CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Questão Camponesa**: O Olhar sob o Signo Dialético. São Cristóvão, 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGeo), Universidade Federal de Sergipe.
- DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo, Ícone/UNICAMP, 1985.

DINIZ, José Alexandre & DINIZ, Diana Maria do Faro Leal. **Evolução da distribuição da terra em Sergipe (1920-1960) – uma análise quantitativa (1)**. In: Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. LXVI Coleção da Revista de História. São Paulo, 1976.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias**. São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014.

FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. 2. ed. Editora Vozes, Governo do Estado de Sergipe, 1977.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2017.

IBGE. **Censo Agropecuário 1995-1996**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/IBGE, 1998.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura Familiar. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/IBGE, 2010.

_____. **Produção Agrícola Municipal**. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 26 set. 2022.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KOLMING, Fernanda Virgínia; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A unidade de produção familiar camponesa e a produção de mandioca: permanência e resistência. In: COSTA, José Eloízio da; LISBOA, Josefa de (orgs.). **Ensaio sobre a mandiocultura e a pequena produção familiar**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012, p. 17-109.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LANDAU, Elena Charlotte; VALADARES, Gabriele Moreira; SILVA, Gilma Alves da. Evolução da Produção de Batata-doce (*Ipomoea batatas*, Convolvulaceae). In: LANDAU, Elena Charlotte et al. **Dinâmica da Produção Agropecuária e da Paisagem Natural no Brasil nas Últimas Décadas**. Editores técnicos. Brasília, DF: Embrapa, 2020, p. 437-462.

LÊNIN, Vladimir Ilich. A Desintegração do Campesinato. In: LÊNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Série “Os economistas”. (trad. José Paulo Netto). São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 35-121.

_____. **Aos pobres do campo**. Lisboa: Edições Avante!, 1903.

_____. **A Que Herança Renunciamos?**. Colectânea: Vladímír Ilínc, Estudos e Artigos Económicos, São Petersburgo. Lisboa: Edições Avante!, 1897.

LIMA, Mara Íris Barreto. A batata-doce pode ser amarga: produção para o mercado e fragmentação da propriedade camponesa. **Anais do XIV ENANPEGE**. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78516>. Acesso em: 20 jan. 2022.

LIMA, Mara Íris Barreto; SANTOS, Fernando Paixão; RIBEIRO, Bruno Andrade. Entre o sertão e o litoral: um projeto de construção de uma estrada de ferro no território sergipano e o discurso de modernidade do final do século XIX. In: **Anais do XIX Encontro Nacional de Geógrafos (ENG)**, João Pessoa - PB, 2018. p. 1-12. Disponível em: <https://www.eng2018.agb.org.br/site/anaiscomplementares2?AREA=18>. Acesso em: 13 jan. 2022.

LISBOA, Josefa. **A Trajetória do Discurso do Desenvolvimento para o Nordeste**: políticas públicas na (dis)simulação da esperança. Aracaju, 2007. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe - UFS.

LISBOA, Josefa; FILHO, Eraldo da Silva Ramos; SANTOS, Laiany Rose Souza (orgs.). **Ajuste espacial do capital no campo – Questões conceituais e R-Existências**. Aracaju: ArtNer Comunicação, 2019.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Tradução de Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

_____. **Reforma Social ou Revolução?**. São Paulo: Global Editora, 1986.

MAESTRI, Mário. 7. A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: STÉDILE, João Pedro (org). **A Questão Agrária no Brasil**: o debate na esquerda – 1960-1980. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 217-275.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, n. 12, p. 57-67, jan.-jun. 2008. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1399>. Acesso em: 20 jun. de 2021.

MARTINS, Adalberto (org.). **O cooperativismo no pensamento marxista (Marx, Rosa, Karl, Lênin, Mao)**. In: Caderno das Experiências Históricas da Cooperação, Nº 02. São Paulo: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - CONCRAB, 2000.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Organização e introdução de Osvaldo Coggiola; tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. Tradução, apresentação e notas de Jesus

Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O Capital**. Crítica da Economia Política: livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio; BARBOSA, Humberto Junior Neves; SÁ, Thiago Héric de. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. **Revista Pegada**, v. 18, p. 7-77, Set./Dez. 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5540>. Acesso em: 12 jun. 2022.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Censo agropecuário 2017: o que revela o censo do golpe?**. Marília: Lutas Anticapital, 2022.

NASSAR, Raduan. **Lavoura Arcaica**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

NUNES, Maria Thetis. **A ocupação territorial da Vila de Itabaiana**: a disputa entre lavradores e criadores. In: Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História - ANPUH. Org. DE PAULA, Eurípedes Simões. A Propriedade Rural. v. II. São Paulo, 1976, p. 407-420.

_____. **Sergipe Colonial I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Marina Feitosa da Rocha. **De alimento a commodities**: a produção de milho no município de Pinhão e suas contradições. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

OLIVEIRA, Renata Sibéria de. **Entre o Estado, o Mercado e a reprodução social**: organização dos pequenos produtores do polo irrigado Petrolina/Juazeiro. São Cristóvão, 2011. 143p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

OLIVEIRA, Renata Sibéria de; LISBOA, Josefa. Do pioneirismo de Rochdale ao Cooperativismo/Associativismo no Capitalismo - uma análise do controle do Estado no espaço agrário brasileiro. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 14, p. 69-80, 2012.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. **As tecnologias e suas interfaces no campo como estratégia de controle do capital**. São Cristóvão, 2007. 220p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **O estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**: um retrato multidimensional. Relatório 2014. Brasília, Agosto, 2014.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **A questão agrária e o campesinato**: um retorno aos clássicos. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, v. 19-20, 1997, p. 05-27.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8. ed.

São Paulo: Cortez, 2012.

PAULO NETTO, José. **O que é marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PRADO JR., Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

_____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RIBEIRO, Bruno Andrade. **A condição camponesa sob o espectro da informalidade**. São Cristóvão, 2020. 165p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS.

_____. Representações Geográficas do Hinterland Sergipano em “Praefectura de Ciríi vel Seregipe del Rey cum Itâpuama, Georg Marcgraf”, 1647. **Revista Percurso** (Online), v. 9, p. 87-103, 2017.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, n. 7, p. 1-21, jul.-dez., 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456>. Acesso em: 21 jul. de 2021.

_____. **Campesinos y sociedades campesinas**. México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

_____. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008, p. 23-47.

SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias de. **O Agro-hidronegócio no Vale do São Francisco: Território de produção de riqueza e subtração da riqueza da produção**. São Cristóvão, 2013. 356p. Tese (Doutorado em Geografia) - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

SOUZA, José Gilberto de. **Estado, crise estrutural do capital e a questão agrária: o extraordinário e suas determinações territoriais**. In: Conferência do XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária - ENGA 2018, UFGD - Dourados, 2018.

_____. Limites do Território. **Revista AGRÁRIA**, [S. l.], v. 0, n. 10-11, p. 99-130, 2009. ISSN 1808-1150. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/155>. Acesso em: 13 fev. de 2022.

SOUZA, Suzane Tosta; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Avanço do capital e a barbárie societal no campo brasileiro. **Revista Geopauta**, [S.l.], v. 3, n. 3, p. 53-74, dez. 2019. ISSN 2594-5033. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/5832>. Acesso em: 21 ago. de 2020.

SOUZA, Suzane Tosta; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; MENEZES, Sócrates Oliveira.

Renda da terra: conceito central para os estudos em Geografia Agrária. **Revista Pegada**, v. 20, n.1, jan.-abril. 2019, p. 144-169.

STÉDILE, João Pedro (org). **A Questão Agrária no Brasil**: o debate na esquerda – 1960-1980. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Degradação sistêmica do trabalho no agrohidronegócio. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 16, e16020, 2017. ISSN: 1984-2201. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/S4kPCXGG7bvBZNFkSQ8ZWkz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 abr. de 2022.

THOMPSON, Eric P.. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TONET, Ivo. **Método Científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

VIEIRA JUNIOR, Itamar Rangel. **Torto Arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

WELCH, Clifford Andrew; FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

WYNNE, J. Pires. **História de Sergipe 1575-1930**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1970.

APÊNDICES



ROTEIRO DE QUESTÕES PARA ENTREVISTA: CAMPONESES PRODUTORES

Data:

Nome:

Idade:

Localidade:

01. Onde você mora?

- a) Campo
- b) Cidade

02. Quantas pessoas moram com você?

- a) Entre 2 a 4 pessoas
- b) Entre 5 a 7 pessoas
- c) Entre 8 a 10 pessoas
- d) Indefinido

03. A sua família sempre trabalhou na agricultura em sua unidade de produção?

- a) Sim
- b) Não

04. Há quanto tempo você produz batata-doce?

05. Qual o preço do saco de batata? Qual a média do preço no ano?

06. Na produção de batata-doce o trabalho é familiar ou é preciso empregar outras pessoas?

- a) Somente trabalho familiar
- b) Emprega outras pessoas

07. Por que você começou a cultivar a batata-doce?

- a) Devido à tradição familiar
- b) Devido à escolha própria
- c) Por não ter outra alternativa
- d) Por achar que dentre as alternativas disponíveis, a batata seria a mais lucrativa

08. Além de cultivar a batata-doce você pratica atividade pastoril?

- a) Sim
- b) Não

09. Além da produção de batata-doce você tem mais alguma fonte de renda?

- a) Sim, mas a batata-doce é a maior parte da minha renda
- b) Sim, mas a batata-doce não é a maior parte da minha renda
- c) Não, mas a batata-doce provém tudo que necessito
- d) Não, mas a batata-doce não supre todas as minhas necessidades

10. Além da batata-doce você já cultivou outros produtos?

- a) Sim, e atualmente ainda continuo cultivando
- b) Sim, mas percebi que continuaria apenas com a batata-doce devido a sua maior lucratividade
- c) Não, devido as condições mais propícias para o cultivo da batata-doce
- d) Não, pois não tive a oportunidade de fazer essa experiência

11. Quais cultivos além da batata-doce você produz?

- a) Mandioca
- b) Feijão
- c) Amendoim
- d) Hortaliça
- e) Variados. Outros, quais? R=_____

12. Desses produtos, quais são destinados para a comercialização e quais são para a subsistência?

13. Na comercialização, qual o perfil do cliente do seu produto?

- a) Diretamente ao cliente
- b) Comerciantes que revendem a batata-doce/Atravessadores
- c) Centrais de Abastecimento (CEASAs)
- d) Cooperativa
- e) Indústrias, estabelecimentos comerciais, restaurantes
- f) Outro, qual? R=_____.

14. Quais dos programas sociais a seguir sua família faz parte?

- a) Aleitamento Materno
- b) Bolsa Família
- c) Programa do leite
- d) Outro, qual? R=_____.

15. Você recebe ou já recebeu alguma ajuda financeira do governo ou outra instituição para o cultivo da batata-doce?

- a) Sim, já recebi, mas não supriu minhas necessidades
- b) Sim, e ainda recebo recurso financeiro para o meu cultivo
- c) Não, eu tive que arcar sozinho com todos os gastos
- d) Não, mas espero receber

16. Você conhece a Cooperafes (Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar e Econômica Solidária)?

- a) Sim
- b) Não

17. Participou ou participa de alguma organização social?

- a) Sim
- b) Não

17.1. Se sim, qual?

- a) Associação
- b) Cooperativa
- c) Sindicato
- d) Outro, qual? R=_____.

18. O Sr. ou Sra. já recebeu ou recebe alguma orientação técnica para a produção em sua unidade de produção familiar?

- a) Sim
- b) Não

18.1. Se sim, quem prestou ou ainda presta essa orientação técnica?

R=_____

_____.

(resposta individual)

19. Sobre o uso da água, qual a principal fonte de abastecimento de água na UP?

- a) Açude
- b) Cisterna
- c) Poço
- d) Tanque
- e) Rio
- f) Outro, qual? R=_____.

20. Faz uso de agrotóxicos (venenos) ou outros produtos químicos em sua unidade de produção?

- a) Sim
- b) Não

21. Se sim, quais são os produtos químicos que o Sr. ou Sra. utiliza?

- a) Inseticida
- b) Fungicida
- c) Herbicida
- d) Outro, qual? R=_____.

22. Faz uso de maquinário pesado em sua produção?

- a) Sim
- b) Não, apenas força de trabalho braçal e/ou animal

23. Quais equipamentos são utilizados?

- a) Arado
- b) Colheitadeira
- c) Enxada, foice e dentre outros
- d) Trator
- e) Motobomba/bomba
- f) Outro/Mais de uma opção: R=_____.

24. Sobre a estrutura da propriedade, a terra é considerada como:

- a) Projeto de Reforma Agrária
- b) Terra de Herança
- c) Terra de Parceria ou de Arrendamento
- d) Terra Própria
- e) Outro, qual? R=_____.

24.1. Possui documentação da terra?

- a) Sim
- b) Não

25. O que significa a terra e a produção de batata-doce para o Sr. ou a Sra.?

R=_____

_____ (resposta individual).



ROTEIRO DE QUESTÕES PARA ENTREVISTA: ATRAVESSADORES

Data:

Nome:

Idade:

Localidade:

01. Onde você mora?

- a) Campo
- b) Cidade

02. Há quanto tempo você comercializa a batata-doce?

03. Quem define o preço da batata-doce? E ao longo do ano é o mesmo preço?

04. Qual o preço do saco da raiz (na compra e na revenda)? Qual a média do preço no ano?

05. Como é feito o transporte da produção de batata-doce?

- a) Transporte próprio (caminhão, carreta)
- b) Transporte de terceiros

06. Por que você começou a vender a batata-doce?

07. Comercializa apenas em Sergipe ou em outros estados?

08. Na produção de batata-doce o trabalho é familiar?

- a) Sim, totalmente familiar
- b) Sim, mas é preciso empregar outras pessoas
- c) Não, é totalmente realizado por terceiros

09. Além da batata-doce, você vende outros alimentos? Se sim, qual(s)? _____.

10. Você possui terra?

- a) Sim
- b) Não

11. Sobre a estrutura da propriedade, a terra é considerada como:

- a) Projeto de Reforma Agrária
- b) Terra de Herança
- c) Terra de Parceria ou de Arrendamento
- d) Terra Própria
- e) Outro, qual? R=_____.

a. Possui documentação da terra?

- c) Sim
- d) Não

12. A produção de batata-doce é sua principal fonte de renda?

- a) Sim
- b) Não

13. Além do cultivo você pratica atividade pastoril?

- a) Sim
- b) Não

14. Além da produção de batata-doce você tem mais alguma fonte de renda?

- a) Sim, mas a batata-doce é a maior parte da minha renda
- b) Sim, mas a batata-doce não é a maior parte da minha renda
- c) Não, mas a batata-doce provém tudo que necessito
- d) Não, mas a batata-doce não supre todas as minhas necessidades

15. Na comercialização, qual o perfil do cliente do seu produto?

- a) Diretamente ao cliente
- b) Outros atravessadores
- c) Centrais de Abastecimento (CEASAs)
- d) Cooperativa
- e) Indústrias, estabelecimentos comerciais, restaurantes
- f) Outro, qual? R=_____.

16. Você conhece a Cooperafes (Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar e Econômica Solidária)?

- a) Sim
- b) Não

17. Você comercializa para ela?

- a) Sim
- b) Não

18. Participou ou participa de alguma organização social?

- a) Sim
- b) Não

18.1. Se sim, qual?

- a) Associação
- b) Cooperativa
- c) Sindicato
- d) Outro, qual? R=_____.



ROTEIRO DE QUESTÕES PARA ENTREVISTA: PRESIDENTE DA COOPERAFES

Data:

Nome:

Idade:

Localidade:

01. Onde você mora?

- a) Campo
- b) Cidade

02. Quantas pessoas estão filiadas à Cooperafes?

03. Todos são de Moita Bonita?

04. Há quanto tempo a Cooperativa desenvolve suas atividades?

05. A Cooperafes comercializa a batata-doce para quem?

06. Em média de quantas toneladas é produzida pela Cooperativa?

07. Possui as informações do tamanho das propriedades de cada cooperado?

08. Em quantos hectares é produzida a raiz pela Cooperafes?

09. Além da batata-doce, você vende outros alimentos? Se sim, qual(s)? _____

10. Na comercialização, qual o perfil do cliente do seu produto?

- a) Diretamente ao cliente
- b) Outros comerciantes que revendem a batata-doce/Atravessadores
- c) Centrais de Abastecimento (CEASAs)
- d) Indústrias, estabelecimentos comerciais, restaurantes
- e) Outro, qual? R=_____.

11. Qual a média da renda obtida por ano pela Cooperativa?

12. Como é feita a compra de insumos (adubo, agrotóxicos)?

13. Existe estímulo por parte de governo(s) e/ou banco(s)?
14. Existe assistência técnica por parte de alguma empresa ou órgão (Embrapa, Sebrae e etc.)?
15. Como é a parceria da secretaria com a Prefeitura Municipal?



**ROTEIRO DE QUESTÕES PARA ENTREVISTA:
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE MOITA
BONITA - SE**

Data:

Nome:

Idade:

Localidade:

01. Como está organizada a produção agrícola do município? Sobretudo de batata-doce.
02. Os produtores de batata-doce procuram a secretaria?
03. Como é realizada a comercialização com os pequenos produtores?
04. Quais serviços são disponibilizados para os produtores de batata-doce?
05. Como é a parceria da secretaria com a Cooperafes?
06. Qual a participação da secretaria em programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação (PNAE)?
07. Existe parceria com alguma empresa?

Se sim, qual?
08. Quais são os projetos desenvolvidos pela secretaria para a população rural do município?
09. Quais são as políticas públicas para a agricultura em Moita Bonita?
10. Existe o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) na gestão municipal?

Se sim, quantas pessoas estão cadastradas?
11. Como é a situação da regularização fundiária de Moita Bonita?
12. Existe incentivo à irrigação?
13. Como o senhor vê o papel da fiscalização sobre o uso de venenos na produção agrícola do município?
14. Quais os planos em relação à produção de batata-doce?
15. Quantas toneladas de batata-doce são destinadas à gestão municipal?

16. Qual é a avaliação da secretaria quanto a atuação dos atravessadores na comercialização do tubérculo?
17. Qual é a avaliação da secretaria em relação ao cultivo de batata-doce em Moita Bonita e a nível estadual?